



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – CAMPUS PALMAS**

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

IVONETE FERREIRA DE ARAÚJO CURCINO

**OS IMPACTOS DOS RECURSOS EXTERNOS NO DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO TOCANTINS: um estudo de caso do PDRIS – 2012 a 2021**

Palmas -TO

2025

IVONETE FERREIRA DE ARAÚJO CURCINO

**OS IMPACTOS DOS RECURSOS EXTERNOS NO DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO TOCANTINS: um estudo de caso do PDRIS – 2012 a 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública / de Técnico em Gestão
Pública da Unidade *Campus Palmas*, do
Instituto Federal do Tocantins, como exigência
à obtenção do título de Tecnóloga em Gestão
Pública.

Orientador: Me. Joel dos Santos Brandão

Palmas -TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

C975i Curcino, Ivonete Ferreira de Araújo
 OS IMPACTOS DOS RECURSOS EXTERNOS NO
 DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS : um estudo de
 caso do PDRIS – 2012 a 2021 / Ivonete Ferreira de Araújo Curcino. –
 Palmas, TO, 2025.
 109 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2025.

Orientador: Me. Joel Dos Santos Brandão

1. PDRIS. 2. Banco Mundial. 3. Desenvolvimento Regional do
Tocantins. I. Brandão, Joel Dos Santos. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e
pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

IVONETE FERREIRA DE ARAÚJO CURCINO

**OS IMPACTOS DOS RECURSOS EXTERNOS NO DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO TOCANTINS: um estudo de caso do PDRIS – 2012 a 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública / de Técnico em Gestão
Pública da Unidade *Campus Palmas*, do
Instituto Federal do Tocantins, como exigência
à obtenção do título de Tecnóloga em Gestão
Pública.

Aprovado em: 03/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JOEL DOS SANTOS BRANDÃO**
Data: 13/02/2026 11:52:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Joel, dos Santos Brandão
Orientador
Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas

Dr. Francisco Viana Cruz
Instituto Federal do Tocantins

Me. Leonardo, dos Santos Bandeira
Instituto Federal do Tocantins

Dedico este trabalho aos meus pais Enôr Ferreira de Araújo e Ivanedes Lopes Araújo, a minha filha Valentina Araújo Brito, ao meu marido Domingos Ferreira Curcino, que apoiaram toda minha trajetória educacional e sempre me incentivaram a buscar novos caminhos. Obrigada por todo carinho, apoio, paciência e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar meus passos e, por vezes, alterar a direção do meu caminho, ciente de que seus planos me conduzem sempre ao destino certo. A grande prova de seu cuidado manifestou-se no final de 2023, quando, ainda no segundo período do curso, sobrevivi a um grave acidente que resultou em uma fratura severa da clavícula. Embora o ocorrido tenha dificultado minha permanência nos estudos, decidi não desistir e, com a força divina, me mantive firme neste propósito.

Expresso minha profunda gratidão ao professor e orientador Mestre Joel da Silva Brandão, por sua orientação, paciência, compreensão, respeito e, sobretudo, pelo incentivo, confiança e pelos ensinamentos compartilhados durante toda esta jornada.

Agradeço em especial aos meus pais, Enôr Ferreira de Araújo e Ivanedes Lopes Araújo, pelo amor, apoio e incentivo incondicional em todas as etapas da minha vida. Amplio a minha gratidão aos meus irmãos, em especial a Ediclea Lopes Araújo, pelo auxílio na correção e formatação deste trabalho, pela dedicação e pelo companheirismo demonstrado ao longo dessa jornada. Sua disposição em compartilhar conhecimentos e contribuir com esta trajetória foi fundamental para a concretização deste estudo.

Agradeço infinitamente à minha filha, Valentina Araújo Brito, por ser o meu incentivo diário em todas as batalhas. Mesmo diante das dificuldades, sempre demonstrou compreensão, coragem e maturidade, suportando com amor os momentos de minha ausência para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Você é a minha fonte de inspiração e força para seguir eu em frente, dia após dia, sendo uma verdadeira parceira e exemplo de paciência e apoio incondicional.

Agradeço ao meu esposo Domingos Ferreira Curcino, pelo cuidado, paciência e compreensão demonstrados ao longo desses anos de estudo. Sou grata por ter respeitado minhas escolhas e por compreender que, ao optarmos por um caminho, inevitavelmente abrimos mão de outros.

Expresso minha profunda gratidão à minha prima, Dra. Érica de Cássia Maia Ferreira, que com dedicação e cuidado, revisou este trabalho, abdicando de seu precioso tempo para me apoiar durante uma fase de grandes desafios.

Por fim, sou profundamente grata a todos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste projeto.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar

RESUMO

O presente trabalho analisa a efetividade dos empréstimos externos do Banco Mundial no desenvolvimento do Tocantins, tendo como estudo de caso o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), executado entre 2012 e 2021. O propósito da pesquisa nasce da necessidade de preencher lacunas sobre o impacto real desses investimentos, respondendo de que forma os recursos aplicados influenciaram o desenvolvimento socioeconômico estadual em um cenário de expansão do PIB. A investigação parte da observação empírica de que, apesar do aporte financeiro e do crescimento econômico, havia uma carência de dados consolidados sobre a conversão desses ativos em bem-estar social. Para conduzir a análise, mobiliza-se um referencial teórico crítico, utilizando Joseph Stiglitz para examinar a padronização de modelos econômicos e Milton Santos para interpretar a reorganização territorial e a pobreza estrutural frente à lógica de mercado. A metodologia empregada adota uma abordagem mista, combinando pesquisa bibliográfica e documental com análise quantitativa da execução financeira e qualitativa dos resultados. O trabalho estrutura-se apresentando a fundamentação sobre os Bancos Multilaterais, os procedimentos metodológicos, a descrição dos componentes e a análise da aplicação dos recursos. Conclui-se que, embora o projeto tenha obtido alta eficácia na execução financeira e na infraestrutura viária, a falta de métricas sociais integradas e de transparência limitou a mensuração dos benefícios educacionais, evidenciando que o financiamento externo, sem governança autônoma, moderniza o território, mas não garante a redução das desigualdades.

Palavras-chave: PDRIS. Banco Mundial. Tocantins. Gestão Pública. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This study analyzes the effectiveness of external loans from the World Bank on the development of Tocantins, taking as a case study the Integrated and Sustainable Regional Development Project (PDRIS), executed between 2012 and 2021. The purpose of the research stems from the need to fill gaps regarding the real impact of these investments, answering how the applied resources influenced state socioeconomic development in a scenario of GDP expansion. The investigation is based on the empirical observation that, despite the financial input and economic growth, there was a lack of consolidated data on the conversion of these assets into social welfare. To conduct the analysis, a critical theoretical framework is employed, using Joseph Stiglitz to examine the standardization of economic models and Milton Santos to interpret territorial reorganization and structural poverty in the face of market logic. The methodology employed adopts a mixed approach, combining bibliographic and documentary research with quantitative analysis of financial execution and qualitative analysis of results. The work is structured by presenting the background on Multilateral Banks, the methodological procedures, the description of components, and the analysis of resource application. It is concluded that, although the project achieved high effectiveness in financial execution and road infrastructure, the lack of integrated social metrics and transparency limited the measurement of educational benefits, evidencing that external financing, without autonomous governance, modernizes the territory but does not guarantee the reduction of inequalities.

Key - words: PDRIS. World Bank. Tocantins. Public Management. Regional Development.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Municípios Contemplados - PDRIS	61
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Receita Corrente Líquida em relação ao Serviço da Dívida para o Estado do Tocantins, do período de 2015 a 2024	34
Tabela 2 - Resumo dos projetos Financiados pelo BIRD para o Tocantins.....	40
Tabela 3 - Evolução do IDHM do Tocantins (2000-2021)	45
Tabela 4 - Planejamento e Execução US\$ 2012 a 2021	65
Tabela 5 - Resumo dos Custos do Projeto por subcomponente R\$	66
Tabela 6 - Matadores Frigoríficos equipados	73
Tabela 7 – Investimentos em Escolas Estaduais por Município do Tocantins	87

LISTA DE SIGLAS

ACR Arranjo Contingentes de Reservas

ADETUC Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa

AGETO Agência Tocantinense de Transportes e Obras

AID Associação Internacional para o Desenvolvimento

BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BMD Banco Multilateral de Desenvolvimento

CFI Corporação Financeira Internacional

CIADI Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos

COFIEIX Comissão de Financiamentos Externos

DCL Dívida Consolidada Liquida

GTEC Regimento do Grupo Técnico

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICR Completion and Results Report

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LAI Lei de Acesso à Informação

LRF Lei de Responsabilidade Fiscal

MIGA Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

MPO Ministério do Planejamento e Orçamento

MIP Manual para Instrução de Pleitos

NATURATINS Instituto Natureza do Tocantins

NDB Novo Banco de Desenvolvimento

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMC Organização Mundial do Comércio

ONU Organização das Nações Unidas

PAD Project Appraisal Document

PDRIS Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável

PIB Produto Interno Bruto

PNB Produto Nacional Bruto

PPA Plano Plurianual

RCL Receita Corrente Líquida

SAEB Avaliação Sistema de Educação Básica

SAIN Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais

SCAEC Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos

SEAGRO Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura

SEAID Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

SEDUC Secretaria de Educação e Cultura

SEINFRA Secretaria de Infraestrutura

SEMARH Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAN Secretaria do Planejamento e Orçamento

STN Secretaria do Tesouro Nacional

TSE Tribunal Superior Eleitoral

UGP Unidade de Gestão do Projeto

VAB Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVA.....	14
3 PROBLEMA.....	15
4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
4.1 Objetivos Gerais:	17
4.2 Objetivos Específicos:	17
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	18
5.1 Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: atores estratégicos e a atuação do Banco Mundial:	18
5.1.1. Aspectos Legais das Operações de Crédito com Organismos Internacionais por Entes Federativos.	26
5.1.2 Critérios de exigibilidade.....	28
5.1.3 Os aspectos da dívida externa.....	32
5.1.4 O Banco Mundial (BIRD)	35
5.1.5 Os projetos financiados pelo Banco Mundial no Estado Tocantins	38
5.2 Abordagens socioeconômicas do Estado do Tocantins:	41
5.3 A transparência dos Recursos Externos em políticas públicas:	47
6 METODOLOGIA	50
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
7.1 Caracterizações do Projeto PDRIS:.....	55
7.1.1 Componentes e subcomponentes do Projeto PDRIS	59
7.1.1.1 O componente 1 melhorar a eficácia do transporte rural.....	59
7.1.1.2 O componente 2 - Aumento da eficiência dos serviços públicos	62
7.1.1.3 O componente 3 – Gerencia de Projetos	62
7.1.2 Os desafios enfrentados no período de execução do Projeto - PDRIS	62
7.1.3 Análise da execução física, financeira e desempenho setorial do PDRIS	64
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	102

1 INTRODUÇÃO

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) desempenham papel importante no progresso econômico e social no cenário global, atua como intermediários financeiros, para mobilizar recursos e promover o desenvolvimento sustentável. Segundo Souza (2023), essas instituições internacionais, criadas por acordos multilaterais, dispõem de recursos próprios e operam de forma autônoma, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social de seus membros, especialmente os menos desenvolvidos.

Nesse aspecto o Banco Mundial - BIRD, é um banco multilateral instituído no contexto de Bretton Woods em 1944, redirecionou sua vocação original de reconstrução pós-guerra para assumir a centralidade no combate à pobreza e na promoção do crescimento sustentável em economias emergentes. No contexto do Tocantins, essa atuação visa preencher lacunas históricas na capacidade de investimento estatal, viabilizando políticas públicas estruturantes que integram infraestrutura física e modernização da gestão pública. Por meio de parcerias de longo prazo, como o PDRIS, a instituição busca financiar obras e induzir modelo de crescimento regional que conecte territórios isolados e dinamize a economia local, alinhando as demandas do Estado às diretrizes globais.

O objeto central desta pesquisa, o PDRIS configurou-se como uma iniciativa estratégica multissetorial executada entre 2012 e 2021, com aporte inicial de US\$ 300 milhões. Sob uma abordagem holística, o projeto articulou a modernização da infraestrutura rodoviária e o fortalecimento institucional para promover a conectividade territorial e a eficiência logística. Essa estruturação visou dinamizar cadeias produtivas em regiões isoladas, buscando o desenvolvimento sustentável, a redução de assimetrias socioeconômicas e a elevação da eficácia da gestão governamental no Estado (Banco Mundial, 2012).

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na necessidade de mensurar a efetividade dos financiamentos externos enquanto vetores de desenvolvimento em entes como o Tocantins. Diante da recorrência de operações de crédito junto ao Banco Mundial para infraestrutura, torna-se imprescindível suprir a lacuna de análises que correlacionem o volume financeiro aportado com os impactos socioeconômicos concretos, oferecendo à gestão pública e à sociedade um diagnóstico crítico sobre a capacidade do PDRIS em mitigar desigualdades, bem como fornecer subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento da transparência em futuras políticas estaduais.

A aplicação dos investimentos externos no estado, frente à necessidade de mensuração observada, não comprova uma relação direta de causa e efeito quanto aos resultados obtidos.

Essa lacuna na compreensão da efetiva dinâmica do desenvolvimento configura a dissonância analítica que orienta a presente investigação: O crescimento seria uma trajetória natural do estado, com os recursos externos apenas acelerando um processo já em curso, ou foram eles os impulsionadores principais que tornaram essa transformação possível?

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o impacto dos empréstimos externos do Banco Mundial no desenvolvimento do Estado do Tocantins, com ênfase na aplicação dos recursos e nos resultados socioeconômicos do Projeto PDRIS, no recorte temporal supracitado. A pesquisa propõe-se a avaliar a efetividade dos valores investidos mediante a comparação entre as ações executadas e o cumprimento das metas físicas estabelecidas, operando o cruzamento entre os dados financeiros e os resultados alcançados. Dessa forma, o estudo busca relacionar os indicadores de desempenho para identificar, de maneira fundamentada, a magnitude real da influência desses recursos na promoção do desenvolvimento socioeconômico estadual.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo adotou uma abordagem metodológica mista, de natureza descritiva, estruturada sob a forma de um estudo de caso. A investigação combinou análises qualitativas focou na relação custo-benefício e no desempenho financeiro e quantitativas para examinar a execução física e financeira do PDRIS. Os procedimentos incluíram pesquisa bibliográfica e documental, com o exame de relatórios técnicos do Banco Mundial como o *Project Appraisal Document* e *ICR*, legislação estadual e contratos de empréstimo, com o objetivo de analisar a efetividade desse empréstimo externo no âmbito das políticas públicas estaduais e compreender seus impactos específicos no avanço socioeconômico local (Banco Mundial, 2012).

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se a introdução, onde são expostos o tema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. Em seguida, desenvolve-se a fundamentação teórica com revisão da literatura com base em autores que discutem a temática que contextualiza os BMDs, a atuação do Banco Mundial no Tocantins e os marcos legais pertinentes. Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos que fundamentam a análise. O eixo central da investigação aborda o Projeto PDRIS, descrevendo seus componentes e a execução financeira.

Os achados da pesquisa apontam para um alto desempenho na gestão de infraestrutura, consolidando a integração territorial e a viabilidade econômica dos investimentos. Em contrapartida, o trabalho discute as fragilidades institucionais que resultaram em uma lacuna de dados educacionais, dificultando a correlação direta entre os investimentos realizados e a

melhoria do ensino. Por fim, são discutidos os resultados obtidos sobre os impactos dos empréstimos externos, seguidos pelas considerações finais e indicações para estudos futuros.

2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deste estudo foi motivada por diversos fatores, incluindo o ambiente escolar, que, aliadas à infraestrutura e à qualidade do corpo docente da instituição proporcionaram um espaço favorável para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades na área de pesquisa escolhida. A relevância da temática se justifica pela necessidade de uma compreensão atualizada das dinâmicas e desafios das operações de empréstimos externos no setor público. O estudo busca, portanto, ampliar o entendimento sobre os efeitos desses financiamentos no desenvolvimento do estado.

Outros fatores que motivaram o desenvolvimento do estudo foram afinidade profissional, interesse pessoal e o desejo de contribuir com a produção de conhecimentos aplicados à realidade da gestão pública. Enquanto profissional pesquisadora na área financeira e contábil, com ênfase em projetos financiados pelo Banco Mundial, o estudo possibilitou outra percepção ao analisar os resultados e benefícios das políticas públicas direcionadas ao setor público. Somando ainda ao fato de atuar como servidora na Unidade de Gerenciamento de Projetos da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins, o estudo permitiu a compreensão e o acompanhamento dos mecanismos exigidos pelo organismo internacional, incluindo relatórios financeiros, auditorias e sistemas de monitoramento (Tocantins, 2012).

A familiaridade com o tema, adquirida por meio de atividades profissionais na área contábil que envolve a execução desses projetos, reforçou o interesse em aprofundar a análise sobre os impactos e aportes desses financiamentos para o desenvolvimento na gestão pública do Estado. Esse interesse foi potencializado pelo desejo de ampliar os conhecimentos e contribuir para a formulação de estratégias e políticas públicas mais eficazes e sustentáveis para o estado.

Ademais, a pesquisa representa uma oportunidade para gerar benefícios à população, fornecendo subsídios teóricos e práticos que ampliem a compreensão sobre os gastos públicos, principalmente os provenientes de organismos internacionais. Com atenção aos impactos de recursos financeiros para o desenvolvimento socioeconômico do Tocantins, o estudo objetiva ainda oferecer uma análise fundamentada que enriqueça a compreensão acadêmica sobre o tema. Ao reunir e organizar as informações disponíveis, o trabalho

pretende disponibilizar os resultados para pesquisadores, estudantes e outros interessados, contribuindo para aprimorar as políticas públicas implementadas nos estados.

Do ponto de vista pessoal, há um interesse em ver o Tocantins crescer e ser reconhecido por sua capacidade de implementar políticas públicas com eficiência e compromisso tanto por parte da população quanto dos governantes, pois, apesar de ser um Estado novo, enfrenta desafios históricos e estruturais, agravados por antecedentes de instabilidade política. Compreender os processos que moldam seu desenvolvimento representa, tanto um exercício acadêmico, quanto uma missão pessoal profissional. Essa busca reflete o desejo de vivências e trajetórias profissionais à produção de conhecimento, contribuindo tanto para o fortalecimento das políticas públicas quanto para a construção de um futuro mais promissor para o Estado e para a ciência.

Partindo do diagnóstico de que o modelo econômico vigente apresenta falhas, Stiglitz (2002) defende que a academia vai para além de expor essa realidade, englobando também a estruturação de alternativas viáveis. O autor sustenta que tal responsabilidade transcende a pesquisa, pois em uma sociedade democrática, a transformação social depende diretamente do conhecimento público sobre essas novas propostas. Dessa forma, a comunicação ampla dos resultados da investigação torna-se um requisito fundamental para a validação social do conhecimento produzido, visto que a mudança efetiva requer uma população informada.

Nesse cenário, o papel dos acadêmicos, é fundamental para entender e explicar o funcionamento real do sistema econômico, que, diferentemente das teorias de otimização e benefício generalizado, não têm servido a todos equitativamente. A porcentagem de desigualdade, como ressalta Stiglitz, continua a aumentar, evidenciando a urgência de uma abordagem mais justa na formulação das regras econômicas e na implementação de políticas de desenvolvimento (Stiglitz, 2002). A relevância dessa discussão se estende a contextos locais, como o Tocantins, que ao buscar financiamento para o desenvolvimento por meio de empréstimos com instituições como o Banco Mundial, deve garantir que a alocação desses recursos tenha como resultado a mitigação das desigualdades sociais, em vez de agravá-las.

3 PROBLEMA

A literatura existente aborda amplamente o papel do Banco Mundial no financiamento de políticas públicas em países em desenvolvimento. Entretanto, há uma carência de dados consolidados e análises detalhadas sobre como os empréstimos foram aplicados no Estado, interessando-nos aqui, bem como sobre os resultados efetivos alcançados para o seu

desenvolvimento, especialmente em termos de transformação socioeconômica (SOUZA, 2023).

Assim, o Tocantins, sendo um estado relativamente novo no contexto federativo brasileiro, enfrenta desafios complexos relacionados ao crescimento econômico e ao desenvolvimento socioeconômico. Nesse cenário, os financiamentos provenientes de bancos multilaterais, como o Banco Mundial, têm sido extensivamente utilizados para impulsionar projetos estratégicos no Estado. Desde a década de 1990, o Banco Mundial tem financiado projetos voltados à infraestrutura e ao desenvolvimento regional sustentável. Inicialmente, os recursos foram alocados na estruturação da malha rodoviária estadual, com destaque para o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária (P006555/IBRD-37130), que destinou US\$ 87 milhões para apoiar a consolidação da infraestrutura básica de transporte do estado recém-criado (Banco Mundial, 2012).

Ao longo dos anos, a parceria evoluiu para iniciativas mais complexas e integradas, como o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (PDRS Tocantins). Este projeto com um financiamento de US\$60 milhões de dólares americanos, com ênfase em garantir o acesso de populações em situação de vulnerabilidade a empregos, mercados e serviços essenciais.

Mais recente, o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS Tocantins – P121495/IBRD-8185), com financiamento de US\$ 300 milhões, consolidou-se como projeto de maior valor financiado. Sua execução refletiu uma mudança de foco em relação aos projetos anteriores, ao integrar ações de infraestrutura viária com estratégias de aprimoramento da gestão pública. O objetivo central foi promover a eficiência do transporte rodoviário estadual, ao mesmo tempo em que se buscava elevar a qualidade de serviços públicos estratégicos (Banco Mundial, 2012).

A execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) no Tocantins representa uma iniciativa do governo estadual para enfrentar desafios históricos, por meio de um empréstimo junto ao Banco Mundial. A proposta busca promover melhorias estruturais, sociais e econômicas, alinhando-se a uma estratégia de desenvolvimento robusta e de longo prazo para a região. O projeto visa, portanto, uma transformação integrada e sustentável do estado (TOCANTINS, 2011). No entanto, apesar dos progressos iniciais, ainda há lacunas significativas que precisam ser abordadas, tanto no que se refere à avaliação da efetividade do projeto quanto na mensuração dos resultados alcançados.

Por isso, esse estudo levanta reflexões sobre a utilização dos recursos advindos de financiamentos internacionais com bancos multilaterais, como o Banco Mundial, e seu efetivo

impacto no desenvolvimento socioeconômico do Tocantins. É nesse contexto, que surge a questão central desta pesquisa: *De que forma os recursos do empréstimo do Banco Mundial, aplicados através do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), impactaram o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Tocantins, no período de 2012 a 2021?*

Essa problemática é relevante, pois os empréstimos externos podem incentivar políticas públicas e viabilizar projetos estruturantes voltados à redução das desigualdades sociais (BANCO MUNDIAL, 2012). Além disso, se bem utilizado representam uma alternativa para ampliar investimentos públicos e suprir lacunas financeiras quando os recursos disponíveis são insuficientes, (TOCANTINS, 2017). Diante disso, torna-se necessária uma análise que avalie os impactos socioeconômicos desses projetos, buscando entender seu resultado no crescimento sustentável do Tocantins.

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 Objetivos Gerais:

- Analisar como os empréstimos externos provenientes do Banco Mundial impactam o desenvolvimento do Estado do Tocantins, considerando a aplicação dos recursos, e os resultados socioeconômicos do Projeto PDRIS executado em 2012 a 2021.

4.2 Objetivos Específicos:

- Analisar a efetividade dos recursos do Banco Mundial no Projeto PDRIS (2012–2021), no Tocantins, comparando valores investidos, ações executadas e resultados obtidos, por meio de análise documental e dados quantitativos de desempenho.
- Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas pelo PDRIS, cruzando os resultados financeiros (valores aplicados) com os resultados físicos e socioeconômicos alcançados.
- Relacionar os dados e os resultados dos indicadores adotados no âmbito da pesquisa sobre o PDRIS, com o propósito de identificar de que forma os recursos impactaram o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Tocantins, no período de 2012 a 2021.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: atores estratégicos e a atuação do Banco Mundial:

A interconectividade da sociedade global evidencia que o desenvolvimento sustentável permanece como um dos principais desafios contemporâneos, uma vez que exige a articulação entre mudanças econômicas, sociais e ambientais. A pobreza persiste como uma realidade dura em várias comunidades, ao mesmo tempo em que as mudanças climáticas ameaçam modos de vida e intensificam conflitos em escala mundial, ampliando desigualdades já existentes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como o desenvolvimento sustentável pode ser conduzido, em diferentes regiões do mundo. Os líderes mundiais, atentos a essa urgência, vêm concentrando esforços na formulação e execução de planos de desenvolvimento integrados, com objetivos concretos voltados à confiança e à prosperidade da humanidade (ONU, 2024).

Logo, a atuação de instituições multilaterais e financeiras, como o Banco Mundial, exerce influência por meio de seu financiamento. Tais instituições têm a atribuição de executar políticas públicas que visam a superação de desafios estruturais. Esse entendimento é importante para contextualizar a presente pesquisa, que busca analisar como os empréstimos externos oriundos do Banco Mundial impactam o desenvolvimento do Estado do Tocantins, considerando a aplicação dos recursos e os resultados socioeconômicos do Projeto PDRIS, executado entre 2012 e 2021 (Banco Mundial, 2012)

O dinamismo da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça o compromisso global com a erradicação da pobreza, a proteção ambiental e a promoção da paz e prosperidade universais. A Agenda 2030, que incorpora os ODS, constitui um plano de ação abrangente, composto por 17 objetivos e 169 metas interdependentes, visando a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente resistente, (ONU, 2024).

Em vista disso, a realização dessa agenda complexa demanda esforços coordenados entre governos, setor privado e sociedade civil, enfrentando obstáculos expressivos no monitoramento e execução das metas propostas, sobretudo diante das desigualdades regionais. O caráter abrangente dos ODS, ainda que represente uma visão integrada e sistêmica do

desenvolvimento, impõe desafios operacionais, especialmente em contextos locais marcados por limitações institucionais e econômicas. Nesse contexto, o Banco Mundial alinha-se aos princípios da Agenda 2030, financiando projetos que visam à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento sustentável, como exemplificado no Projeto PDRIS em Tocantins, cuja análise é o foco desta pesquisa, (ONU, 2024).

Com essa finalidade, os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), de acordo com Souza (2023) são reconhecidos como atores estratégicos no cenário internacional no âmbito do financiamento com proposta para o desenvolvimento. Diferenciando-se de outras instituições financeiras por suas peculiares características, criados por tratados internacionais, possuem personalidade jurídica independente com capacidade de mobilizar recursos financeiros em grande escala e assistência técnica qualificada.

Embora autores como Santos (2025) discutam a soberania nacional frente à globalização, no contexto subnacional do Tocantins, a relação com BMDs, como o Banco Mundial, deve ser analisada sob a ótica da capacidade de endividamento e da busca por especialização técnica que o Estado não possuía isoladamente para executar o PDRIS.

A premissa básica dos BMDs reside em um mandato de política pública, com foco no desenvolvimento, em vez da geração de rendimentos para acionistas. Adicionalmente, sua propriedade conjunta por dois ou mais países, que contribuem com capitais e fundos, e a capacidade de alavancar recursos em mercados de capitais internacionais, garantem autonomia e sustentabilidade financeira para decisões de investimento independentes e alinhadas aos seus objetivos de desenvolvimento. Essa estrutura legal sólida, aliada a imunidades e privilégios, facilita suas operações e a mobilização de recursos adicionais, conforme apontado por (Souza, 2023).

Nesse aspecto os BMDs desempenham papel central no âmbito do financiamento para o desenvolvimento, consolidando-se como atores estratégicos na cooperação financeira internacional. Possuem características próprias de governança e operação, sendo capazes de mobilizar recursos financeiros em grande escala e assistência técnica qualificada. Além disso, a principal função dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, em um contexto de instabilidade econômica, é ser agente proativo e flexível. Sua capacidade adaptativa permite que eles ajustem seus instrumentos financeiros rapidamente. Esse ajuste visa, simultaneamente, amortecer os choques imediatos das crises, de mitigar os impactos e construir a capacidade estrutural dos países membros para suportar e se recuperar de futuras instabilidades. (Souza, 2023).

Souza (2023) enfatiza que, apesar de o Brasil ser uma das maiores economias globais, sua representatividade em BMDs globais, como o Banco Mundial, é desproporcional. Essa situação reflete a ausência de uma estratégia nacional consolidada, que dificulta a potencialização dos benefícios proporcionados por essas instituições. Segundo o autor, os processos burocráticos e a falta de articulação entre os órgãos governamentais brasileiros agravam essa subutilização. Assim, o autor sugere uma maior articulação entre os órgãos brasileiros e defende a criação de indicadores que priorizem entes com menor capacidade técnica e financeira, para que possam acessar recursos de forma mais equitativa (Souza, 2023).

Além disso, Souza (2023) propõe que o Brasil adote uma postura mais proativa, articulando esforços entre as esferas federal, estadual e municipal, para potencializar o acesso a recursos e fortalecer sua posição nos BMDs. O autor defende que uma estratégia nacional robusta pode permitir ao Brasil e consequentemente ao estado do Tocantins exercer maior influência nas decisões dessas instituições, e dessa maneira potencializar o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

Considerando que o Banco Mundial (2012) estabelece a redução da pobreza e das desigualdades como objetivo central de suas intervenções multissetoriais, abrangendo infraestrutura e gestão pública. Tal meta enfrenta a complexidade da pobreza estrutural nos países em desenvolvimento. Sob a perspectiva de Santos (2025), esse fenômeno constitui uma produção racional e planejada em escala global, distinta de falhas pontuais ou acidentes históricos. O autor argumenta que decisões políticas e econômicas deliberadas perpetuam a exclusão social, configurando um cenário onde as ações institucionais frequentemente colidem com a persistência de dívidas sociais que o próprio sistema econômico globalizado gera e amplia.

No contexto específico deste estudo, a desigualdade estrutural descrita por Santos (2025) manifesta-se no Tocantins através do isolamento geográfico de comunidades rurais, indígenas e quilombolas. Diante disso, a pesquisa em desenvolvimento verifica se as obras de infraestrutura do PDRIS mitigaram efetivamente essa exclusão social ou se atenderam, preponderantemente, a uma lógica estritamente econômica orientadora das instituições globais, em detrimento do bem-estar social. Investiga-se, portanto, a concretização de uma integração real dessas populações em oposição ao reforço de mecanismos de eficiência de mercado e governança que, paradoxalmente, mantêm a marginalidade dessas comunidades.

Com base nisso, é importante esse estudo sobre o movimento do Banco Mundial em países em desenvolvimento, como o Brasil, e, especificamente, sobre os empréstimos

destinados ao Tocantins no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS). Pois embora tais financiamentos se apresentem como mecanismos de apoio ao combate à pobreza e promoção do desenvolvimento, é fundamental ponderar se esses recursos contribuem efetivamente para mitigar as desigualdades estruturais descritas por Santos (2025). Assim, reitera-se que o estudo de caso do PDRIS no Tocantins focaliza essa investigação acerca da relação entre os investimentos realizados, os resultados socioeconômicos alcançados e a persistência, ou transformação das condições de exclusão social no estado (Santos, 2025).

A atuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), como o Banco Mundial no Tocantins comprova o uso do financiamento externo para impulsionar políticas públicas. Desde a década de 1990, esses empréstimos têm sido utilizados para a ampliação dos investimentos estadual, direcionados a setores prioritários como infraestrutura e sustentabilidade regional, com taxas de juros consideradas competitivas e condições que aparentam ser mais vantajosas em comparação ao mercado interno, em projetos de longo prazo (Banco Mundial, 2012).

Assim, ao articular as ideias de Santos (2025) com a análise da aplicação de financiamentos internacionais no Tocantins, amplia-se a compreensão crítica sobre o papel das políticas públicas em contextos marcados por dependência financeira e por assimetrias estruturais. O desafio, portanto, é avaliar se os empréstimos contribuíram para o desenvolvimento do estado a partir de inserção internacional orientada por justiça social, solidariedade, soberania e sustentabilidade ou se reforçaram a subordinação do desenvolvimento local aos interesses externos.

Com essa percepção, o desenvolvimento local passa a ser mediado por diretrizes internacionais, o que evidencia uma aparente convergência entre os interesses globais e as políticas públicas locais. No entanto, na análise de Santos (2025), essa dinâmica muitas vezes revela uma globalização perversa, na qual o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais para benefícios exclusivos, que pode ser vista como política pública local subordinada por lógicas distantes e externas que se manifestam como a tirania da informação e do dinheiro e que distancia o Estado do seu papel subserviente aos interesses dominantes.

Ainda seguindo a lógica de Santos (2025), a ideia de uma política pública estruturada precisa ser reavaliada, devendo ir além de soluções paliativas ou compensatórias que não remetem às causas estruturais da pobreza e da desigualdade. É fundamental, na perspectiva do autor, questionar quem de fato se beneficia desses fluxos, quais territórios são prioritariamente

atendidos e se a disseminação do conhecimento e dos resultados alcançados é equitativa, ou se, ao contrário, essa dinâmica aprofunda a exclusão e a vulnerabilidade, caracterizando uma política irracional confiada a interesses mercantis em detrimento do bem-estar coletivo e da solidariedade. Na visão do autor uma política pública estruturada priorizaria o homem, a solidariedade e a cidade, em contraposição à competitividade e ao lucro.

A literatura de Stiglitz (2002) evidencia que os efeitos sociais da globalização, fortemente influenciados pelas instituições financeiras internacionais, não são uniformemente positivos. A priorização do crescimento econômico em detrimento do bem-estar social tem gerado aumento das disparidades de renda, acentuando a pobreza e a exclusão social. Em muitos países em desenvolvimento, a renda permanece concentrada em uma pequena parcela da população, enquanto a maioria enfrenta privações extremas.

Ainda, segundo, Stiglitz, a globalização, em vez de representar processo intrinsecamente benéfico, pode intensificar a precarização do acesso a serviços básicos e limitar investimentos em infraestrutura social, em decorrência das políticas de austeridade associadas ao condicionamento financeiro internacional. Esse debate se aplica diretamente à realidade brasileira, onde programas financiados pelo Banco Mundial, como os voltados para o Estado do Tocantins, revelam a articulação entre a necessidade de investimentos em infraestrutura e os riscos de restrições fiscais impostas como contrapartida. Assim, a análise crítica proposta por Stiglitz auxilia na compreensão de como os financiamentos externos, embora necessários ao desenvolvimento regional, podem reproduzir desigualdades ao limitar os investimentos sociais em áreas estratégicas para a promoção da equidade (Stiglitz, 2002).

A globalização contemporânea, embora ofereça oportunidades de aprendizado técnico para nações em desenvolvimento, apresenta riscos significativos quando impõe a adesão acrítica a modelos econômicos padronizados. A análise de trajetórias internacionais revela que a aplicação rígida de receitas externas pode resultar em crescimento insignificante e aprofundamento das desigualdades, falhando em promover o bem-estar social prometido. Esse cenário exige cautela na implementação de projetos financiados por organismos multilaterais, pois a importação automática de soluções desconsidera as particularidades históricas e sociais locais, comprometendo a eficácia das políticas públicas de desenvolvimento (Stiglitz, 2002).

Nessa perspectiva, Stiglitz (2002) alerta que a insistência em modelos uniformizados ignora as especificidades locais, uma crítica fundamental para a avaliação do PDRIS no Tocantins. O autor defende que o sucesso econômico de certas nações se deve à autonomia na condução de suas políticas e à adaptação de estratégias globais aos objetivos internos, em

oposição à submissão a diretrizes externas. Portanto, a análise deste estudo averigua se o Estado do Tocantins exerceu a autonomia necessária ou reproduziu orientações administrativas que não correspondem à realidade local.

A crítica de Stiglitz (2002) torna-se pertinente ao analisar a gestão do PDRIS, pois evidencia as tensões geradas pelos instrumentos burocráticos e padronizados impostos pelo Banco Mundial, como o Regulamento de Aquisições, cuja adoção constitui exigência contratual obrigatória. A predominância das Condições Gerais do Banco sobre a legislação federal, quando incompatíveis, ilustra austeridade à autonomia administrativa e jurídica do país mutuário, reforçando o argumento do autor acerca da assimetria de poder entre financiador e Estado. Diante disso, é fundamental investigar se tais normas, orientadas por interesses de países industrializados, fortaleceram a capacidade institucional do Tocantins.

Avançando para a dimensão espacial, Santos (2025) destaca que, na globalização, o território adquire novas funções, tornando-se peça central na competitividade entre atores desiguais. A localização estratégica passa a ser condição para a eficácia econômica, onde os agentes hegemônicos se apropriam dos espaços mais valorizados, restando às populações vulneráveis áreas fragmentadas e desarticuladas. Essa leitura permite questionar se o PDRIS organizou o espaço tocantinense para integrar suas comunidades ou se tão somente preparou o território para servir aos fluxos de capital global.

Essa dinâmica impõe, segundo Santos (2025), uma lógica de fragmentação territorial, marcada pelo choque entre os movimentos globais da economia e os interesses regionais. A fragmentação ocorre quando a regulação do território obedece a parâmetros externos, manifestando-se em pequenos polos de modernidade técnica cercadas por áreas de exclusão. No Tocantins, observa-se esse risco quando infraestruturas de ponta são direcionadas a regiões de agronegócio intensivo, enquanto comunidades tradicionais permanecem à margem, submetidas a uma inserção subordinada que lhes retira a autonomia.

Aplicando essa teoria à infraestrutura do PDRIS, verifica-se se a pavimentação de rodovias atendeu a uma lógica somente econômica de escoamento, conforme critica Santos (2025), ou se promoveu a coesão social. A preocupação central é que o investimento, ao priorizar a eficiência logística demandada pelos mercados internacionais, tenha negligenciado o isolamento geográfico de comunidades indígenas e quilombolas por exemplo. Tal cenário configuraria a infraestrutura como algo distinto de um bem público universal, configurando-a como um sistema técnico seletivo que aprofunda as desigualdades territoriais.

Além disso, a atuação do Estado no PDRIS, segundo Milton Santos (2025), deve ser rigorosamente avaliada, pois muitas vezes o poder público privilegia interesses de grandes

corporações e do sistema financeiro em vez da sociedade. No caso do Tocantins, o governo pode ter funcionado como facilitador das exigências do Banco Mundial, limitando sua soberania e ampliando uma “esquizofrenia territorial”, onde o território é controlado por forças externas e seus habitantes perdem poder de decisão. Essa dinâmica reflete a face perversa da globalização, que aprofunda desigualdades e fragmentações territoriais. Assim, o sucesso financeiro pode mascarar um desenvolvimento alienado, que fragiliza a política estatal e compromete a construção de um crescimento sustentável e inclusivo para a população local.

Stiglitz (2002) complementa essa visão ao ressaltar que muitos projetos se apresentam sob o discurso da modernização, mas na prática reproduzem a marginalização social. A retórica de combate à pobreza do Banco Mundial é confrontada pela realidade de que o crescimento da renda global não é compartilhado equitativamente. No Tocantins, isso implica avaliar se os indicadores de sucesso" do PDRIS refletem melhorias reais na qualidade de vida dos mais pobres ou tão somente a modernização de processos administrativos e infraestrutura viárias que não alteram a natureza da distribuição de renda.

Assim, o investimento estrangeiro, para ser legítimo, deve respeitar e fortalecer as singularidades locais. Tanto Stiglitz (2002) quanto Santos (2025) convergem na ideia de que o desenvolvimento verdadeiro exige que as políticas públicas sejam desenhadas a partir das necessidades internas, e não impostas verticalmente. O PDRIS, portanto, deve ser julgado pela sua capacidade de mitigar a exclusão e promover a autonomia das comunidades locais, evitando transformar o Tocantins em um mero apêndice funcional da economia globalizada.

A competitividade dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) é alicerçada em sua capacidade de oferecer financiamento com custos inferiores e prazos mais extensos do que os praticados pelo mercado privado, podendo ultrapassar trinta anos. Conforme Chiliatto (2022), essa vantagem resulta de um modelo financeiro eficiente, sustentado por robustas classificações de crédito, como a chancela AAA, que consente a estas instituições captar recursos a juros baixos no mercado de capitais e repassá-los com um *spread* reduzido.

Por outro lado, o autor aponta que essa eficiência financeira contrasta com as críticas recorrentes à complexidade de seus processos internos e políticas operacionais, que podem encarecer os projetos. Contudo, argumenta-se que tal complexidade pode resultar em um melhor desenho e execução das operações, especialmente no apoio a executores com fragilidades institucionais, havendo um esforço permanente dos BMDs para otimizar seus processos e reduzir os custos operativos (Chiliatto, 2022).

Nesse processo, o Banco Mundial atua de forma a operacionalizar seu mandato de desenvolvimento por meio de um suporte diversificado que inclui financiamento, assessoria técnica e política. Para isso, utiliza como principal instrumento as Operações de Financiamento de Projetos de Investimento (IPF), cujo propósito é apoiar os países membros, ou Mutuários, na consecução de suas metas, com foco primordial na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável. No âmbito dessas operações, o regulamento de Aquisições visa assegurar que os Mutuários obtenham o chamado *Value for Money* (VfM), a otimização do valor do dinheiro, de forma íntegra e alinhada aos objetivos do projeto (Banco Mundial, 2020).

No intuito de garantir que os recursos financeiros sejam empregados de maneira correta e para os fins previstos, o Regulamento de Aquisições do banco estabelece um conjunto de princípios fundamentais que devem subsidiar todo o processo. Conforme o Banco Mundial (2020), entre esses pilares estão a economicidade, a integridade, a eficiência, a transparência e a equidade. Essa estrutura normativa busca assegurar a correta aplicação dos fundos, bem como a legitimidade e a eficácia das ações financiadas, criando um ambiente de confiança e responsabilidade na execução dos projetos (Banco Mundial, 2020).

Alinhado a esses princípios, o Banco Mundial exige que os países mutuários adotem medidas concretas para avaliar e gerir os impactos ecológicos e de inclusão social de seus projetos. Nesse sentido, o processo de aquisição permite e incentiva a incorporação de requisitos de compras sustentáveis, como a adoção de padrões de eficiência energética e hídrica ou a observância de normas trabalhistas. Dessa forma, o Banco Mundial (2020) determina que os documentos de aquisição contenham cláusulas mandatórias para a mitigação de riscos socioambientais, incluindo disposições específicas contra práticas de Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS), integrando a responsabilidade social e ambiental como condição contratual.

O Banco Mundial, apesar de defender a adoção de medidas que considerem os impactos ecológicos e a inclusão social, e que promovam práticas sustentáveis, frequentemente entra em contradição com as dinâmicas reais dos projetos que financiam em países periféricos. A lógica de atuação do Banco está inserida em um contexto de forças hegemônicas, nas quais o território é fragmentado em pontos de interesse dos agentes geopolíticos dominantes, como grandes corporações e o capital financeiro (Santos, 2025).

Além disso, o espaço geográfico constitui o cenário onde se confrontam e se complementam forças que o reorganizam e lhe conferem significado, segundo Santos (2025). O autor define domínios de fluxos para descrever o território em que ações preponderantes

são exercidas por agentes globais. Esses agentes operam prioritariamente para favorecer seus próprios interesses e estruturam um espaço hierárquico integrado ao sistema capitalista mundial. Essa configuração demanda fluidez e velocidade, orientando a logística e a produção em larga escala. No contexto de iniciativas de desenvolvimento com financiamento externo, como o Projeto PDRIS, faz-se necessário identificar como essa lógica de dominação busca se afirmar no território tocantinense.

5.1.1. Aspectos Legais das Operações de Crédito com Organismos Internacionais por Entes Federativos.

A contratação de operações de crédito por entes federados junto a organismos internacionais é disciplinada por um conjunto de normas legais que visa assegurar a responsabilidade fiscal, a transparência e a sustentabilidade das finanças públicas. No ordenamento jurídico brasileiro, tais operações estão sujeitas a rígidos critérios constitucionais e infraconstitucionais, os quais delimitam as competências institucionais, os limites de endividamento e as condições para a concessão de garantias pela União.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu artigo 52, inciso VII, que compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre os limites globais e as condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal (Brasil, 1988). Essa atribuição normativa visa garantir o controle democrático e técnico sobre o endividamento público, evitando desequilíbrios fiscais que comprometam a estabilidade econômica do país.

Complementando o arcabouço constitucional, a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), impõe uma série de exigências aos entes federados no que tange à contratação de crédito. O artigo 1º, § 1º, da LRF, determina que a gestão fiscal deve ser planejada, transparente e voltada à prevenção de riscos, com o cumprimento de metas e a observância de limites legais, especialmente no que diz respeito às operações de crédito (Brasil, 2000). O artigo 29, inciso III, define operação de crédito de forma ampla, abrangendo desde mútuos até instrumentos financeiros complexos, como derivativos, o que amplia o escopo de controle sobre os compromissos financeiros assumidos pelo setor público.

Ainda segundo a LRF, o Ministério da Fazenda é o órgão responsável por verificar o cumprimento dos limites e condições estabelecidos para essas operações (Art. 32), sendo que

a instituição financeira contratante também deve exigir a comprovação de conformidade legal (Art. 33). Caso ocorra descumprimento, a operação será considerada nula, devendo ser cancelada sem pagamento de encargos financeiros, conforme prevê o § 1º do artigo 33.

Para regulamentar com maior detalhamento os dispositivos constitucionais e a LRF, o Senado Federal aprovou as Resoluções nº 40/2001, nº 43/2001 e nº 48/2007. A Resolução nº 40/2001, de 20 de dezembro de 2001, estabelece os limites da dívida pública consolidada e mobiliária. Já a Resolução nº 43/2001, de 21 de dezembro de 2001, trata diretamente das operações de crédito internas e externas, definindo regras sobre garantias, limites e condições para contratação. Por fim, a Resolução nº 48/2007, de 21 de dezembro de 2007, disciplina os critérios para a concessão de garantias pela União em favor de entes subnacionais (Brasil, 2001a; 2001b; 2007).

Essas normas jurídicas de competência do Senado Federal têm como finalidade estabelecer limites e condições para operações de crédito e para a gestão da dívida pública, disciplinando o endividamento da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com foco na dívida consolidada, na dívida mobiliária e nas garantias concedidas (Brasil, 2001; Brasil, 2007).

A natureza jurídica dos empréstimos firmados com organizações internacionais de cooperação financeira, como o Banco Mundial, demanda uma abordagem que ultrapassa a ideia de um simples contrato administrativo. Esses acordos estão fundamentados no Direito Internacional, reconhecendo tais instituições como sujeitos jurídicos com competência normativa própria. Como explica Almeida (2014), ao celebrar esses instrumentos, o Estado brasileiro se submete simultaneamente às normas internas e às cláusulas pactuadas nos tratados internacionais, que passam a ter força de lei ordinária após sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Essa vinculação jurídica obriga a Administração Pública a observar integralmente os termos acordados, especialmente no que se refere a licitações e aquisições, que muitas vezes seguem normativas internacionais específicas. Tais regras vinculam legalmente os entes contratantes e garantem a execução dos compromissos assumidos com os organismos multilaterais, promovendo práticas alinhadas aos padrões globais de governança, transparência e responsabilidade. Nesse contexto, os acordos de empréstimo deixam de ser simples mecanismos financeiros e se consolidam como instrumentos de cooperação internacional, capazes de articular a soberania nacional aos princípios do Direito Internacional (Almeida, 2014).

5.1.2 Critérios de exigibilidade

Os critérios de exigibilidade para financiamentos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) incluem países classificados como de renda médio-alta, cuja renda per capita varia entre US\$ 4.046 e US\$ 12.535. O Banco Mundial classifica os países com base em critérios econômicos e sociais que, apesar de técnicos, expressam posições políticas e institucionais. Suas modalidades de financiamento destinam-se a projetos específicos, como infraestrutura, ou a políticas de desenvolvimento, com exigências institucionais e orçamentárias (Banco Mundial, 2012).

O relacionamento contratual estabelecido entre o BM e o mutuário é minuciosamente demarcado pelo contrato de empréstimo, condições gerais do empréstimo, manuais, regulamentos entre outros, as quais definem as obrigações de execução do projeto e o uso estrito dos recursos financeiros em Despesas Elegíveis previamente acordadas. Um elemento fundamental das normas de governança reside na exigência imperativa de adoção do Regulamento de Aquisições do Banco (Banco Mundial, 2020), instrumento contratual proposto para garantir a economicidade, a integridade e a eficiência no manejo dos fundos.

O impacto jurídico dessa submissão é significativo, uma vez que o Acordo Legal estabelece a prevalência das Condições Gerais do Banco sobre a lei federal interna, a exemplo da Lei nº 14.133/2021, em situações de incompatibilidade. Tal imposição normativa, que transforma um regulamento burocrático em norma de aplicação superior, configura um exemplo palpável de como as exigências limitam a soberania, conforme o raciocínio de Stiglitz (2002). Nessa situação, o mutuário aceita, a priori, que a norma externa prevaleça sobre a legislação interna, um indicativo claro do impacto das exigências contratuais na autonomia jurídica e administrativa do país.

Diante das circunstâncias impostas pelo financiamento externo com o Banco Mundial, a Lei nº 8.666/1993, vigente até 2021, representava o marco legal para as contratações públicas no Brasil. Essa norma impunha a necessidade de compatibilizar as exigências locais com os padrões internacionais de licitação e contratação, assegurando a adequação das políticas públicas brasileiras às condições estabelecidas pelos agentes financiadores e à sustentabilidade dos projetos executados (Brasil, 1993).

O processo de contratação de operações de crédito com organismos internacionais no Brasil também segue o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O manual define um percurso rigoroso e burocrático, composto por 24 etapas, que podem levar de um a três anos para serem concluídas. Essas etapas incluem a

verificação de limites e condições para que estados, municípios e empresas estatais possam contratar operações de crédito, com ou sem garantia da União, bem como uma análise minuciosa de documentos, viabilidade técnica e financeira dos projetos, e monitoramento da execução dos recursos, (Brasil, 2023).

No contexto dos financiamentos internacionais, a exigência de contrapartida mínima de 20% do montante financiado é um aspecto importante para a aprovação dos projetos. Essa contrapartida, proveniente de receitas específicas, reforça o comprometimento dos governos locais com a execução dos projetos e seus resultados. Ao demandar recursos próprios ou ativos, como terrenos, o Banco Mundial busca garantir a sustentabilidade dos projetos e a partilha dos esforços financeiros entre a instituição financiadora e o proponente (Brasil, 2019).

O processo de solicitação de financiamentos internacionais inicia-se com uma etapa de alinhamento entre o ente federativo e a instituição financeira, como indicado pela STN. A necessidade de uma conversa prévia com os bancos evidencia a relevância de definir, de antemão, o potencial agente financiador, cujos dados devem constar já na documentação inicial. Essa etapa preliminar é fundamental para verificar as condições técnicas, operacionais e financeiras exigidas, assegurando que o projeto esteja alinhado com os critérios da instituição e seja viável para prosseguir com a solicitação formal (Brasil, 2023).

Nesse contexto, a Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Seaid), integrante da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), é responsável pela articulação das políticas de desenvolvimento e pela coordenação da atuação do Brasil junto às instituições financeiras internacionais. Enquanto membro acionista, o objetivo do órgão é orientar a alocação de recursos dessas instituições para suprir as demandas do país. Já na condição de mutuário, compete à Seaid a análise técnica de projetos de financiamento externo que demandam garantia da União, sendo imprescindível que tais propostas estejam alinhadas às estratégias de desenvolvimento estabelecidas pelo Governo Federal em conjunto com a sociedade (Brasil, 2023).

Após a análise técnica detalhada pela Seaid, os pleitos são submetidos à deliberação da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex). O propósito desta comissão é assegurar que os projetos financiados com recursos externos possuam viabilidade técnica e econômica, além de manterem estrita consonância com as políticas públicas nacionais (Brasil, 2023).

A atuação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) é sustentada por um conjunto de instrumentos legais que garantem transparência e previsibilidade aos processos

decisórios. O Decreto nº 9.075/2017, de 06 de junho de 2017, define a composição e as competências da Comissão, estabelecendo suas bases institucionais.

Complementarmente, as resoluções normatizam os diferentes níveis de análise: a Resolução nº 1/2021, 10 de fevereiro de 2021, que aprova o Regimento Interno da COFIEIX, e a Resolução nº 2/2021, 10 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Regimento do Grupo Técnico (GTEC), disciplinam os procedimentos internos e especificam o papel do GTEC na análise técnica detalhada dos projetos. A Resolução nº 3/2019, de 29 de maio de 2019, estabelece critérios para apreciação de pleitos apresentados por entes subnacionais, enquanto a Resolução da COFIEIX nº 17/2021, de 07 de junho de 2021, define parâmetros de avaliação destinados a aferir a qualidade e a relevância das propostas submetidas (Brasil, 2023).

A carta-consulta, que sintetiza os objetivos e custos do programa, é o documento formal que inaugura a análise técnica e política. Esta análise é conduzida pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), cuja composição multidisciplinar e a atuação de seu Grupo Técnico (GTEC) fazem avaliação rigorosa dos pleitos. A possibilidade de a COFIEIX solicitar uma defesa do projeto ao mutuário reforça o caráter deliberativo e a exigência de robustez na proposição, a fim de assegurar que os recursos externos sejam alocados em iniciativas estratégicas e bem fundamentadas (Brasil, 2023).

O trâmite para a aprovação de um financiamento externo no setor público, exige um planejamento estruturado que esteja em conformidade com os interesses do Estado. Após a escolha do agente financiador, tem-se um processo rigoroso e sequencial, conduzido inicialmente pela Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SAIN) do Ministério do Planejamento. Este processo se desdobra em seis fases distintas, que vão desde a submissão de documentos até a efetiva execução do projeto (Brasil, 2023).

A fase de análise é a etapa inicial, na qual a Carta-Consulta é apresentada ao Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), culminando na avaliação da proposta. Em seguida, a fase de preparação tem início com a publicação da recomendação da COFIEIX, com um prazo máximo de 24 meses para a conclusão, sob pena de perda de eficácia da recomendação. A fase de negociação é dedicada ao debate das minutas contratuais, enquanto a fase de assinatura formaliza o acordo após a aprovação pelo Senado Federal. Finalmente, as fases de efetividade e execução apontam a concretização do financiamento, com o primeiro e os subsequentes desembolsos dos recursos (Brasil, 2023).

Outras exigências para a obtenção de empréstimos com organismos multilaterais, conforme descritas no Manual de Financiamentos Externos, abrangem critérios financeiros e operacionais, incluindo a necessidade de uma avaliação favorável pela STN quanto à

capacidade de pagamento, trajetória de endividamento e cumprimento de contratos de renegociação de dívidas, conforme disposto no Decreto n.º 9.075/2017, de 6 de junho de 2017, (Brasil, 2019). A SAIN também avalia os aspectos técnicos e operacionais dos projetos, visando assegurar o uso responsável dos recursos e evitar o comprometimento excessivo do endividamento público.

Além da avaliação, a COFIEIX também negocia as condições dos empréstimos e financiamentos com instituições internacionais, como o Banco Mundial. Silva (2022) destaca que essas negociações são essenciais para obter termos favoráveis, maximizando os benefícios dos recursos recebidos e minimizando os custos e riscos associados. A competência da COFIEIX em conduzir tais negociações é determinante para o sucesso dos projetos financiados (Brasil, 2023).

A partir desse contexto, a contratação de operações de crédito externo por entes subnacionais no Brasil é disciplinada por um rigoroso arcabouço jurídico, que estabelece as bases legais para a formalização de financiamentos internacionais e a execução de projetos associados. No contexto do Estado do Tocantins, a autorização para firmar empréstimo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), materializou-se por meio da Lei Estadual nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009 (Tocantins, 2009).

Na época esta legislação atribuiu ao Poder Executivo, a competência para contratar operação de crédito no valor de até 300 milhões de dólares americanos, observando os trâmites legais e as condições estabelecidas pelos organismos financeiros internacionais, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 3.046 (Tocantins, 2009).

Em complemento, o Decreto Estadual nº 4.388, de 1º de setembro de 2011 regulamentou a execução do projeto no âmbito estadual, especificando a estrutura institucional necessária para sua operacionalização. Nesse contexto, a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) foi formalmente designada como órgão responsável pela coordenação institucional do programa, cabendo-lhe a função de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas perante o Banco Mundial, bem como realizar a adequada prestação de contas dos recursos financiados (Tocantins, 2011).

Esse projeto integrava as metas definidas no Plano Plurianual (PPA) 2008–2011 – Revisão 2011, publicado no Diário Oficial nº 3.352, de 31 de março de 2011, o qual estabeleceu diretrizes, objetivos e métodos voltados aos objetivos do Projeto. A previsão no PPA conferiu legitimidade técnica e política à operação, com evidências a articulação entre o

planejamento governamental e a captação de recursos internacionais como instrumento de ação estratégica do Estado (Tocantins, 2011).

5.1.3 Os aspectos da dívida externa

Os aspectos regulatórios da dívida externa, conforme definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), estabelece diretrizes rigorosas para a gestão da dívida pública, com especial atenção às operações de crédito realizadas com organismos multilaterais, objetivando o controle das contas públicas e transparência na contabilidade fiscal.

A exigência de autorizações específicas, tanto no âmbito orçamentário quanto pelo Senado Federal, ressalta a importância de alinhar o planejamento financeiro ao interesse público. O Art. 32 destaca que as operações de crédito devem demonstrar relação custo-benefício e atender ao interesse econômico e social, enfatizando a prudência e a eficiência no uso dos recursos externos (Brasil, 2000).

Mesmo com parcerias e empréstimos de bancos multilaterais, como o Banco Mundial, para financiar projetos específicos de desenvolvimento, o Brasil mantém como estratégia central de captação de recursos a emissão de títulos da dívida pública, que constitui a principal fonte de financiamento do governo federal. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a gestão da dívida externa brasileira tem se caracterizado por uma postura proativa, com a adoção de mecanismos que asseguram a liquidez necessária para cumprir as obrigações financeiras. Nesse contexto, a contratação de empréstimos junto a instituições como o *New Development Bank* exemplifica um planejamento orientado à sustentabilidade fiscal, permitindo ao país equilibrar o uso de recursos externos com a capacidade de honrar seus compromissos (Brasil, 2023).

Sob a ótica de Stiglitz (2002), a globalização conduzida por instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem falhado em atender às reais necessidades dos países em desenvolvimento. Em vez de promover crescimento sustentável e inclusão econômica, esse modelo tem aprofundado desigualdades e agravado os problemas sociais e financeiros dessas nações, especialmente por meio de políticas que favorecem interesses de economias mais fortes e comprometem a autonomia econômica dos países mais frágeis.

A dívida externa, nesse contexto, emerge como um reflexo dos equilíbrios inerentes do sistema global, funcionando mais como um mecanismo de dependência do que como

ferramenta de desenvolvimento, conforme a crítica ao modelo atual de globalização. Por isso, Stiglitz (2002) critica o modelo de globalização baseado na agenda neoliberal hegemônica promovida por organismos financeiros internacionais, pois impõe políticas de liberalização financeira e austeridade fiscal, resultando em maior vulnerabilidade a crises, aumento da pobreza e crescimento da dívida pública.

Em outra perspectiva, o autor Souza (2023) destaca que esses bancos oferecem financiamentos de longo prazo com condições vantajosas, como juros baixos e prazos estendidos, sendo essencial em momentos de crises econômicas globais. Além disso, operam em oposição aos ciclos econômicos e injetam recursos para mitigar choques externos e apoiar a estabilidade financeira de seus membros. Entre as funções apontadas pelo autor, incluem-se o apoio ao desenvolvimento regional, à redução das desigualdades sociais, a promoção de inovações tecnológicas e o financiamento de projetos de infraestrutura.

Apesar dos financiamentos internacionais apresentarem oportunidades para o desenvolvimento, seus impactos requerem uma análise cuidadosa das políticas públicas. Conforme Santos (2025), a inserção em um sistema econômico global, focado na acumulação de capital, pode intensificar o endividamento e a dependência, sobretudo quando estratégias de autonomia econômica não são prioritárias. No caso do Tocantins, o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), trouxe avanços socioeconômicos, entretanto, implicou compromissos financeiros de longo prazo, o que requer uma análise equilibrada que considere tanto os benefícios imediatos quanto as repercussões estruturais futuras.

A implementação de projetos grandiosos e multissetoriais ocorre em um cenário global cujas contradições foram profundamente analisadas por Santos (2025), sob a ótica de que um dos maiores desafios contemporâneos decorre do modelo predominante de globalização, e que promove uma competitividade exacerbada em detrimento da solidariedade. Esse processo, ao instituir a lógica do individualismo exacerbado, impacta diretamente a coesão social, tratando o outro como um competidor a ser superado e, consequentemente, ampliando as desigualdades em múltiplas escalas, das interpessoais às internacionais.

Ainda assim, a dívida externa representa uma estratégia de financiamento amplamente adotada por entes subnacionais que buscam viabilizar projetos de grande impacto na aplicação dos recursos em áreas como infraestrutura, educação, gestão pública e desenvolvimento rural, e para isso é preciso considerar a capacidade fiscal do Estado do Tocantins de arcar com o serviço da dívida ao longo do tempo. Entre os anos de 2015 e 2024, a relação entre a Receita Corrente Líquida (RCL) e o Serviço da Dívida oscilou de forma significativa, refletindo os

impactos diretos da amortização dos empréstimos sobre o orçamento estadual. Esse indicador, que expressa o comprometimento das receitas líquidas com o pagamento de juros e amortizações, evidencia os limites e riscos da dependência de capital externo (Tocantins, 2024), conforme Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Receita Corrente Líquida em relação ao Serviço da Dívida para o Estado do Tocantins, do período de 2015 a 2024

Ano	Dívida Consolidada Líquida (DCL)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% da DCL sobre a RCL
2015	2.523.586.132,80	6.304.771.944,72	40,03%
2016	2.410.379.476,46	7.293.584.929,36	33,05%
2017	2.735.798.547,03	7.198.140.237,26	38,01%
2018	4.570.176.997,01	7.190.329.051,40	63,56%
2019	4.564.454.228,92	8.015.429.038,52	56,95%
2020	3.246.271.201,31	8.967.319.709,14	36,22%
2021	1.970.008.799,89	10.053.168.262,52	19,60%
2022	919.652.860,08	12.105.998.306,71	7,60%
2023	599.525.761,68	13.094.049.260,01	4,58%
2024	1.598.398.609,40	14.655.407.399,67	10,92%

Fonte: elaborada pela autora a partir do dado disponível em: <https://www.to.gov.br/sefaz>, em 07 de junho de 2025

Observa-se na Tabela 1 a oscilação em relação à dívida consolidada líquida, com destaque para o período entre 2015 e 2019, quando a dívida apresentou crescimento relevante, alcançando o pico de R\$ 4,57 bilhões em 2018. Esse mesmo ano também marcou o ponto mais crítico da relação entre dívida e receita, com a DCL correspondendo a 63,56% da Receita Corrente Líquida (Tocantins, 2024).

Em termos fiscais, embora esse percentual não ultrapasse o limite legal estabelecido no art. 52, inciso VI da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que fixa o teto de 180% da RCL para os Estados, ele representou uma pressão significativa sobre a capacidade de pagamento do ente subnacional, indicando elevada dependência da receita corrente para o cumprimento de suas obrigações financeiras no período (Tocantins, 2024).

Contudo, a partir de 2020, verifica-se uma inflexão no comportamento da dívida estadual. O valor da DCL passa a decrescer de maneira consistente, saindo de R\$ 3,24 bilhões em 2020 para R\$ 599,5 milhões em 2023. Paralelamente, a RCL apresenta crescimento contínuo ao longo do período, mais que dobrando entre 2015 e 2024 (de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 14,65 bilhões). Essa combinação de redução da dívida e expansão das receitas resulta em uma melhoria considerável do indicador de solvência. A relação DCL/RCL atinge o seu

menor nível em 2023, com 4,58%, o que evidencia um cenário de expressiva capacidade fiscal (Tocantins, 2024).

Assim, mesmo com o aumento da dívida para R\$ 1,59 bilhão em 2024, o índice percentual permanece sólido (10,92%), situando-se abaixo do limite prudencial estabelecido pela legislação fiscal. Esse dado demonstra que o Estado conseguiu reduzir a vulnerabilidade fiscal e reestruturar seu perfil de endividamento, favorecendo a sustentabilidade das finanças públicas, expondo, dessa maneira, sólida capacidade de pagamento de sua dívida. Nesses aspectos, há evidências de tendência de fortalecimento da arrecadação, associada à significativa redução da DCL, o que permite concluir que o Estado apresenta posição fiscal favorável, com ampla margem para contratar novas operações de crédito, caso haja necessidade de financiamento de políticas públicas estratégicas. O controle da dívida, aliado ao crescimento da receita, reflete um cenário de responsabilidade fiscal e de planejamento orçamentário eficaz (Tocantins, 2024).

5.1.4 O Banco Mundial (BIRD)

O Grupo Banco Mundial é considerado uma fonte de apoio financeiro e técnico ao desenvolvimento global, com atuação em 189 países-membros, é composto por cinco organizações - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), Corporação Financeira Internacional (CFI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI). O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) fornece financiamento e consultoria para políticas públicas, com o objetivo de reduzir a pobreza e promover o crescimento sustentável (Banco Mundial, 2012).

O Banco Mundial, fundado em 1944, é um dos produtos da conferência de Bretton Woods, ao longo de quase oito décadas de atuação, o qual passou de uma instituição voltada à reconstrução do pós-guerra para uma organização multilateral empenhada à promoção do desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza. Essa evolução, marcada pela transição de investimentos em infraestrutura para ações em setores econômicos e sociais reflete a adaptação do Banco Mundial aos desafios e interesses geopolíticos emergentes nas últimas décadas (Banco Mundial, 2012).

A trajetória do Banco Mundial revela uma evolução significativa em seu enfoque de atuação. Inicialmente, concentrou-se no financiamento de projetos voltados à infraestrutura

produtiva, com ênfase na reconstrução e no desenvolvimento econômico. Posteriormente, direcionou seus esforços para programas de ajuste de alicerce, com o objetivo de promover reformas macroeconômicas nos países mutuários. Mais recentemente, passou a priorizar ações direcionadas à redução da pobreza, ampliando seu escopo para incluir políticas sociais e estratégias em todas as dimensões de desenvolvimento sustentável (Banco Mundial, 2012).

Nesse aspecto, o Banco Mundial propõe atuar com o objetivo de reduzir os índices de pobreza em escala global, por meio da concessão de empréstimos e subsídios a países em desenvolvimento. Além do apoio financeiro, a instituição também produz e disponibiliza uma ampla base de dados, que pode ser usado como ferramenta para análises comparativas e monitoramento contínuo das condições econômicas e sociais de cada país (Banco Mundial, 2012). E, para alcançar esses objetivos, a instituição disponibiliza recursos financeiro e pessoal qualificado com vasta base de conhecimentos para apoiar os esforços desses países (ONU, 2024). No contexto global, o Banco Mundial atua em diversas frentes, com propostas para impulsionar o crescimento contínuo e equitativo, e foco na redução das desigualdades sociais e econômicas, (Banco Mundial, 2012).

A atuação do BM, embora formalmente pautada na missão de reduzir a pobreza e fomentar o crescimento sustentável, é alvo de críticas substanciais devido ao seu alinhamento com estritas exigências fiscais e macroeconômicas, as quais, paradoxalmente, geram contradições estruturais nos países mutuários. Instituições financeiras internacionais frequentemente defendem a supremacia do mercado com força ideológico, impondo políticas de austeridade, como a redução de gastos públicos, o aumento de impostos e a elevação de taxas de juros, que, na prática, podem induzir à retração da economia. O estudioso Stiglitz (2002) confirma tal crítica ao argumentar que o modelo de globalização, consolidado sob a agenda liberal dominante das instituições financeiras internacionais, demonstrou-se ineficaz para mitigar a pobreza, resultando, inversamente, em sua intensificação e na ampliação da disparidade socioeconômica.

Essas condicionalidades impostas, que refletem primordialmente os interesses e perspectivas dos países industrializados mais avançados, constituem um sistema de "tributação sem representação" para as nações em desenvolvimento, fragilizando, por consequência, a sua soberania nacional. Nesse contexto, o ente mutuário, no caso do Tocantins, vê-se obrigado a assegurar sua capacidade de pagamento e a sustentabilidade fiscal, ainda que as políticas restritivas determinadas pelo BIRD e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) comprometam o desempenho econômico local (Stiglitz 2002).

Além disso, o Banco Mundial, demonstra um alinhamento estratégico com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais objetivos, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), representam um apelo global unificado à ação com metas amplas e interconectadas. Este alinhamento institucional é fundamental para quem tem os mesmos objetivos de desenvolvimento, visto que a agenda da ONU visa, especificamente, erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e, assim, garantir que todos os indivíduos, em qualquer localidade, possam alcançar a paz e a prosperidade (ONU, 2024).

Conforme argumenta Rached (2010), essa mudança está menos relacionada a demandas internas ou emergentes da própria instituição e mais vinculada às transformações ocorridas no contexto geopolítico internacional, que moldaram novas dinâmicas e prioridades globais. Essa perspectiva reforça o papel do Banco Mundial como um agente adaptável às circunstâncias externas, em vez de protagonista na formulação de agendas autônomas de desenvolvimento.

Nessa linha, a proposta do Banco Mundial de fato excede a oferta de recursos financeiros, materializando-se em uma estrutura regulatória que influencia a gestão e se propõe a fortalecer as capacidades institucionais dos países mutuários onde atua. Seu objetivo de apoiar o crescimento sustentável e reduzir a pobreza é operacionalizado ao exigir que o próprio país formule uma Estratégia de Aquisições (EAPD), um processo que força a autoavaliação da capacidade de execução e o alinhamento das compras com os objetivos de desenvolvimento, fomentando práticas de governança baseadas em planejamento, transparência e gestão de riscos (Banco Mundial, 2020).

A promulgação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, evidencia um movimento de adequação normativa do ordenamento jurídico brasileiro aos padrões internacionais, sobretudo em contextos que envolvem financiamentos externos concedidos por organizações financeiras multilaterais como o Banco Mundial. Observa-se que as exigências contratuais desses organismos vêm influenciando ajustes nas políticas públicas nacionais, orientando mudanças legislativas que buscam garantir a conformidade com os requisitos dos financiadores e, assim, assegurar alinhamento às condições contratuais, viabilidade técnica e jurídica dos projetos implementados no país (Brasil, 2021).

Para além disso, a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021, estabelece a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e orienta ações para sua efetividade. A normativa reflete o compromisso do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB) em alinhar as práticas das instituições financeiras com

princípios de sustentabilidade e gestão responsável de riscos socioambientais e climáticos (BCB, 2021).

Alinhado a essas práticas de governança e planejamento estratégico, o Banco Mundial atua como um agente financiador de projetos voltados ao desenvolvimento, direcionando sua atuação para áreas críticas como a sustentabilidade e a promoção do crescimento econômico em escala local e global. Para viabilizar a implementação dessas iniciativas nos países membros, a instituição linhas de crédito e suporte técnico necessário para a execução dos projetos, garantindo que as aplicações dos recursos estejam em conformidade com sua missão institucional (Banco Mundial, 2020).

5.1.5 Os projetos financiados pelo Banco Mundial no Estado Tocantins

Desde a década de 1990, o Banco Mundial financia projetos para o Estado do Tocantins, nas áreas de infraestrutura e sustentabilidade regional. Esse vínculo duradouro, conforme destacado pelo Banco Mundial (2012), evoluiu ao longo dos anos, com projetos cada vez mais abrangentes e complexos. Exemplos desses empréstimos incluem o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária de Tocantins (1994-1999), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Rural (2004-2012), Fundo Fiduciário GEF TF09676 (doação) e o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (2012-2021).

Inicialmente, os recursos do Banco Mundial foram direcionados para a estruturação das rodoviárias estaduais do Tocantins - P006555, IBRD-37130, focado no apoio a infraestrutura para atender as bases de um Estado recém-criado, concentrando-se nas principais infraestruturas de transporte, com financiamento de US\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de dólares americanos).

O objetivo desse projeto foi combater a deterioração das redes rodoviárias, aprimorar a capacidade de serviço, desenvolvimento institucional e de políticas, que inclui a preparação de programas de financiamento rodoviário e o fortalecimento da gestão de contratos, reabilitação e manutenção das rodovias; e, modernização e pavimentação prioritária das estradas. Além disso, o projeto visava fortalecer a capacidade do governo em instituir diretrizes ambientais rigorosas, assegurando a sustentabilidade da infraestrutura rodoviária e a eficiência na gestão dos recursos naturais.

Posteriormente, o foco passou a ser o desenvolvimento sustentável – o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (PDRS). Este projeto com um financiamento de US\$ 60 milhões de dólares americanos, com ênfase em garantir o acesso de

populações em situação de vulnerabilidade a empregos, mercados e serviços essenciais. Esse processo incluiu, ainda, a prática de atividades que promovem a descentralização e o fortalecimento institucional, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento local e integrar a gestão ambiental, ampliando as oportunidades no Estado (Banco Mundial, 2012).

O Fundo Global para o Meio Ambiente GEF (P091827/TF096766 concedido por doações por meio do Acordo de Concessão de Fundo Fiduciário do Global Environmental Facility, no valor de US\$ 3 milhões de dólares americanos, constitui-se como um mecanismo financeiro responsável por apoiar a implementação de diversas convenções ambientais internacionais. No caso do Tocantins atuou com objetivo de promover a conservação da biodiversidade do bioma cerrado, e melhorar o manejo de recursos naturais no Cerrado. Esse projeto de doação efetivou políticas e práticas sustentáveis no território do beneficiário (Banco Mundial, 2012).

Por fim, o PDRIS Tocantins, P121495/IBRD8185, com financiamento de US\$ 300 milhões de dólares americanos, cujo objetivo principal foi aprimorar a eficácia do transporte rodoviário e elevar a eficiência de serviços públicos específicos, alinhando-se à agenda do Estado do Tocantins para promover um desenvolvimento integrado e equilibrado entre os territórios. Para alcançar esse propósito, buscou-se melhorar a acessibilidade das populações e dos produtores às oportunidades de emprego, aos serviços essenciais, aos recursos e aos mercados. Além disso, o projeto colocou em primeiro plano a conectividade entre os territórios do Estado e as regiões produtivas, contribuindo para a redução de desigualdades regionais (Banco Mundial, 2012).

Os financiamentos realizados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ao Estado do Tocantins ao longo das últimas décadas mostram um padrão de aporte financeiro voltado ao fortalecimento institucional e à promoção do desenvolvimento regional. Os dados (tabela 2) indicam que, desde 1994, foram celebrados quatro acordos com diferentes volumes de investimento, em busca de capacidade de captação de recursos do Estado e prioridades estratégicas dos projetos em questão. Observa-se que os valores financiados variam significativamente entre os contratos, desde montantes mais modestos, como o de 2004, até aportes robustos, como o de 2012, que alcançou US\$ 300 milhões. Em alguns casos, houve participação do governo estadual por meio de contrapartidas, enquanto em outros, os recursos foram integralmente providos pelo BIRD, conforme demonstrativo:

Tabela 2 - Resumo dos projetos Financiados pelo BIRD para o Tocantins

Projetos Financiados pelo BIRD para o Tocantins						
Projetos	Assinatura	Encerramento	US\$ BIRD	US\$ Contrapartida	US\$ Total	
Programa Gerenciamento Malha Rodoviária de Tocantins	24/06/94	31/12/99	87.000.000,00	87.600.000,00	174.600.000,00	
Projeto de Desenvolvimento Sustentável Rural TO	29/10/04	29/02/12	60.000.000,00	40.000.000,00	100.000.000,00	
(Projeto Cerrado Sustentável do Tocantins) Acordo de Concessão de Fundo Fiduciário do Global Environmental Facility	14/06/10		3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	
Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins	06/12/12	31/12/21	300.000.000,00	0,00	300.000.000,00	

Fonte: Banco Mundial, 2012

O aspecto central da iniciativa foi o fortalecimento institucional, com o intuito de modernizar a gestão pública e aprimorar a prestação de serviços. A proposta contemplou ações voltadas para o fomento das atividades econômicas locais, o fortalecimento da gestão ambiental e a melhoria da qualidade educacional, destacando-se como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo para o estado. Essas diretrizes estavam em consonância com as recomendações do Banco Mundial, que enfatizavam a necessidade de intervenções estratégicas para estimular o crescimento econômico regional e a coesão social no Tocantins (Banco Mundial, 2012).

Enquanto o Banco Mundial demonstra flexibilidade em adaptar suas ações às demandas globais, o Estado do Tocantins busca, por meio dos empréstimos contratados, com essas organizações multilaterais, suprir suas necessidades para viabilizar projetos estratégicos em áreas fundamentais, como investimento em infraestrutura, educação, saúde, desenvolvimento rural, consolidação fiscal, desenvolvimento sustentável e inclusivo com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local. Entretanto, o processo para obter esses recursos exige o cumprimento de critérios rigorosos e a adequação às políticas estabelecidas pelo Banco Mundial, vislumbrando oportunidades e desafios para a gestão pública local (Banco Mundial, 2012).

Esses acordos entre o Banco Mundial e o Tocantins, inicialmente focado em infraestrutura rodoviária, visaram impulsionar o crescimento econômico e a qualidade de vida

da população no Estado. A realização desses projetos exigiu um planejamento meticuloso alinhado às diretrizes do Banco Mundial e às políticas públicas estaduais e brasileiras, em concordância às prioridades de desenvolvimento para o Estado, (Banco Mundial, 2012).

A intervenção do Banco Mundial ocorre por meio da imposição de um conjunto de condições prévias aos governos nacionais durante a solicitação de empréstimos externos. As condições impostas ao Estado incluem a capacidade de pagamento do ente e o potencial de desenvolvimento, sendo esses fatores utilizados para avaliar sua capacidade creditícia (Banco Mundial, 2012).

Outro requisito é a obrigatoriedade da aplicação do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial no âmbito do Projeto PDRIS, pois ele não se origina da legislação nacional, mas de um vínculo contratual e fiduciário. A exigência é um pilar do Acordo Legal firmado entre o Banco e o mutuário, que estabelece as diretrizes para a aquisição de bens, obras e serviços. Conforme a prerrogativa institucional da organização financiadora, a adoção de suas próprias normas assegura que os recursos do financiamento sejam empregados com critérios de economia e eficiência, exclusivamente para os fins pactuados (Banco Mundial, 2020). Portanto, a responsabilidade pela execução dos processos de aquisição, em conformidade com o regulamento, recai sobre a entidade beneficiária como condição para o uso dos fundos.

Assim, o Banco Mundial estabelece conjunturas, chamadas de “condicionalidades”, que os países devem cumprir para obter empréstimos e financiamentos. Essas exigências incluem a estabilidade macroeconômica, com políticas fiscais e monetárias equilibradas, controle da inflação e redução de déficits públicos (Banco Mundial, 2011).

Outra contingência envolve a sustentabilidade ambiental e social dos projetos financiados, para garantir que estejam em conformidade com normas ambientais e promovam a inclusão social (Banco Mundial, 2021). O fortalecimento da governança também é uma exigência comum, com foco em transparência, combate à corrupção e boa gestão dos recursos públicos (Banco Mundial, 2022). Essas condições são estabelecidas para assegurar que os países beneficiados tenham capacidade de pagamento e que os projetos financiados contribuam efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico.

5.2 Abordagens socioeconômicas do Estado do Tocantins:

O Tocantins, criado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é o Estado mais jovem do Brasil, resultado de uma demanda político-administrativa de longa data pela

criação de uma nova unidade federativa na região Norte. Composto por 139 municípios, o Estado conta com uma população de 1.511.460 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2024. Em termos de extensão territorial, o Tocantins abrange uma área de 277.423,627 km², em 2024, a qual perfaz cerca de 3,26% do território nacional e 7,2% da Região Norte, dividida em oito microrregiões geográficas, caracterizando-se por uma diversidade geográfica que inclui serras, planaltos e bacias hidrográficas (IBGE, 2024).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2024), a população do estado é de 1.511.460 mil habitantes, o que representa 0,74% da população do país e, 17.349.619 habitantes 8,5% da população da região norte. A densidade demográfica é de 5,45 hab./km² e a composição demográfica é 79% urbana e 31% rural. Limita-se, ao norte, com o Estado do Maranhão; a leste, com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul, com o Estado de Goiás e, a oeste, com os Estados do Mato Grosso e Pará.

Dados do IBGE mostram que entre 1970 e 2010 ocorreu uma profunda transformação no perfil demográfico do Tocantins, marcada pela redução expressiva da população rural. Em 1970, o campo concentrava 402.770 habitantes, equivalentes a 75% da população total, mas esse número caiu de forma constante nas décadas seguintes, mesmo com o crescimento populacional geral do estado. Em 2010, a população rural somava 293.339 pessoas, que representa apenas 21% do total, evidenciando o intenso processo de urbanização. O histórico indica um esvaziamento contínuo do campo, porém os dados de 2024 revelam uma população rural correspondente a 31%, o que sugere possível reversão ou estabilização dessa tendência (IBGE, 2024).

Nesse panorama, o Tocantins insere-se no cenário nacional como uma unidade federativa marcada por intensa modernização e rápida urbanização. O êxodo rural, com a população do campo caindo de 25,7% para 14,6% entre 2000 e 2022, impõe uma pressão significativa sobre as infraestruturas e os serviços urbanos. Essa dinâmica demográfica coincide com uma aceleração econômica notável no período de execução do projeto, entre 2012 e 2021. Observa-se a expansão do Produto Interno Bruto estadual, que cresceu de R\$ 20,6 bilhões para R\$ 51,7 bilhões. Tal crescimento, no entanto, assenta-se sobre uma base que demanda atenção contínua (IBGE, 2022).

Na década de 2000 a infraestrutura rodoviária do estado do Tocantins mostrava grandes entraves ao seu pleno desenvolvimento socioeconômico, especialmente no que se refere a integração territorial e a dinamização das cadeias produtivas. Com uma malha rodoviária total de 27.140 km, observa-se uma predominância das vias municipais (15.799

km), seguidas pelas estaduais (9.611 km) e, em menor proporção, pelas federais (1.730 km). Esse perfil de distribuição rodoviária, embora expressivo em extensão, revela-se insuficiente em termos qualitativos, uma vez que apenas 2.770 km das rodovias estaduais e municipais estavam pavimentados, o que correspondia a menos de 11% do total dessas vias (Brasil, 2000).

Essa limitação estrutural comprometia o escoamento da produção agropecuária, um dos pilares da economia tocantinense, e restringia o acesso a mercados consumidores, centros urbanos, serviços públicos e polos turísticos, como a região do Jalapão. Ademais, dos 972 km de rodovias federais pavimentadas, 720 km concentram-se na BR-153, eixo longitudinal fundamental, mas isoladamente incapaz de assegurar a interligação eficiente das diversas regiões do estado (Brasil, 2000). Essa realidade indicava que a infraestrutura não acompanha a dimensão territorial do Tocantins e tampouco responde às exigências de articulação econômica e social que o desenvolvimento sustentável demanda.

A efetivação do desenvolvimento técnico, incluindo a infraestrutura viária, está intrinsecamente condicionada à ação política, seja ela corporativa ou estatal, que atua como mediadora para que a técnica se materialize e se inscreva na história. Em contextos de grande extensão territorial, como o estado do Tocantins, uma malha viária adequada é um requisito fundamental para a promoção de um desenvolvimento regional equilibrado. Contudo, a precariedade ou ausência dessa infraestrutura não deve ser interpretada como a causa fundamental das desigualdades. Segundo Santos (2025), tal carência é, na verdade, um sintoma de uma não-política, funcionando como um reflexo e um mecanismo que perpetua a fragilidade regional dentro de um sistema global desigual, agravando problemas como o isolamento e as dificuldades de acesso a serviços e políticas públicas.

A dificuldade de articulação territorial e o aproveitamento limitado das potencialidades do Tocantins dialogam com a análise de Santos (2025) sobre as resistências locais à homogeneização imposta pelo dinheiro global, pois embora busque uma homogeneização, enfrenta resistências locais que moldam seu processo de expansão. A dinâmica dos fluxos financeiros globais não age de forma convencionada, mas se adapta às particularidades de cada espaço socioeconômicas e políticos. No entanto, essa tensão é acompanhada por uma forte tendência de adaptação às novas condições financeiras. A “fluidez financeira” é hoje considerada um requisito essencial para que, uma região ou um país seja, competitivo e, conseqüentemente, alcance sucesso no cenário global.

Nessa lógica, a ausência de infraestrutura é, ao mesmo tempo, uma causa do subdesenvolvimento, porque limita o acesso a oportunidades e investimentos, e também uma

consequência dessa posição de menor importância, já que os recursos e decisões tendem a se concentrar nas regiões mais ricas e influentes do país. Como destaca Santos (2025), essa situação faz parte de uma dinâmica excludente imposta pela globalização, que fortalece os centros e fragiliza ainda mais as periferias do território.

Ainda assim, a precariedade e a baixa densidade da malha pavimentada refletem uma dificuldade histórica de articulação territorial, que limita a integração intraestadual e enfraquece as conexões com outras regiões do Brasil. Nesse contexto, o aproveitamento limitado das potencialidades agropecuárias, minerais e turísticas do Tocantins estão fortemente atrelados à ineficiência do sistema de transportes, tornando imperativa a formulação de políticas públicas voltadas à reestruturação e expansão da infraestrutura viária. A consolidação de uma malha rodoviária moderna e integrada é, portanto, condição indispensável para a promoção de desenvolvimento econômico sustentável e regionalmente equilibrado no estado (Brasil, 2000).

Em 2010, mais de 49% dos municípios do estado do Tocantins encontravam-se na faixa inferior da distribuição do valor adicionado bruto do setor de serviços, evidenciando uma forte concentração das atividades econômicas em poucos polos regionais mais desenvolvidos (IBGE, 2010). Essa configuração demonstra a limitada diversificação econômica da maioria dos municípios tocantinenses, sobretudo os de pequeno porte e localizados em regiões periféricas, principalmente no norte do estado. Ao contrastar essa realidade com os dados mais recentes de 2022, observa-se que, embora tenha havido crescimento econômico no estado, com o PIB total alcançando R\$ 51,78 bilhões, os serviços permaneceram como o principal setor da economia, IBGE (2022) onde a concentração territorial da geração de riqueza persiste.

Segundo dados do IBGE (2010), os municípios com maior percentual de população rural, como Muricilândia, Pau D'Arco e Combinado, apresentaram expressiva concentração de habitantes em áreas rurais, evidenciando economias e estruturas sociais fortemente orientadas para o setor agrícola. Por outro lado, cidades como Gurupi, Araguaína e Porto Nacional também se destacaram, demonstrando que, mesmo em municípios com grandes centros urbanos, a presença da população rural ainda foi significativa.

A maioria dos municípios ainda participa de forma limitada da economia estadual, revelando que o avanço econômico não foi acompanhado por uma desconcentração significativa do setor de serviços (IBGE, 2022). Esse padrão evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à interiorização do desenvolvimento econômico, à valorização das vocações locais e à superação das desigualdades regionais.

Com o objetivo de avaliar o progresso de longo prazo do desenvolvimento humano, apresenta-se na Tabela 3, a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no estado do Tocantins, no período de 2000 a 2021:

Tabela 3 - Evolução do IDHM do Tocantins (2000-2021)

Ano	IDH-M Geral	IDH-M Renda	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade
2000	0.525	0.605	0.348	0.688
2010	0.699	0.690	0.624	0.793
2016	0.734	0.679	0.723	0.805
2017	0.740	0.687	0.729	0.809
2018	0.749	0.698	0.741	0.814
2019	0.751	0.693	0.747	0.818
2020	0.755	0.691	0.763	0.817
2021	0.731	0.684	0.732	0.779

Fonte: Atlas Brasil, 2023

Com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA, FJP), podemos afirmar que para o Tocantins entre os anos de 2000 e 2021, houve poucas variações no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), com oscilações e desigualdades entres as três dimensões que compõem o índice: renda educação e longevidade. Os dados revelam poucos avanços até 2020, com retração em 2021. Logo em 2000, o estado apresentava um IDHM geral de 0,634, com destaque negativo para a educação (0,482), o que indicava sérias limitações no acesso à escolarização e na qualidade da formação da população. Já os indicadores de longevidade (0,777) e renda (0,644) mostravam um desempenho intermediário, com acesso razoável à saúde e geração de renda (Atlas Brasil, 2023).

Até 2010, houve avanços em todos os componentes. O IDHM geral subiu para 0,699, com crescimento expressivo na educação (0,604), resultado de políticas de expansão do ensino básico e programas de incentivo à permanência na escola. O IDHM de longevidade alcançou 0,830, aponta melhora na expectativa de vida, associada à ampliação da atenção básica e ações de saúde preventiva. O indicador de renda também evoluiu, atingindo 0,708, impulsionado pelo crescimento dos setores urbanos e programas de transferência de renda (Atlas Brasil, 2023).

Para as próximas décadas houve alguns avanços, em 2010, o índice geral subiu para 0,699, com destaque para a educação (0,624), que mais que dobrou em relação ao valor de 2000. Entre 2016 e 2020, o Tocantins conservou a tendência de crescimento, o IDH-M geral

passou de 0,734 em 2016 para 0,755 em 2020. Nesse intervalo, a dimensão educacional continuou sendo o principal movedor do desenvolvimento humano no estado alcançou 0,763 em 2020. A longevidade também evoluiu de forma estável, atingiu 0,817 no mesmo ano. Em compensação, a dimensão da renda apresentou comportamento mais volátil e estagnado, oscilando entre 0,679 e 0,698. (Atlas Brasil, 2023). No ano de 2021 o IDH-M geral caiu para 0,731, com redução em todas as dimensões. A educação recuou para 0,732, a renda para 0,684 e a longevidade para 0,779 (Atlas Brasil, 2023).

Atualmente, o Estado do Tocantins apresenta um cenário de transformações socioeconômicas notáveis, impulsionado pela expansão e crescimento em diversos setores. A urbanização acelerada, que resultou em 79% da população concentrada em áreas urbanas é um dos marcos desse aceleramento. No entanto, essa rápida urbanização gera desigualdades regionais, especialmente entre as áreas urbanas mais desenvolvidas e as zonas rurais, que continuam a enfrentar desafios como a falta de infraestrutura adequada e a precariedade nos serviços essenciais (IBGE, 2022). No entanto, a urbanização acelerada contribuiu para o aumento da pressão sobre as infraestruturas urbanas, necessitando de investimentos adequados para equilibrar o desenvolvimento entre as regiões.

Apesar dos aumentos associados ao crescimento, a urbanização acelerada tem ampliado significativamente a pressão sobre as infraestruturas urbanas existentes. Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos públicos estratégicos que assegurem a expansão e a modernização dessas estruturas, de modo a garantir o acesso equitativo a serviços essenciais e reduzir as desigualdades regionais. No caso do Tocantins, observa-se um processo contínuo de urbanização e expansão econômica. Entre 2010 e 2022, a população do estado apresentou um crescimento médio de 9,25%, e em relação ao Produto Interno Bruto, foi o Estado que mais cresceu 74,2% no acumulado no mesmo período (IBGE, 2022).

A dinâmica da urbanização no Tocantins reflete as mudanças socioeconômicas e as migrações internas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2022), a urbanização tem se intensificado no Estado nas últimas décadas, com uma crescente concentração populacional em áreas urbanas, o que reforça a necessidade de políticas públicas que articulem desenvolvimento urbano sustentável com melhorias na infraestrutura e inclusão social, acompanhado do crescimento do Produto Interno Bruto estadual.

Além do que, a urbanização e o aumento da área urbanizada são fatores relevantes para compreender as transformações socioeconômicas no Tocantins, especialmente em relação ao período de 2012 a 2021. De acordo com os dados do IBGE (2022), observa-se um incremento significativo na expansão de áreas urbanizadas em diversas regiões do Estado, que

passou por melhorias estruturais em vias públicas e maior acessibilidade urbana. Esses avanços podem ser atribuídos, em parte, aos financiamentos provenientes de bancos multilaterais, como os do Banco Mundial, que viabilizaram projetos estratégicos de infraestrutura, incluindo o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS, (Banco Mundial, 2012).

A qualificação da força de trabalho no setor público tem apresentado avanços significativos no Tocantins, especialmente no âmbito da administração indireta. Dados do IBGE (2012) indicam que, em 2012, 54,9% dos vínculos empregatícios estavam concentrados no nível médio de escolaridade, demonstrando um perfil técnico mais consolidado. Além disso, o estado apresentou um dos menores percentuais de servidores com apenas o ensino fundamental, totalizando 4,7%, o que reforça a tendência de melhoria nos níveis de escolarização do funcionalismo público e a valorização da formação como elemento essencial para a eficiência administrativa.

Esses dados sugerem empenhos em direção à valorização da educação formal como base da administração pública estadual. Tal cenário respalda a relevância das ações executadas no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), financiado pelo Banco Mundial, que, entre seus objetivos, promoveu investimentos em capacitação e infraestrutura voltados ao fortalecimento institucional e à melhoria dos serviços públicos (Banco Mundial, 2012).

A relevância estratégica desse processo está diretamente associada à necessidade de captação de recursos, uma vez que “o ingresso de recursos representa o alicerce para o financiamento de ações governamentais, especialmente em contextos de expansão urbana e demandas sociais crescentes” (Prado & Pereira, 2013). Tal cenário requer o desenvolvimento de planejamento e políticas públicas capazes de responder às demandas de uma população cada vez mais urbana, sem negligenciar os desafios do desenvolvimento sustentável em áreas rurais e em pequenas cidades.

5.3 A transparência dos Recursos Externos em políticas públicas:

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), representa um marco no processo de democratização da administração pública brasileira ao redefinir a relação entre Estado e sociedade. Conforme seu Art. 3º, a transparência é instituída como o fundamento da atuação estatal, sendo que a principal diretriz promove uma ruptura com a tradição administrativa anterior ao consagrar a publicidade como preceito geral e o sigilo

como exceção. Essa inversão de lógica, que estabelece que toda informação produzida ou custodiada pelo poder público deve ser, por regra, acessível, é complementada pelo fomento a uma nova cultura de transparência na gestão pública (Brasil, 2011).

Para dar efetividade a esse princípio, a LAI estabelece o dever do Estado de garantir o direito fundamental de acesso por meio de procedimentos objetivos e em linguagem clara. Essa obrigação se desdobra na exigência da disseminação ativa de dados, que consiste na divulgação de um conjunto mínimo de informações de interesse público, independentemente de solicitações. Dessa forma, ao determinar que dados sobre repasses de recursos financeiros, despesas, procedimentos licitatórios e contratos sejam publicados em sítios oficiais, a lei fornece à sociedade as ferramentas necessárias para o exercício do controle social sobre a administração pública (Brasil, 2011).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no artigo 48, estabelece a necessidade de transparência na gestão fiscal, e determina que os entes federativos tornem públicos seus orçamentos, relatórios de execução orçamentária e financeira, demonstrativos de dívida, entre outros (BRASIL, 2000). Muitas vezes, a informação é divulgada, mas de forma fragmentada, em formatos complexos ou sem a devida contextualização, o que dificulta a compreensão.

Nesse aspecto, os governos têm sido atraídos para inovação tecnológica na área da informação que reforça o potencial de crescimento e reestruturação e emerge como base para o desenvolvimento do Tocantins, alinhando-se à urgência global por um "desenvolvimento mais inteligente"). A transição para economias digitais é uma prioridade universal, e a competitividade futura de um país ou região dependerá da agilidade em adotar essas novas configurações (Unesco, 2021).

Nesse contexto, a aplicação dos empréstimos externos do Banco Mundial por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) no Tocantins precisa priorizar o fortalecimento da infraestrutura digital e a promoção da inclusão tecnológica, para ampliar a eficiência e a competitividade local como contraponto à "pobreza estrutural globalizada" que o autor ressalta, ao destacar que a superação da pobreza exige respostas articuladas do Estado e da sociedade, em razão de sua gravidade e possibilidade de reversão de crescimento e mudança estrutural (Santos, 2025).

Por outro lado, destaca-se a importância da informação disponível que serve tanto para informar, quanto para manipular, confundindo o cidadão comum e enfraquecendo sua capacidade de questionar o mundo ao redor. No âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS) no Tocantins, observa-se reflexo direto dessa lógica fragmentada de disseminação informacional: os dados públicos são insuficientes, desconexos

e muitas vezes imprecisos, dificultando a avaliação transparente da aplicação dos recursos e a participação efetiva da sociedade civil (Santos, 2025).

Nesse fenômeno, determinados atores utilizam técnicas informacionais não para esclarecer, mas para manipular a percepção pública em função de seus próprios objetivos. O resultado desse processo é a circulação de uma informação distorcida que, em vez de ampliar o entendimento do cidadão, gera confusão e desorientação. Santos (2025) classifica essa prática como uma forma de "informação totalitária", que opera em uma dupla dimensão: por um lado, busca aparentar uma função instrutiva e, por outro, age de modo a convencer o público a partir de interesses predeterminados, minando a capacidade de análise crítica.

A transparência é estabelecida como um pilar fundamental que rege as operações de financiamento de projetos de investimento do Banco Mundial. Conforme seu regulamento, os processos de aquisição devem ser estruturados para garantir a clareza, objetividade e a equidade entre os participantes. Essa exigência se estende à governança, que deve ser caracterizada pela total transparência na prestação de contas, estabelecendo-se de forma explícita as atribuições e responsabilidades de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto (Banco Mundial, 2020).

Apesar dos respaldos em todas essas leis, na prática, o acesso às informações e atributos não se materializam sem esforço do interessado. A crítica proposta por Santos (2025) revela uma preocupação com a fragmentação da informação na contemporaneidade. O autor discute como as condições técnicas atuais, que deveriam contribuir para a expansão do conhecimento e compreensão global, são, na realidade, manipuladas por um número restrito de atores. Isso gera um ambiente desigual, onde a periferia do sistema capitalista se torna cada vez mais marginalizada.

Ainda que o Banco Mundial e as leis de acesso à informação estimulem práticas de transparência por meio de regulamentos, diretrizes e instrumentos institucionais, a simples disponibilização de informações não assegura, necessariamente, a efetividade da compreensão nem o engajamento qualificado dos diversos atores envolvidos. A complexidade dos documentos, somada ao excesso de dados, pode limitar o acesso efetivo ao conhecimento e comprometer a participação da sociedade informada. Nesse sentido, essa perspectiva é desafiada pelo conceito de governança global de Santos (2025), que expõe como a informação pode operar como uma ferramenta de exclusão e manutenção de poder. Para o autor, a apropriação das técnicas informacionais por poucos atores dominantes, em cooperação com a tirania do dinheiro, aprofunda as desigualdades e impõe uma ordem que serve a interesses restritos. O resultado é a instauração de um pensamento único, onde a aparente transparência

mascara uma estratégia de confusão dos espíritos, suprimindo o conhecimento verdadeiro e a deliberação democrática em favor de soluções que beneficiam exclusivamente a organizações internacionais (Santos, 2025).

Tal cenário reforça o alerta de Santos (2025) sobre a fusão entre realidade e ideologia como estratégia para manter o sistema de dominação, sendo esse fenômeno, em vez de esclarecer, frequentemente confunde e desorienta; assim, mesmo sob o discurso da transparência, a informação pode se tornar uma ferramenta excludente, servindo mais à manutenção de estruturas de poder do que à democratização do conhecimento nos processos de desenvolvimento. A disseminação de informações sobre políticas públicas pode ser comprometida pelo que Santos (2025) conceitua como "tirania da informação", referindo-se ao excesso e à velocidade com que a informação é produzida e consumida (Santos, 2025 p. 51).

6 METODOLOGIA

O ponto de partida de qualquer pesquisa científica reside na formulação de uma ideia inicial, a qual emerge, em geral, de observações empíricas, vivências pessoais, leituras especializadas ou experiências profissionais do pesquisador. Independentemente do paradigma teórico-metodológico adotado ou do enfoque que se pretende atribuir ao estudo, é essa ideia, muitas vezes ainda embrionária, que impulsiona a construção do problema de pesquisa e orienta todo o desenvolvimento investigativo, conforme destaca (LAKATOS, 2003).

Desse modo, o propósito desse estudo foi direcionado a analisar como os empréstimos externos provenientes do Banco Mundial impactaram o desenvolvimento do Estado do Tocantins, considerando a aplicação dos recursos, e os resultados socioeconômicos do Projeto PDRIS executado em 2012 a 2021, de forma crítica, fundamentada e observando os aspectos teóricos, documentais e descritos relacionados ao projeto, bem como, compreender suas dinâmicas, implicações e impactos.

Para atender aos objetivos propostos, adotou-se o método de estudo de caso como procedimento de investigação, por se tratar de uma abordagem que permite analisar de forma concreta e aprofundada um fenômeno delimitado em seu contexto específico, o que possibilitou identificar características, padrões e implicações práticas relacionadas à execução e aos impactos do projeto. Conforme destacado por Lakatos (2003), os métodos de procedimento constituem etapas mais concretas da pesquisa, voltadas à explicação de

fenômenos menos abstrata e restrita a um domínio particular, o que torna o estudo de caso especialmente apropriado às ciências sociais, por possibilitar uma compreensão detalhada das singularidades do objeto analisado.

Quanto à natureza, o estudo classifica-se como pesquisa descritiva, pois objetiva detalhar o funcionamento do PDRIS e analisar suas conexões com o desenvolvimento regional. Essa escolha fundamenta-se na proposição de Gil (2008), que define a pesquisa descritiva pela sua capacidade de descrever as características de um fenômeno e estabelecer relações entre suas variáveis, permitindo uma compreensão precisa da realidade observada.

A operacionalização dessas análises utilizou estatística descritiva para caracterizar isoladamente o comportamento das variáveis, possibilitando a apuração de medias e percentagens, a exemplo de taxa de execução dos recursos do projeto. De forma complementar, realizou-se e análise de desempenho, utilizando ferramentas próprias da matemática financeira para avaliar a eficiência na alocação de capital. Nesse âmbito, aplicaram-se indicadores estratégicos como o Retorno Sobre o Investimento (ROI) e o Payback Simples, fundamentais para mensurar a viabilidade econômica das unidades de matadouros-frigoríficos.

Complementarmente, a metodologia desse estudo incluiu também pesquisa bibliográfica, documental complementada por coleta, análise e interpretação de dados e informações, empregando-se uma abordagem de método misto, que integra análises qualitativas e quantitativas de análise financeira e estatística descritiva. Notadamente, a fase de análise envolveu um exame interpretativo e crítico. Segundo Lakatos (2003), essa abordagem busca associar as ideias expressas pelo autor com o conhecimento prévio do estudante sobre o tema. A partir dessa comparação, procedeu-se a uma crítica focada na coerência interna e na validade dos argumentos empregados no texto, bem como na profundidade e originalidade da análise do problema.

A pesquisa bibliográfica, conforme a metodologia de Gil (2008), busca reunir e analisar os subsídios teóricos existentes, com objetivo de realizar uma análise crítica e uma síntese do conhecimento já acumulado sobre o tema em estudo, estabelecendo assim o embasamento teórico para a investigação.

Por sua vez, a revisão bibliográfica fundamentará a análise sobre a efetividade dos empréstimos externos, com ênfase na aplicação dos recursos, no cumprimento das metas e nos resultados para o desenvolvimento do Tocantins. Tal etapa é indispensável, pois, segundo Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica constitui uma fase essencial da investigação

científica, permitindo descobrir o que já foi produzido, identificar lacunas inexploradas e consolidar a base teórica do estudo.

A coleta de dados para o estudo será realizada por meio de pesquisa documental e análise de diversos tipos de documentos. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa permite investigar e acessar informações já registradas, mas ainda pouco exploradas cientificamente, como relatórios institucionais do projeto, registros administrativos, legislações, planos de governo entre outros documentos oficiais. Essa abordagem é especialmente útil quando se busca compreender a realidade a partir da análise de dados produzidos por instituições públicas, contribuindo para o aprofundamento do objeto de estudo com base em evidências concretas.

Sob uma ótica híbrida, o exame dos resultados conciliou indicadores numéricos e evidências documentais, garantindo a profundidade necessária à análise. Conforme preconiza Gil (2008), o estudo recorreu à pesquisa documental para acessar informações já registradas, como relatórios institucionais e documentos oficiais, que se encontravam pouco exploradas no contexto do PDRIS. A natureza investigativa do projeto exigiu a utilização da análise quantitativa para mensurar os impactos econômicos e financeiros, traduzindo fenômenos em números para classificação, o que alinha a investigação ao método estatístico defendido pelo autor.

Contudo, a indisponibilidade de dados primários e indicadores atualizados, como o IDHM e os índices de matrículas por escola, limitaram o pleno uso da estatística descritiva em certas áreas. Por isso, a análise qualitativa assumiu papel central, reconhecendo a inseparabilidade entre o universo objetivo e a subjetividade na interpretação dos fenômenos sociais, conforme a perspectiva de Gil (2008). A interpretação crítica dos dados disponíveis, como a baixa participação nas avaliações nacionais, exigiu do pesquisador a capacidade de atribuir significado e coerência à informação fragmentada, baseando-se em evidências concretas.

No caso do método estatístico a função primordial é fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, vista como um sistema estruturado que permite a manipulação estatística para verificar a interdependência dos fenômenos e alcançar generalizações sobre sua natureza, ocorrência e significado. Assim, é possível definir e delimitar classes sociais, caracterizar seus membros e mensurar atributos quantificáveis para aprofundar a compreensão. Além de ser uma ferramenta de descrição racional, a estatística se configura como um método de experimentação e prova, servindo como uma poderosa ferramenta de análise (Lakatos, 2003).

A partir dessas naturezas e perspectivas distintas da pesquisa, que orientaram a definição das abordagens do problema, conforme apontado por Gil (2008), buscou-se estruturar o estudo de modo a contemplar diferentes dimensões da realidade investigada. A pesquisa quantitativa partiu do pressuposto de que todos os fenômenos são mensuráveis, ou seja, passíveis de tradução em números para posterior classificação e análise. Essa modalidade exigiu a aplicação de recursos e técnicas estatísticas, como percentagens, conduzidas para mensurar os impactos econômicos e financeiros do PDRIS, avaliando a relação custo-benefício dos investimentos realizados. Foram examinados dados sobre sustentabilidade financeira do Estado, retornos econômicos obtidos em relação ao capital investido e reflexos nos setores diretamente beneficiados pelo projeto, para examinar os dados coletados.

Em contraste, a pesquisa qualitativa empregada no estudo para explorar os efeitos sociais e estruturais do PDRIS, reconhece a existência de uma relação dinâmica e inseparável entre o universo objetivo e a subjetividade do indivíduo. Nela, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados assumiram papel central no processo investigativo (GIL, 2008).

Como suporte à fundamentação teórica estabelecida por meio da pesquisa bibliográfica, o estudo também incorporou a coleta de dados secundários, provenientes de fontes documentais vinculadas ao projeto analisado, com o objetivo de aprofundar a compreensão do objeto de estudo e enriquecer a análise crítica a partir de registros oficiais e institucionais. Nessa linha, a pesquisa busca analisar os dados de forma indutiva, com ênfase no processo e em seu significado (Gil, 2008).

A pesquisa delimitou o acervo documental segundo critérios de intencionalidade e pertinência temática, selecionando registros oficiais que regulamentam a execução física e financeira do PDRIS baseada na relevância do conteúdo para o problema proposto, conforme preconiza a metodologia de (Lakatos, 2003). O estudo priorizou fontes primárias institucionais, como o Contrato de Empréstimo nº 8185-BR e suas reestruturações, o *Project Appraisal Document* (PAD), os Relatórios de Conclusão e Resultados (ICR) do Banco Mundial e a legislação estadual correlata, a exemplo da Lei nº 3.154/2016, permitindo assim a comparação qualitativa entre as metas originais e os resultados efetivamente alcançados.

Outro importante procedimento metodológico foi a identificação do perfil de endividamento do Estado do Tocantins, etapa fundamental para avaliar a viabilidade e as implicações dos recursos externos alocados no PDRIS. A análise mensurou a capacidade fiscal e a solvência do ente federativo mediante a extração de dados do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), com foco na relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita

Corrente Líquida (RCL), verificando a conformidade com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000).

Adicionalmente, o levantamento de dados abrangeu fontes oficiais e reconhecidas nacional e internacionalmente, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas (ONU), BRICS – Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Ministério da Economia, o Plano Plurianual (PPA), com ações previstas para 2012-2022, a Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins - SEPLAN. Governo do Estado do Tocantins e Banco Central do Brasil (BCB).

A fim de fundamentar a argumentação, serão utilizados os estudos de Milton Santos, que critica o Banco Mundial por atuar como instrumento de um modelo único de desenvolvimento voltado a atender aos interesses do mercado global. Para o autor, essa atuação impõe regras econômicas padronizadas que limitam a autonomia dos países e aprofundam as desigualdades, em vez de promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, (Santos, 2025).

Sobre a mesma perspectiva, ainda que partam de campos distintos, Joseph Stiglitz critica o Banco Mundial por adotar políticas econômicas padronizadas, alinhadas ao modelo neoliberal de reformas estruturais, que priorizam estabilidade macroeconômica e abertura de mercados, mas desconsideram as realidades sociais e institucionais locais. Para ele, essa abordagem muitas vezes amplia desigualdades e compromete o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento (Stiglitz, 2002).

Já o autor Souza (2023) proporciona uma análise da relação entre o Brasil e essas instituições financeiras internacionais, e de Almeida (2014), que contribui para a compreensão dos aspectos jurídicos envolvidos nos empréstimos internacionais.

Além disso, obras como as de Menezes (2008), que discutem as relações históricas do Brasil com organizações multilaterais, e Chiliatto (2022), sobre a posição estratégica do Brasil nos bancos de desenvolvimento, contextualizam os desafios contemporâneos desses financiamentos. Prado e Pereira (2013) complementam a análise ao relacionar os impactos econômicos ao setor público, enquanto autores como Silva (2022) integram a Teoria da Agência ao entendimento das interações institucionais. A combinação dessas perspectivas permitirá uma análise mais completa do tema.

Na etapa de análise e interpretação dos dados, observa-se que o tratamento de informações quantitativas demanda a aplicação de procedimentos técnicos específicos. Gil (2002) destaca que esse processo envolve, necessariamente, a organização e a sistematização dos dados, bem como a execução de cálculos estatísticos adequados ao tipo de investigação. O autor enfatiza que, em pesquisas quantitativas, como aquelas que examinam o planejamento e a execução física e financeira, torna-se imprescindível recorrer a técnicas de estatística descritiva. Entre esses procedimentos, incluem-se, por exemplo, o cálculo de percentagens e de médias, que possibilitam interpretar os resultados de modo coerente com os objetivos estabelecidos pela pesquisa. Dessa forma, a análise quantitativa adquire rigor metodológico e assegura maior precisão às conclusões apresentadas.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 Caracterizações do Projeto PDRIS:

Em 06 de dezembro de 2012, foi formalizado o contrato de empréstimo nº 8185 BR entre o BIRD e o estado do Tocantins na qualidade de mutuário. No ato da assinatura, o Estado declarou formalmente seu compromisso com os objetivos do projeto financiado, assumindo a responsabilidade pelas ações prevista no acordo, cujo escopo central visa a promoção de um desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado, a partir da conjugação de vertentes estratégicas: a modernização da infraestrutura de transporte rodoviário e o fortalecimento institucional dos serviços públicos (Banco Mundial, 2012).

Assim, o Acordo de Empréstimo nº 8185-BR efetivado para a execução do PDRIS, com vigência inicial de dezembro de 2012 a março de 2019, e prazo final de desembolso fixado para 31 de julho de 2019. O valor total previsto originalmente para o financiamento do projeto foi de US\$ 375 milhões de dólares americanos, sendo US\$ 300 milhões de dólares oriundos do BIRD e US\$ 75 setenta e cinco milhões de dólares americanos como contrapartida do Governo do Estado do Tocantins (Banco Mundial, 2012).

Esse acordo tem como objetivos estratégicos contemplar o aumento da eficiência nos investimentos públicos e privados, a elevação da qualidade e a ampliação da oferta de serviços públicos voltados às famílias de baixa renda, bem como a promoção do desenvolvimento econômico regional por meio de políticas mais eficazes e de investimentos estratégicos. Soma-se a isso o aprimoramento da gestão sustentável dos recursos naturais, aliado ao fortalecimento da resiliência climática, e a implementação de um componente

voltado ao desenvolvimento institucional, visando maior capacidade de governança e resultados de longo prazo, (Banco Mundial, 2012).

As propostas de execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), formalizadas pelo referido acordo, demonstram estratégias estruturantes para o desenvolvimento territorial equitativo e sustentável para o Estado. Essa proposta direciona seus esforços para alcançar efeitos diretos e concretos em regiões historicamente negligenciadas, como o oeste do estado, que não foi contemplada pela operação anterior (P060573). O PDRIS articula, de modo sistêmico, o aprimoramento da infraestrutura de transporte rodoviário com o fortalecimento institucional de serviços públicos estratégicos, como a educação e a gestão ambiental (Banco Mundial, 2012).

Com o objetivo de elevar a eficácia do transporte terrestre e a eficiência administrativa em setores selecionados, o projeto visou dinamizar a conectividade entre os territórios do estado e suas regiões produtivas, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso de populações e produtores a empregos, serviços essenciais, recursos e mercados. Tal ampliação da acessibilidade configurou um vetor fundamental para a intensificação das oportunidades econômicas e para a mitigação das assimetrias regionais (Banco Mundial, 2011).

Em paralelo, os esforços de reforço institucional concentraram-se na modernização da gestão pública, no fomento às atividades econômicas locais, no fortalecimento da gestão ambiental e na elevação da qualidade educacional. Dessa maneira, o projeto articulou de modo sistêmico, investimentos em infraestrutura física e em aprimoramento da capacidade institucional, reconhecendo que o desenvolvimento territorial sustentável demanda intervenções que transcendam a simples execução de obras, incorporando ações estruturantes orientadas à transformação socioeconômica (Banco Mundial, 2011).

Outra proposta no escopo desse projeto era impactar a vida da população local. Dessa forma, os principais beneficiários diretos compreendem cerca de 300 mil pessoas distribuídas em 72 municípios tocantinenses, que passarão a contar com estradas municipais em melhores condições, redução no tempo de deslocamento, aumento da conectividade territorial e menor ocorrência de interrupções logísticas. Tais melhorias têm o potencial de dinamizar a produção local, impulsionar a geração de emprego e fomentar a inclusão produtiva por meio da assistência técnica (Banco Mundial, 2012).

Os órgãos executores do projeto foram a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), que atuou na coordenação geral por meio da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), e diversas outras instituições, como a Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO), a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), o Instituto

Natureza do Tocantins (NATURATINS), a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAGRO) e a Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (ADETUC). A relação entre estes beneficiários e a SEPLAN foi formalizada por meio de acordos de cooperação que definiu as obrigações de cada instituição para realizar as atividades do projeto sob sua responsabilidade. (Banco Mundial, 2011).

No escopo do projeto no período entre 2012 e 2021, foram executados um robusto e multifacetado conjunto de mais de setecentas atividades, mediante um financiamento compartilhado entre o BIRD e o Estado. A intervenção estatal concentrou-se prioritariamente em três pilares: a elevação da eficácia do transporte rural, a diminuição do isolamento regional por meio de melhorias estruturais, sociais e econômicas, e a otimização da eficiência dos serviços públicos e da gestão de projeto. No eixo de Planejamento Territorial e Governança, elaborou-se o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Tocantins, um instrumento importante para o ordenamento territorial. Implementou-se a reformulação da Política Estadual de Florestas e estabeleceu-se um sistema informatizado para a gestão do ICMS Ecológico (Seplan, 2021).

Em Investimentos Setoriais, o maior volume de recursos aplicou-se à Infraestrutura Rodoviária. O projeto realizou obras de melhoramento e construção de superestrutura em rodovias vicinais, além de efetuar a Reabilitação e Manutenção da Rede Pavimentada (CREMA) em diversos lotes. Ações cruciais eliminaram pontos críticos em rodovias não pavimentadas por meio da construção de pontes, bueiros e galerias.

A vertente de Desenvolvimento Produtivo e Social abrangeu atividades direcionadas a setores específicos, essenciais para o desenvolvimento local. No Agronegócio, construiu-se e equipou-se Matadouros Frigoríficos em oito municípios e revitalizou-se o Perímetro Irrigado São João. Na Educação, o PDRIS financiou a Reforma e Ampliação de Colégios Estaduais e contratou consultorias para a execução de pesquisa diagnóstica e Estudos Longitudinais. O setor de Turismo recebeu investimentos para a elaboração do Plano de Marketing Turístico Estratégico para polos como o Jalapão e o Cantão (Seplan, 2021).

Desenvolveram-se projetos de Turismo de Base Comunitária para comunidades quilombolas e construiu-se infraestrutura turística, como quiosques e trilhas na Serra do Espírito Santo. O fortalecimento da Capacidade de Gestão, componente vital do projeto, priorizou a conformidade fiduciária e a transparência. Para isso, promoveram-se inúmeros cursos e treinamentos a servidores públicos sobre Procedimentos Licitatórios e Aspectos Fiduciários do Banco Mundial. Anualmente, contratou-se Auditoria Independente para

fiscalizar as contas do PDRIS, procedimento que assegura a correta aplicação dos recursos e o gerenciamento eficaz (Seplan, 2021).

As ações do projeto concentraram-se na melhoria da infraestrutura rodoviária, na oferta de serviços públicos de qualidade, no fortalecimento da gestão ambiental e na implementação de programas educacionais voltados à capacitação e atualização de ferramentas. Espera-se, com isso, ampliar a acessibilidade, reduzir o tempo de viagem, fortalecer as capacidades locais e qualificar a força de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento humano regional e a melhoria na prestação de serviços públicos em todo o estado (Banco Mundial, 2012).

No plano mais amplo, a totalidade da população estadual também deverá ser beneficiada de forma indireta, especialmente em virtude da expansão da malha viária estadual, com menor custo operacional dos transportes, mais segurança nas viagens e maior abrangência dos serviços públicos, promovidos pelas atividades de suporte técnico institucional. Além disso, o projeto visa o fortalecimento da administração pública nos níveis estadual e municipal, particularmente no que se refere à gestão ambiental e à eficiência administrativa. Ao propor aprimoramentos na formulação e implementação de políticas públicas, o PDRIS sinaliza uma perspectiva de desenvolvimento duradouro, que articula crescimento econômico com responsabilidade institucional e sustentabilidade socioambiental (Banco Mundial, 2012).

Nessa perspectiva, os objetivos do PDRIS fundamentam-se na promoção de melhorias na infraestrutura física e no fortalecimento das capacidades institucionais e sociais do Estado do Tocantins. Alinhado às diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial e o estado, o projeto constitui uma iniciativa estratégica voltada à indução de transformações estruturais e inclusivas, articulando investimentos de longo prazo com o desenvolvimento regional sustentável (Banco Mundial, 2011).

Nessa transformação estrutural do espaço, em conformidade com a perspectiva de Santos, evidencia-se a inseparabilidade entre o conhecimento técnico e a ação política. Para o autor, geografia e história caminham juntas, pois toda produção humana, seja produzir, trocar ou inventar técnicas, reorganiza o espaço em que se vive. O desenvolvimento, portanto, está intrinsecamente ligado ao avanço das técnicas. Assim como inovações no passado modificaram profundamente a vida social e econômica, também projetos de grande escala, como o PDRIS, operam sobre o território ao criar infraestrutura, fortalecimento institucional e novas formas de integração regional. Nesse contexto, é fundamental compreender que tais investimentos possuem intencionalidades e podem tanto promover inclusão quanto reforçar

desigualdades, a depender de sua aplicação. Sob essa ótica, analisar a efetividade desses recursos do Banco Mundial no PDRIS requer observar os valores investidos, bem como os resultados sociais e econômicos alcançados (Santos, 2025).

7.1.1 Componentes e subcomponentes do Projeto PDRIS

O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) foi inicialmente estruturado com um aporte estimado de US\$ 300 milhões, posteriormente ajustados para US\$ 290 milhões após negociações e reestruturações (Banco Mundial, 2019). O projeto tinha como proposta melhorar a competitividade, a integração regional, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

De acordo com a estrutura do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) no Tocantins, a iniciativa se baseia em uma abordagem holística a fim de promover o desenvolvimento do estado. A organização divide-se em três componentes centrais, como eixos principais, desdobrados em nove subcomponentes, o que demonstra a amplitude de atuação do projeto em diversas frentes (Banco Mundial, 2012).

O primeiro eixo de ação consiste no aprimoramento da eficácia do transporte rural, contemplando a construção de novas infraestruturas, a pavimentação de estradas e o fortalecimento da gestão logística; o segundo eixo se refere ao aumento da eficiência dos serviços públicos, a partir da modernização administrativa, do fomento ao desenvolvimento regional e da adoção de práticas de gestão ambiental; e, por fim, o terceiro eixo trata da gestão do projeto, voltada à supervisão sistemática e à integração estratégica dos investimentos realizados. Essas frentes aspiravam promover acessibilidade, integração econômica e sustentabilidade no estado, (Banco Mundial, 2021).

7.1.1.1 O componente 1 melhorar a eficácia do transporte rural

Esse primeiro componente, com maiores investimentos, estava focado na melhoria do transporte rural, abrangendo a eliminação de pontos críticos em estradas vicinais, a reabilitação e pavimentação de rodovias estaduais, e o fortalecimento institucional em gestão de transporte e logística, geridos pela AGETO e SEPLAN. O principal objetivo deste subcomponente é aprimorar a eficácia do transporte rural. Isso foi realizado com o intuito de

facilitar o acesso das comunidades rurais a serviços e oportunidades, além de promover a integração econômica regional (Banco Mundial, 2011).

As ações executadas, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins, visaram aprimorar a acessibilidade das populações em áreas remotas. Esse componente busca aumentar a acessibilidade e promover a integração econômica regional, organizado por meio de quatro subcomponentes:

(i) Subcomponente 1.1 Acessibilidades rurais: Construção de estruturas hidrológicas (pontes e bueiros) para assegurar tráfego contínuo em estradas municipais. A estratégia adotada envolveu a eliminação de pontos críticos em vias municipais específicas. Essa iniciativa incluiu a projeção, construção e supervisão de estruturas hidráulicas como pontes e bueiros de concreto, visando assegurar o tráfego contínuo durante todo o ano.

(ii) Subcomponente 1.2 Estradas pavimentadas: O principal objetivo foi reabilitar a rede rodoviária pavimentada do estado, para isso, o projeto executou contratos baseados em desempenho (CREMA) em cerca de 1.500 km de estradas estaduais.

(iii) Subcomponente 1.3 Estradas não pavimentadas: visa melhorar a segurança e as condições de transporte em estradas não pavimentadas do estado. O objetivo é aumentar a conectividade e a segurança dessas vias, com eliminação de pontos críticos, substituição de infraestruturas deficientes e pavimentação de 50 km para facilitar o acesso às vias federais.

(iv) Subcomponente 1.4 Gestões de transporte: Esse subcomponente tem como objetivo aprimorar a capacidade de gestão de transportes do Estado. Para atingir essa meta, foram planejadas ações de fortalecimento institucional da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). Tais ações incluem o fornecimento de bens, serviços de consultoria e treinamento, com o propósito de desenvolver as competências da SEINFRA em áreas estratégicas: planejamento de transporte e gestão logística, segurança viária e gestão socioambiental.

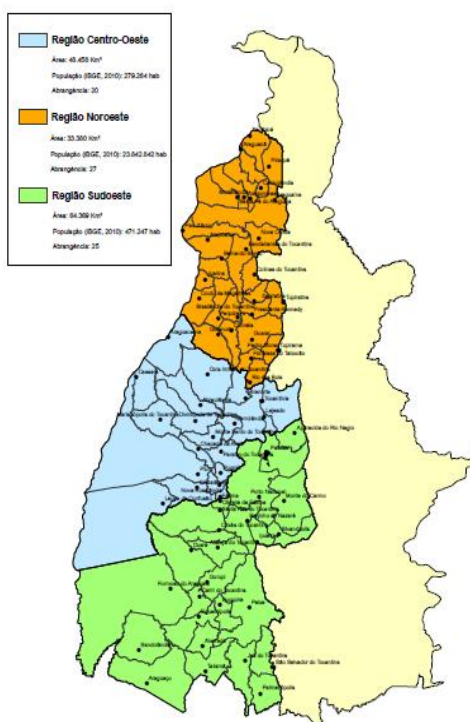
Os municípios participantes distribuíram-se por diversas regiões, incluindo o Bico do Papagaio, a Região Central, e as regiões Sudeste e Norte. Essa dispersão geográfica ilustra a complexidade da gestão pública e dos investimentos em um estado de grande extensão territorial, cujas intervenções visavam, em última instância, reduzir custos operacionais e o tempo de deslocamento. A abrangência territorial do Componente 1 é demonstrada pela participação de mais setenta e dois municípios identificados, que integram diferentes microrregiões do Tocantins.

A maior concentração da ação do PDRIS ocorreu nas regiões Norte e Bico do Papagaio, que englobaram: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína,

Araguanã, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do TO, Buriti do TO, Carmolândia, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Luzinópolis, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Piraquê, Riachinho, Sampaio, Santa Fé do Araguaia, São Bento, São Sebastião do TO, Tocantinópolis, Wanderlândia e Xambioá. O escopo do projeto se estendeu às regiões Sul e Sudeste, com a participação de: Aliança do TO, Alvorada, Arraias, Aurora do TO, Combinado, Dianópolis, Jaú do TO, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Ponte Alta Bom Jesus, Rio da Conceição, São Valério, Taguatinga e Taipas do TO (Banco Mundial, 2022).

O alcance territorial abrangeu a região Central e Centro-Oeste, que inclui: Aparecida do Rio Negro, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Chapada de Areia, Cristalândia, Ipueiras, Oliveira de Fátima, Lajeado, Marianópolis do TO, Miracema do TO, Monte do Carmo, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Oliveira de Fátima, Palmas, Paraíso do TO, Porto Nacional, Pugmil, Santa Rita do TO, Silvanópolis e Tocantínia. As regiões Noroeste e áreas adjacentes também foram contempladas, participando: Arapoema, Campos Lindos, Colinas, Couto Magalhães, Goianorte, Guaraí, Juarina, Pequizeiro e Tupirama. Por fim, os municípios da Ilha do Bananal, e Jalapão que receberam intervenções em acessibilidade rural, foram: Araguaçu, Dueré e Lagoa da Confusão, Lagoa do TO, Ponte Alta do TO (Banco Mundial, 2022). A inclusão desses dados é demonstrada na Figura 1.

Figura 1 - Municípios Contemplados - PDRIS



Fonte: Seplan, 2012

7.1.1.2 O componente 2 - Aumento da eficiência dos serviços públicos

O segundo componente visou aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos, com ações como a modernização da administração pública, promoção de negócios rurais e inclusão social, descentralização administrativa e fortalecimento da gestão ambiental, incluindo melhorias nos sistemas de licenciamento e no desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis (Banco Mundial, 2011).

Esse componente visa o fortalecimento institucional e a modernização dos serviços públicos, subdividido em:

(i) Subcomponente 2.1 Modernização administrativa: Apoio à SEPLAN para descentralizar serviços, aprimorar planejamento ambiental e reabilitar instalações públicas.

(ii) Subcomponente 2.2 Desenvolvimento local e regional: Fomento ao agronegócio sustentável, criação de políticas de energia renovável (SEMADES) e desenvolvimento do ecoturismo.

(iii) Subcomponente 2.3 Gestão ambiental: Melhoria do licenciamento e monitoramento ambiental, com estudos e ações piloto voltado à conservação dos recursos naturais e uso sustentável da água.

(iv) Subcomponente 2.4 Qualidade educacional: Apoio à SEDUC para melhoria do ensino infantil, diagnóstico das fragilidades educacionais e oferta de cursos suplementares no ensino secundário.

7.1.1.3 O componente 3 – Gerencia de Projetos

O terceiro componente, com aporte de recursos de R\$ 5 milhões, destinou-se ao apoio à gestão do projeto, envolvendo atividades de supervisão e implementação (Banco Mundial, 2012).

Gestão do Projeto - Visa a implementação e supervisão do projeto, garantindo que os investimentos sejam integrados nos níveis municipal e estadual, priorizando logística, fortalecimento institucional e impacto transformacional no transporte.

(i) Subcomponente 3.1 impactos do PDRIS para o desenvolvimento do Estado Tocantins.

7.1.2 Os desafios enfrentados no período de execução do Projeto - PDRIS

Durante a execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins (PDRIS), diversos fatores influenciou no cronograma originalmente estabelecido, o que resultou na ampliação do período de desempenho. Inicialmente previsto para seis anos, o projeto teve sua duração estendida para nove anos, Banco Mundial (2022), o que refletiu a necessidade de ajustes operacionais e institucionais ao longo do processo. A extensão do prazo permitiu readequações e reestruturações que viabilizaram a continuidade das ações e a adaptação às condições administrativas e financeiras enfrentadas pelo Estado.

A primeira alteração no Acordo de Empréstimo BIRD nº 8185-BR ocorreu em 2017, com o objetivo principal de viabilizar a reestruturação do projeto. Essa modificação teve como foco a retirada da exigência de contrapartida estadual de 20%, originalmente prevista no contrato, permitindo maior flexibilidade financeira na execução das ações pactuadas. Como parte do processo, a Lei nº 3.154, de 16 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, alterou o caput do art. 2º da Lei nº 2.271/2009, suprimindo a limitação legal que impedia o financiamento de mais de 80% do projeto com recursos externos. A modificação autorizou o Chefe do Poder Executivo a realizar a operação de crédito sem a exigência da contrapartida, viabilizando a reestruturação solicitada com a anuência do Banco Mundial (Tocantins, 2017).

A formalização das alterações no Acordo de Empréstimo BIRD nº 8185-BR foi efetivada por meio de Carta de Aditamento emitida em 11 de janeiro de 2017, na qual o BIRD propôs mudanças estratégicas no escopo e na gestão do projeto. A principal modificação foi a eliminação da exigência de contrapartida estadual, e ampliação do percentual de despesas financiáveis, realocação de recursos entre as categorias de despesa; inclusão de novas atividades no escopo do projeto; e ajustes nos arranjos institucionais, decorrentes da reforma administrativa do mutuário (Banco Mundial, 2022).

A instabilidade política foi um dos entraves à execução contínua do PDRIS. O prolongamento do projeto deve-se, em grande parte, à alternância de cinco gestões governamentais ao longo de sua vigência, o que afetou a ininterrupção administrativa e a coerência nas prioridades de execução. A troca frequente de lideranças resultou em descompassos entre planejamento e desempenho, afetando o ritmo das ações previstas. Um episódio marcante dessa instabilidade foi a cassação do mandato do então governador do Tocantins, em 27 de março de 2018, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), devido a irregularidades nas eleições de 2014, incluindo abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio TSE (2018), o que suscita debates acerca da estabilidade institucional e dos impactos na governabilidade.

Em 13 de fevereiro de 2019, houve uma reestruturação, com o propósito de prorrogar a data de encerramento do projeto. A data foi estendida de 31 de março de 2019 para 31 de dezembro de 2020. O principal motivo para essa alteração foi obter tempo adicional para desembolsar os fundos excedentes do empréstimo, que estavam disponíveis devido à nova depreciação do real brasileiro (Banco Mundial, 2022).

Em 23 de dezembro de 2020, houve uma nova reestruturação, com os seguintes objetivos: estender a data de encerramento do projeto de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 e melhorar os indicadores de resultados intermediários. Os principais motivos para essa reestruturação foram a interrupção na implementação de subcomponentes devido à pandemia de COVID-19 e a depreciação adicional do real brasileiro. Essa desvalorização resultou em um aumento na disponibilidade de recursos excedentes do empréstimo (Banco Mundial, 2022).

Com tudo isso, o estado enfrentou uma grave crise econômica, variações cambiais significativas e, impactos de uma pandemia mundial - segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), refere-se à disseminação mundial de uma nova doença, afetando um grande número de pessoas em vários países e continentes. O termo ganhou relevância em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou oficialmente a COVID-19 como pandemia, em razão do rápido crescimento dos casos e da gravidade do cenário mundial. Esse contexto evidenciou que a qualidade e a capacidade da gestão governamental são determinantes para enfrentar crises de grande proporção (OMS, 2023).

Esses fatores externos foram acompanhados de obstáculos recorrentes da administração pública, como a mudança de prioridades a cada novo governo, alta rotatividade de servidores, e a atuação de equipes técnicas sem o domínio adequado das normas administrativas e dos procedimentos específicos exigidos pelo Banco Mundial. Tais condições exigiram constante adaptação e reforçaram a importância da continuidade institucional e da capacitação técnica para a gestão eficaz de projetos financiados por organismos internacionais (TSE, 2018).

7.1.3 Análise da execução física, financeira e desempenho setorial do PDRIS

O planejamento e a execução do projeto, no período de 2012 a 2021, com recursos expressos em dólares norte-americanos (US\$), foram organizados em conformidade com o escopo inicial por meio de componentes e subcomponentes estratégicos, que refletiram sua natureza multisetorial e áreas-chave de intervenção: infraestrutura de transporte, governança,

meio ambiente, capital humano e gerenciamento do projeto. Essa estrutura permitiu o direcionamento das ações conforme as áreas prioritárias definidas, garantindo maior coerência técnica e operacional à execução das atividades, conforme demonstrado na tabela 4:

Tabela 4 - Planejamento e Execução US\$ 2012 a 2021

Subcomp	Descrição dos objetivos	US\$ - Planejamento inicial	US\$ - Planejamento Vigente	US\$ - Executado	% Planejado v. executado
1.1	Melhorar as condições de transporte nas redes municipais	44.000,000	41.000.000,00	40.390.218,02	98,51%
1.2	Melhorar a segurança rodoviária em rodovias estaduais não pavimentadas	160.000.000,00	169.500.000,00	166.979.072,05	98,51%
1.3	Restauração e conservação da malha rodoviária estadual pavimentada	29.000.000,00	21.500.000,00	21.180.236,28	98,51%
1.4	Melhorar as condições de transporte na rede estadual	7.000.000,00	4.500.000,00	3.206.520,30	71,26%
2.1	Modernização da administração	25.250.000,00	24.950.000,00	18.414.638,33	73,80%
2.2	Apoio ao desenvolvimento da produção local	8.000.000,00	6.800.000,00	5.745.765,23	84,50%
2.3	Melhoramento da Gestão ambiental	14.000.000,00	12.000.000,00	10.139.585,71	84,49%
2.4	Melhorar a qualidade da educação	4.000.000,00	4.000.000,00	3.379.861,90	84,50%
3.1	Apoio ao gerenciamento de projetos e supervisão do Projeto	8.000.000,00	5.000.000,00	3.112.616,67	62,25%
Tarifa	Front Fee	750.000,00	750.000,00	750.000,00	100%
		300.000.000,00	290.000.000,00	273.298.514,49	94,24%

Fonte: Banco Mundial, 2022

Observa-se que em relação à distribuição dos recursos executados por eixo temático, na infraestrutura de transporte (1.1 a 1.4), o valor executado foi de US\$ 231.756.046,65, que representa 84,8% do total executado, demonstrando boa execução. No componente de Governança, meio ambiente e capital humano (2.1 a 2.4), o executado US\$ 37.679.851,17, representa 13,8% do total, representa uma execução média, já o componente de Gerenciamento do projeto (3.1), no valor total de US\$ 3.112.616,67, representa 1,14% do total, representando um percentual menor em relação aos outros componentes. Considerando

a projeção planejada vigente e a taxa de execução de 94,24%, o desempenho do projeto pode ser considerado eficaz, principalmente diante da complexidade das abordagens multisetorial.

O valor executado em reais representa R\$ 1.062.833.831,30 (um bilhão, sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta centavos) indicando uma taxa média de câmbio efetiva próxima a: $1.062.833.831,30/273.298.514,49 \approx$ US\$ 3,89 /US. Com base nos dados podemos inferir que o projeto foi beneficiado por uma taxa de câmbio favorável no momento da execução, ampliando o poder de compra em reais, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Resumo dos Custos do Projeto por subcomponente R\$

Subc.	Objetivos do Projeto	Investimento
1.1	Melhoria da acessibilidade da população rural	R\$ 126.218.543,42
1.2	Melhoria do transporte em estradas pavimentadas	R\$ 647.631.474,61
1.3	Eliminação de pontos críticos com conectividade e Segurança em Estradas Não Pavimentadas	R\$ 104.370.225,53
1.4	Melhoria da gestão de transporte, logística e segurança.	R\$ 14.318.762,54
2.1	Modernização da administração	R\$ 67.253.665,06
2.2	Apoio ao desenvolvimento da produção local	R\$ 44.481.125,49
2.3	Melhoramento da Gestão ambiental	R\$ 35.427.416,30
2.4	Melhorar a qualidade da educação	R\$ 10.600.525,12
3.1	Apoio ao gerenciamento de projetos e supervisão do Projeto	R\$ 12.532.093,23
Total Geral		R\$ 1.062.833.831,30

Fonte: Banco Mundial, 2022

Conforme já mencionado o componente 1 (1.1, 1.2, 1.3 e 1.4), são considerados a atividade-chave do projeto, pois representa 84% de sua execução. Seu escopo concentra-se na ampliação da acessibilidade das populações e dos produtores a oportunidades de emprego, serviços, recursos e mercados, além de promover a melhoria da conectividade entre os territórios do Estado e as regiões produtivas. Dessa forma, a pretensão era reduzir os custos de transporte ao diminuir o tempo de viagem, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional. Entretanto, não foi possível utilizar o indicador de redução do tempo de viagem, devido à ausência de dados específicos para esse fim, o que limita a mensuração direta de impacto dessa ação (Banco Mundial, 2012).

A elevada proporção da população residente em áreas rurais no Tocantins justifica de forma consistente os investimentos promovidos pelo PDRIS em acessibilidade rural nas áreas atendidas, com foco na melhoria das estradas pavimentadas e não pavimentadas, bem como na eliminação de pontos críticos. Em 2010, diversos municípios apresentavam mais da metade de sua população vivendo em zonas rurais, como São Miguel do Tocantins (76%), Jaú do Tocantins (63%), Couto Magalhães (63%) e Piraquê (62%), entre outras (IBGE, 2010).

Essa realidade evidencia a dependência direta de grande parte da população tocantinense das vias rurais para acessar serviços básicos, escoar produção agrícola e manter a integração com os centros urbanos. Nesse sentido, o fortalecimento institucional do estado por intermédio da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA em áreas estratégicas como logística, segurança viária e gestão ambiental torna-se essencial para garantir a sustentabilidade e eficácia das intervenções. As ações propostas pelo PDRIS, ao promover a melhoria da malha viária rural, respondem às demandas de mobilidade da população e contribuem para a inclusão produtiva e redução das desigualdades territoriais no estado (Banco Mundial, 2012).

Com base no relatório final de avaliação de impactos social e ambiental - AISA e nas informações técnicas disponibilizadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins (anexos A, B, C) foram identificadas, de forma sistematizada, as principais intervenções de infraestrutura viária executadas no âmbito do PDRIS (Seplan, 2021). Essas obras configuram iniciativas estratégicas voltadas à ampliação da conectividade regional, à mitigação de gargalos logísticos e ao fortalecimento da infraestrutura básica em regiões caracterizadas por baixa densidade populacional e elevada vulnerabilidade socioeconômica.

A meta planejada para o referido subcomponente previa a melhoria da acessibilidade da população rural, para reduzir os pontos críticos em estradas municipais, por meio da construção de pontes e bueiros, com o objetivo de assegurar a trafegabilidade contínua em áreas rurais do Tocantins. O valor investido foi de cento e vinte seis milhões e duzentos. Nesse aspecto, a meta foi superada em termos de cobertura territorial: os projetos de acessibilidade foram executados em 5.500 km de estradas vicinais, abrangendo 72 municípios — número significativo que inclui o atendimento a três comunidades indígenas da Ilha do Bananal, tradicionalmente isoladas e com difícil acesso a serviços públicos essenciais. A intervenção pode ser considerada efetiva, especialmente diante do contexto de vulnerabilidade rural identificado no estado, pois contribuiu diretamente para reduzir o isolamento de áreas rurais, promover acesso a serviços públicos, e ampliar as oportunidades de desenvolvimento econômico e social (Seplan, 2021).

A execução de pontes em concreto armado configura-se como uma das principais frentes do programa. Destacam-se, por exemplo, a construção de uma ponte de 40 metros sobre o Rio Formiga, na TO-458, entre Santa Rosa do Tocantins e Ipueiras, e outra de 150 metros sobre o Rio Manoel Alves, na TO-482, interligando Santa Rosa ao Povoado Apinajé. Ambas as obras incluem melhorias de greide, acessos e revestimento primário, alcançando 31,9 km e 22,42 km de extensão viária requalificada, respectivamente (Seplan, 2021).

Outras intervenções de porte médio incluem a ponte de 50 metros sobre o Rio Alminha (TO-491), a de 40 metros sobre o Córrego da Tristeza (ligação TO-201/São Sebastião), além de estruturas menores como as localizadas nas TO-226, TO-432 e TO-481. Embora apresentem dimensões diferentes, todas essas ações seguem um padrão técnico de alargamento de pistas, construção de aterros de encabeçamento e aplicação de revestimento primário, almejado para melhorias relevantes na malha rodoviária estadual (Seplan, 2021).

Além das pontes, o PDRIS também promoveu a instalação de bueiros celulares e tubulares de concreto, imprescindíveis para a drenagem adequada das vias e a prevenção de erosões. Entre os exemplos estão os bueiros duplos e triplos na TO-434, TO-239 e TO-403, assim como em diversos pontos das rodovias TO-040 e TO-050. Tais intervenções, somadas, abrangem trechos que variam de centenas de metros até mais de 50 km, com destaque para os dispositivos implantados nos córregos Mato de Banana, Mundé, Gorgulho, Garrafa e Araújo (Seplan, 2021).

Em localidades como a rodovia TO-347, observa-se a utilização de uma abordagem integrada, que articula a construção de ponte de concreto (30 metros), bueiro triplo celular (BTCC) e requalificação do trecho com revestimento primário, totalizando mais de 9 km de melhorias viárias. Intervenções semelhantes foram realizadas na TO-296 e TO-387, com destaque para as obras no Córrego Capim Boi, Ribeirão Gameleira e Córrego Boa Vista (Seplan, 2021).

Por fim, a rodovia TO-130 recebeu ações voltadas à manutenção e recuperação estrutural, incluindo correção de desmoronamentos e erosões em segmentos críticos, com execução superior a 74 km, demonstrando a atenção à conservação de trechos já consolidados da malha. Com uma abordagem focada na infraestrutura e na participação social, a estratégia de desenvolvimento rodoviário no Tocantins abrangeu tanto a recuperação de eixos consolidados quanto a melhoria do acesso a áreas rurais. O projeto subsidiou mais de 1.600 pontos críticos no oeste do estado por meio da implementação de pontes, bueiros e obras de drenagem, a fim de garantir acessibilidade contínua para as comunidades. A seleção desses pontos se destacou por uma metodologia participativa, na qual as consultas populares

possuíram o mesmo valor que critérios técnicos, como o volume de tráfego, para assegurar que as obras atendessem às necessidades mais urgentes da população (Seplan, 2021).

Na atividade de fortalecimento institucional da segurança viária, o Estado do Tocantins direcionou investimentos superiores a um milhão, duzentos e vinte e oito mil reais, aplicados pela Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO) responsável pela contratação de consultorias especializadas para implementar o Programa Internacional de Avaliação de Rodovias (iRAP). A principal finalidade do Plano de Investimento para Segurança Viária, que utiliza a metodologia iRAP, resume-se à sua missão de salvar vidas por meio de investimentos inteligentes e direcionados na infraestrutura rodoviária. Os objetivos principais do plano são diagnosticar o Risco (Classificação por Estrelas) e propor soluções, (Tocantins, 2018).

Para o diagnóstico, o projeto avalia objetivamente a segurança das rodovias e atribui uma Classificação por Estrelas através da metodologia iRAP. Essa classificação mede o nível de segurança embutido na via, onde cinco estrelas representam o risco mais baixo e uma estrela, o maior risco. Outra finalidade é a proposição de soluções econômicas. O plano resultante identifica melhorias de infraestrutura acessíveis e economicamente viáveis. O objetivo é propor contramedidas, como delineamento de baixo custo ou duplicação de rodovias, que comprovadamente salvam vidas e promovem economia ao evitar acidentes.

Por fim, o plano visa criar uma Estratégia. Ele permite à Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO) adotar uma abordagem estratégica, orientada por métricas, para gerenciar a segurança no trânsito em extensão total de 5.822,75 km que inclui Pista Simples (5.790,65 Km) e trechos de duplicação/pista dupla (32,10 km) abrangendo as TOs de 010 a 499. Essa abordagem concentra os recursos onde o risco se apresenta maior (Tocantins, 2018).

A magnitude e diversidade das intervenções executadas evidenciam a abrangência territorial e a complexidade técnica do PDRIS, confirmando sua capacidade de reorganizar o espaço estadual. Contudo, cabe destacar que a existência física das obras não garante, por si só, o desenvolvimento, uma vez que, conforme fundamenta Santos (2025), a conversão do capital financeiro em benefícios sociais duradouros não é automática, mas função intrínseca da governança e da ação política. Assim, a efetividade dessas ações subordina-se a uma gestão contínua de manutenção e fiscalização, integrando a infraestrutura às políticas de mobilidade e inclusão para evitar que o investimento atenda apenas a uma racionalidade técnica e financeira.

Em 2021 encerrou o contrato firmado entre o Governo do Estado do Tocantins e o Banco Mundial, no âmbito do (PDRIS) e nem todas as obras previstas no escopo inicial foram finalizadas. Diante dessa realidade, o Estado assumiu a responsabilidade pelos contratos estabelecidos com fornecedores e deu continuidade às atividades já iniciadas. A gestão pública compreendeu que os investimentos na infraestrutura viária estadual constituíam uma necessidade estratégica, tanto para garantir melhores condições de transporte quanto para reduzir desigualdades regionais. Essa postura reforçou o compromisso do governo em consolidar resultados concretos, mesmo após o término formal do financiamento internacional (Tocantins, 2023).

Nesse contexto, algumas obras importantes foram concluídas, como a execução, em 2022, de estruturas hidrológicas em rodovias estaduais, que substituíram construções frágeis por obras de concreto. Essa iniciativa eliminou pontos críticos e assegurou maior confiabilidade no tráfego em estradas não pavimentadas. Além disso, registraram-se avanços em projetos de pavimentação e supervisão que contemplaram aproximadamente cinquenta quilômetros de trechos estratégicos. Essas intervenções, ao interligarem a malha estadual às rodovias federais, ampliaram as possibilidades de circulação econômica, promoveram melhorias logísticas e reforçaram a capacidade de integração territorial do Tocantins (Tocantins, 2023).

Entre as principais realizações, destacam-se pontes e bueiros em pontos estratégicos, como sobre o Rio Formiga (TO-458), Rio Manoel Alves (TO-482), Córrego Arrainha (TO-226) e Rio Alminha (TO-491), além de obras sobre diversos córregos, como Jacubinha, Tristeza, Gorgulho e Água Bonita. Essas intervenções buscaram solucionar gargalos de mobilidade, e também aumentar a segurança viária, para facilitar o escoamento da produção e promover a inclusão social a fim de garantir acessibilidade às populações locais. Tais feitos evidenciam o impacto direto do PDRIS no desenvolvimento socioeconômico do Tocantins, confirmando que se os recursos forem bem utilizados essas parcerias internacionais pode fortalecer essas políticas de infraestrutura e de logística (Tocantins, 2023).

A destinação de recursos próprios do Tesouro Estadual para a continuidade e conclusão das intervenções iniciadas ratifica o compromisso de uma política de Estado, definida pela decisão estratégica de fortalecer a infraestrutura viária em conformidade com o escopo original. Tal ação assegura a execução integral do planejamento estabelecido e, por conseguinte, a plena concretização dos benefícios decorrentes do investimento inicial (Tocantins, 2023).

Ademais, o Componente 1 do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) apresentou significativa abrangência geográfica, alcançando mais de 72 municípios em diversas microrregiões do Tocantins, com foco estratégico no Norte e no Bico do Papagaio. Essa área, caracterizada por densa população rural, dependia substancialmente das vias vicinais para o acesso a serviços básicos e o escoamento da produção (Seplan, 2021).

Nesse contexto, a intervenção contemplou municípios setentrionais como Aguiarnópolis, Araguaína e Tocantinópolis, visando aprimorar a eficácia do transporte e fomentar a integração econômica. A inclusão de polos de serviços centrais, como Miracema do Tocantins, reforça o esforço de articulação regional, dado que seu PIB de R\$ 642.003 mil e VAB de Serviços de R\$ 231.052 mil em 2021 evidenciam sua relevância econômica e a necessidade de infraestrutura para evitar o isolamento (IBGE, 2021).

Entretanto, a seletividade das intervenções do PDRIS aponta para assimetrias na distribuição dos recursos, evidenciando que a participação no projeto não garantiu, necessariamente, alto desempenho econômico. O caso de Esperantina ilustra essa disparidade: embora tenha sido contemplado pela intervenção, o município, com população de 11.280 habitantes, registra o menor PIB *per capita* do Tocantins (R\$ 10.525,18), valor cerca de três vezes inferior à média estadual (IBGE, 2021).

Em contrapartida, Sucupira do Tocantins, que não participou diretamente da intervenção, protagonizou o maior avanço econômico do Estado em 2021, registrando um crescimento expressivo de 383% no PIB em relação ao ano anterior. Com população estimada em 2.007 habitantes, o município alcançou o maior PIB *per capita* do Tocantins (R\$ 265.258,58), montante aproximadamente oito vezes superior à média estadual de R\$ 32.214,73 (IBGE, 2021).

Este desempenho deveu-se ao setor agropecuário, sobretudo, na atividade de silvicultura (lenha de eucalipto), não figuram entre os beneficiários, demonstrando que a lógica de aplicação não abrangeu a totalidade do território tocantinense (IBGE, 2021). A ausência de investimento direto em infraestrutura viária nessa localidade, a despeito da evidente necessidade de articulação territorial, sugere a manutenção de entraves logísticos que fragilizam a plena integração socioeconômica da região.

Tal desempenho atrela-se ao setor agropecuário, com destaque para a atividade de silvicultura, lenha de eucalipto (IBGE, 2021). O fato de o município não figurar entre os beneficiários demonstra, contudo, que a lógica de aplicação dos recursos não abrangeu a totalidade das dinâmicas produtivas do território. A ausência de investimento direto em infraestrutura viária nessa localidade, a despeito da evidente necessidade de articulação

territorial, sugere a manutenção de entraves logísticos que fragilizam a plena integração socioeconômica da região.

Sob uma perspectiva crítica, essa lacuna na cobertura do projeto configura-se, conforme a análise de Santos (2025), como uma omissão estatal estratégica que perpetua a vulnerabilidade regional dentro de um sistema global desigual. A decisão de não intervir em áreas economicamente ativas, mas desprovidas de suporte logístico adequado, compromete a equidade do desenvolvimento, reforçando desigualdades espaciais preexistentes ao invés de mitigá-las através de uma política de coesão territorial abrangente.

No entanto, a análise dos dados revela uma alta eficácia na conversão de recursos financeiros em metas físicas de infraestrutura. A execução de US\$ 231,7 milhões, correspondendo a 84,8% dos recursos totais, materializou-se na intervenção direta em 5.500 km de estradas vicinais e na eliminação de pontos críticos em mais de 72 municípios. Esta capilaridade física validou a hipótese de integração territorial. Contudo, observa-se uma limitação no monitoramento dos indicadores de resultado: embora a meta física tenha sido superada, a ausência de métricas precisas impedem a mensuração estatística do ganho logístico imediato.

No âmbito do Componente 2 (2.1, 2.2, 2.3 e 2.4) do Projeto, cujo objetivo central foi promover o aprimoramento da qualidade em serviços públicos estratégicos. Para alcançar essa meta, o programa estabeleceu um conjunto de ações estruturantes de caráter multissetorial, articulado em eixos estruturantes para o fortalecimento do Estado. Essas ações abrangeram áreas como o aperfeiçoamento da governança e da eficácia institucional, a promoção do desenvolvimento regional, bem como inovações nos campos da gestão pública e da educação, refletindo uma abordagem integral para a qualificar os serviços prestados à sociedade (Banco Mundial, 2012). Dentre elas, destaca-se a edificação da sede do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), com 719,87 m² e investimento de R\$ 2.167.857,90 (Seplan, 2021).

Na área de Apoio ao Desenvolvimento da Produção Local, foram realizadas intervenções estratégicas para o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar. Dentre essas, o Projeto apoiou o programa de pecuária da SEAGRO por meio da aquisição e distribuição de material genético para melhorar a qualidade do rebanho. Além disso, destaca-se a construção de matadouros frigoríficos com cobertura do serviço estadual de inspeção de carnes em sete municípios: Ananás, Araguañã, Campos Lindos, Novo Acordo, Arapoema, Ponte Alta do Bom Jesus e Wanderlândia, conforme listados na Tabela 6:

Tabela 6 - Matadouros Frigoríficos equipados

<i>Municípios</i>	<i>Investimentos (Construção matadouro)</i>	<i>Investimentos - Caldeiras(equip.)</i>	<i>Investimentos - Câmaras Frias</i>
<i>Ananás</i>	1.055.533,52	77.671,16	185.508,74
<i>Araguanã</i>	1.055.533,52	77.671,16	185.508,74
<i>Arapoema</i>	1.055.533,52	77.671,16	185.508,74
<i>Campos Lindos</i>	1.055.533,53	77.671,16	185.508,74
<i>Novo Acordo</i>	1.386.425,46	77.671,16	185.508,74
<i>Ponte Alta do Bom Jesus</i>	1.386.425,46	77.671,16	185.508,74
<i>Wandelândia</i>	1.055.533,53	77.671,16	185.508,74
	8.050.518,54	543.698,10	1.298.561,18

Fonte: Seagro, 2021

Conforme dados da Secretaria do Planejamento e Orçamento do estado Tocantins – SEPLAN, a execução de projetos voltados ao fortalecimento da cadeia produtiva da carne para o estado exigiu, previamente à implantação das obras físicas, além de uma série de etapas fundamentais. Entre elas, destacam-se as visitas técnicas, a obtenção de licenças ambientais prévias, a realização de estudos socioeconômicos e a promoção de audiências públicas, (Seplan, 2021).

Os investimentos iniciais, financiados com recursos do Banco Mundial, ultrapassaram R\$ 9.890 milhões Seagro (2021), sendo aplicados na construção, aquisição e instalação de equipamentos, como câmaras frias e caldeiras voltadas ao funcionamento de matadouros-frigoríficos. Esses elementos foram concebidos como infraestruturas estratégicas para a consolidação da segurança alimentar, o estímulo à economia regional e a formalização de uma cadeia produtiva de relevância econômica e sanitária para o estado (SEAGRO, 2021).

A priorização das intervenções seguiu uma lógica regional: na região Norte e Bico do Papagaio, as atividades visaram à atração e ao desenvolvimento do setor produtivo, enquanto nas regiões do Jalapão e Sudeste, o foco foi o desenvolvimento humano e a recuperação ambiental, com atenção à proteção da biodiversidade, às mudanças climáticas e ao apoio a populações vulneráveis no desenvolvimento de seus setores produtivos (Banco Mundial, 2012).

Um dos argumentos centrais que sustentam a relevância desse esboço para o norte do estado foi o combate efetivo ao abate clandestino. A ausência de instalações adequadas e inspecionadas fomenta práticas que colocam em risco a saúde dos consumidores. A carne e os produtos derivados de abates irregulares podem ser veiculadores de doenças, devido à falta de higiene, controle sanitário e rastreabilidade. Ao fornecer matadouros equipados com tecnologia para abate, higienização e tratamento de resíduos, como as caldeiras para

desinfecção e as câmaras frias para conservação, o programa institucionaliza o processo (Banco Mundial, 2012).

A iniciativa pretendia impulsionar o desenvolvimento econômico e a formalização da cadeia produtiva. A existência de matadouros certificados pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) abre portas para que pequenos e médios produtores comercializem seus produtos de forma legal e em maior escala. A capacidade de atender a programas como a Compra Direta e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo claro de como a formalização gera mercado e renda para os criadores, (Banco Mundial, 2012).

Ao mesmo tempo, o investimento em infraestrutura para o desenvolvimento da produção local, com recursos expressivos, espera-se movimentação na economia local, geração de empregos diretos e indiretos e na construção, operação e manutenção desses estabelecimentos. Os critérios de seleção dos municípios, baseados na suficiência de rebanhos e demanda de abate, reforçam a visão de que esses matadouros serão centros de uma atividade econômica vital e sustentável, integrando os produtores à economia formal e agregando valor à pecuária regional (Seplan, 2021).

De acordo com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Tocantins, em paralelo às etapas de preparação das obras físicas dos matadouros-frigoríficos, foi iniciado o processo de estruturação da concessão dos empreendimentos à iniciativa privada, por meio de modelo de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão pública. Essa proposta previa a transferência dos bens móveis e imóveis ao parceiro privado, que ficaria responsável tanto pela conclusão das sete unidades industriais quanto pela gestão, operação e manutenção dos empreendimentos (Tocantins, 2021).

De acordo com dados oficiais do Estado, Diário Oficial do Estado nº 5836, publicado em 30 de abril de 2021, a concessão foi transferida ao setor privado a responsabilidade pelos investimentos necessários à modernização e finalização das estruturas, assegurando, em contrapartida, o direito de exploração econômica por prazo determinado, como forma de retorno financeiro. O montante estabelecido para a outorga, correspondente à cessão de sete ativos públicos, em R\$ 26.700.000,00, valor que englobou terrenos, edificações e equipamentos, com amortização prevista ao longo de 25 anos. Conforme já mencionado o investimento inicial do governo na construção, aquisição e instalação de equipamentos, como câmaras frias e caldeiras de matadouros-frigoríficos, alcançou mais de nove milhões, afim de assegurar a continuidade dos serviços mediante critérios contratuais de longo prazo, (Tocantins, 2021).

A análise da referida outorga será fundamentada no indicador de Retorno sobre o Investimento (ROI), uma ferramenta de análise financeira que mensura a eficiência e o desempenho de uma aplicação de capital. Este indicador expressa a relação matemática entre o resultado líquido obtido e o montante investido, permitindo quantificar o ganho ou a perda de forma objetiva, atuando como um instrumento de suporte estratégico para a tomada de decisão (Kassai; Casanova, 2005).

A partir dos dados primários, foram derivados os seguintes indicadores financeiros para avaliar a performance econômica da operação: Retorno Sobre o Investimento (ROI), calculado pela razão entre o ganho nominal total e o investimento inicial, o cálculo revela um ganho nominal de R\$ 16.835.251,18 ($R\$ 26.728.029,00 - R\$ 9.892.777,82$), o ROI para este empreendimento é de aproximadamente 170,18% ($R\$ 16.835.251,18 / R\$ 9.892.777,82 * 100$). Um ROI superior a 100% é indicativo de que o investimento gerou um valor consideravelmente maior do que o capital inicialmente alocado, demonstrando a rentabilidade nominal da transação.

Para o indicador do Valor Anual da Amortização (Receita Anual da Concessão) este indicador representa o fluxo de receita anual que o governo prevê receber da concessão. Dividindo o valor total da concessão pelo período de 25 anos, a receita anual projetada é de R\$ 1.069.121,16 ($R\$ 26.728.029,00 / 25$ anos). Essa receita recorrente oferece uma fonte de recursos para realocação em outras prioridades orçamentárias ou para o fomento de novos projetos. A análise de viabilidade desse projeto de investimento emprega o método do Payback Simples, uma ferramenta simples e ampla para aplicação em decisões de alocação de capital a longo prazo. Conforme Lima (2019), este indicador determina o tempo exato necessário para que as entradas de caixa operacionais de um projeto se igualem ao montante do investimento inicial.

O Payback Simples é um indicador temporal que mensura o período exato necessário para que a somatória dos fluxos de caixa operacionais, gerados por um projeto ou concessão, se iguale ao montante do investimento inicial. Trata-se, portanto, do cálculo do tempo de retorno do capital originalmente aportado (Lima, 2019). Neste caso, o investimento de R\$ 9.892.777,82 seria recuperado em aproximadamente 9,25 anos ($R\$ 9.892.777,82 / R\$ 1.069.121,16$ por ano). Este período de recuperação, que se situa dentro do primeiro terço do prazo total da concessão, sugere uma eficiência na obtenção do retorno do capital.

Paralelamente a essas ações, foi realizado um investimento substancial de mais de quatro milhões destinado à aquisição de sêmen de raças específicas e kits para inseminação artificial. Essa iniciativa buscou transformar o setor pecuário local e impulsionar a cadeia

produtiva da pecuária bovina de corte, por meio do melhoramento genético e da industrialização, particularmente no interior do estado, com o objetivo de consolidar um ambiente mais competitivo e dinâmico (Seplan, 2021).

Após expor os investimentos das atividades realizadas, a presente análise propõe-se a avaliar a efetividade das estratégias de fomento delineadas para o estado do Tocantins, com foco na superação de desafios estruturais e estímulo ao agronegócio nos municípios de Ananás, Araguanã, Arapoema, Campos Lindos, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus e Wanderlândia, entre 2012 e 2021. Destaca-se, nesse contexto, o investimento superior a quatro milhões de reais realizado a partir de 2017, destinado à aquisição de sêmen, kits de inseminação artificial e implantação de matadouros frigoríficos (Seplan, 2021).

Tais iniciativas visavam transformar o setor pecuário local, impulsionando a cadeia produtiva da carne bovina e a industrialização no interior do estado. Para verificar se o adensamento das cadeias produtivas se materializou como vetor de desenvolvimento, examinam-se os indicadores Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes por Setor de Atividade, disponibilizados pelo IBGE, comparando-se o cenário anterior à intervenção no caso dos matadouros do período de 2012 a 2016 com o período inicial de implementação dos investimentos entre 2017 e 2021 - (Anexos D, E, F, G, H, I, J), (IBGE, 2021).

A análise comparativa entre os municípios que receberam a intervenção busca verificar a ausência de um exame de referência dos períodos anteriores à aplicação dos recursos, a fim de identificar em que medida é possível sustentar que os resultados observados decorrem do Programa PDRIS ou se refletem uma dinâmica estadual já preexistente. Esse enfoque permite situar os efeitos potenciais do investimento dentro de um cenário mais amplo, evitando conclusões determinísticas e reconhecendo que os resultados devem ser interpretados como indicativos e não como atribuições conclusivas (IBGE, 2021).

Ananás, a análise do VAB evidencia uma clara mudança de patamar após o início da intervenção. No período pré-intervenção de 2012-2016, a agropecuária apresentou crescimento moderado, oscilando de 15 milhões para 18,2 milhões. Contudo, coincidindo com o início dos investimentos em 2017, o setor saltou imediatamente para 30,3 milhões. Esse movimento de expansão se consolidou nos anos seguintes, atingindo 42,5 milhões em 2021. Enquanto a indústria retraiu no período, a agropecuária expandiu 174% ao longo da série histórica, duplicando a atividade econômica local e demonstrando uma resposta robusta aos estímulos produtivos na segunda metade da década (IBGE, 2021).

Araguanã apresentou uma trajetória distinta. Entre 2012 e 2016, o setor agropecuário cresceu de 15,2 milhões para 20 milhões. Nos primeiros anos da intervenção 2017-2019,

houve uma oscilação com leve retração. No entanto, a maturação dos investimentos parece ter ocorrido a partir de 2020, quando o setor iniciou uma inflexão significativa, saltando de 20,4 milhões para 39,9 milhões em 2021, praticamente dobrando em apenas um ano. Essa forte retomada no final do período pode indicar mudança tardia, porém significativa, no perfil produtivo local, (IBGE, 2021).

O segmento de serviços, por sua vez, apresentou crescimento contínuo e estável ao longo do período analisado. De R\$ 27,3 milhões em 2012, o setor alcançou R\$ 56,3 milhões em 2021, praticamente dobrando seu valor adicionado bruto. Esse crescimento indica uma expansão da economia urbana, possivelmente impulsionada por maior circulação de renda derivada do fortalecimento da agropecuária e de políticas públicas que ampliaram a prestação de serviços. A análise integrada dos três setores revela uma reconfiguração do perfil produtivo de Araguaçu, com destaque para a retomada robusta da agropecuária nos anos mais recentes (IBGE, 2021).

Arapoema apresenta uma dinâmica setorial marcada por trajetórias distintas. A agropecuária, apesar de pequenas variações até 2017, mostra tendência consistente de expansão, evoluindo de R\$ 25,1 milhões em 2012 para R\$ 33,3 milhões em 2016 e alcançando R\$ 60,8 milhões em 2021. Esse comportamento revela um crescimento gradual de base produtiva, com reforço mais evidente no período final da série. Já os serviços exibem movimento contínuo de fortalecimento até 2016, seguido de oscilações moderadas, mas mantendo patamar superior ao inicial, estabilizando-se próximo a R\$ 86 milhões entre 2020 e 2021.

A indústria, por sua vez, apresenta o movimento mais singular. Depois de permanecer em níveis reduzidos até 2017, o setor registra uma ruptura brusca em 2018, avançando de 4,0 milhões para 173,2 milhões, com novo pico em 2020 para 224,5 milhões e queda subsequente em 2021 para 170,1 milhões. Esse ciclo concentrado de 2018 a 2020 sugere uma expansão excepcional e provavelmente temporária, associada a maior movimentação econômica local, possivelmente ligada a obras, instalações produtivas ou investimentos estruturantes. Em conjunto, os dados evidenciam uma economia ancorada na expansão agropecuária, um setor de serviços em consolidação gradual e um surto industrial não recorrente, mas de forte impacto no curto prazo.

Campos Lindos protagonizou a transformação mais expressiva da amostra. No período anterior a 2017, o VAB agropecuário flutuou negativamente, caindo de 147 milhões em 2012 para 105 milhões em 2016. A recuperação iniciou-se timidamente em 2018, mas foi a partir de 2020 que os resultados dos investimentos estratégicos parecem ter atingido plena capacidade.

O setor cresceu exponencialmente, saltando de 263 milhões em 2020 para 706,4 milhões em 2021. Esse aumento de mais de 378% em um ano consolidou o município como polo econômico regional, sugerindo uma correlação direta com a nova infraestrutura agroindustrial (IBGE, 2021).

O setor industrial teve desempenho bastante modesto e instável. Após alcançar R\$ 43 milhões em 2014, o valor caiu continuamente, chegando a apenas R\$ 9,5 milhões em 2019 — seu pior desempenho na série. Apesar de uma leve recuperação nos dois anos seguintes (R\$ 10,9 milhões em 2020 e R\$ 22 milhões em 2021), a indústria permanece como o setor menos representativo na economia local. O setor de serviços teve crescimento mais regular e consistente. Saiu de R\$ 127 milhões em 2012 para R\$ 242 milhões em 2021, o que representa um aumento de aproximadamente 90% ao longo da década (IBGE, 2021). Para os anos 2013 a 2016 houve queda generalizada nos três setores, de 2017 a 2019, com recuperação da agropecuária, mas com queda acentuada da indústria, e 2020 a 2021, a explosão do setor agropecuário, que mais do que dobra de tamanho em 2020 e quase triplica novamente em 2021 (IBGE, 2021).

Novo Acordo, entre 2012 e 2021, os dados revelam um crescimento geral da economia local, com variações setoriais que oferecem importantes sinais sobre a estrutura e transformação da base produtiva municipal. O setor de serviços é, de forma constante, o mais relevante na economia de Novo Acordo durante todo o período analisado. Em 2012, o setor já respondia por R\$ 19,1 milhões, aumentando para R\$ 50,6 milhões em 2021, um crescimento de cerca de 165%. A agropecuária apresenta um crescimento mais expressivo em termos proporcionais. O VAB do setor salta de R\$ 3,8 milhões em 2012 para R\$ 27 milhões em 2021, um aumento superior a 600% ao longo da década. O setor industrial mostra desempenho tímido, com oscilação e crescimento modesto ao longo dos anos. Em 2012, o VAB era de R\$ 3,9 milhões, e em 2021 atingiu apenas R\$ 2,5 milhões. Em 2014, atinge seu pior valor R\$ 1,4 milhão, (IBGE, 2021).

Ponte Alta do Bom Jesus, o panorama da estrutura econômica em relação aos dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostram transformações graduais, sem grandes sobressaltos, mas que indicam uma reconfiguração sutil da dinâmica produtiva local ao longo da década. O setor de serviços se apresenta como a base mais sólida da economia local. Em 2012, ele representava mais de R\$ 20,8 milhões do VAB municipal, valor que sobe para R\$ 43,7 milhões em 2021. Trata-se de um crescimento de 109%, um avanço estável e contínuo. O setor agropecuário, apesar de apresentar menor valor absoluto durante boa parte da década, demonstra um crescimento expressivo nos últimos anos da série. Após oscilar em torno de R\$

6 a R\$ 7 milhões por quase toda a década, o setor praticamente dobra entre 2019 e 2021, saltando de R\$ 6,8 milhões para R\$ 16,3 milhões. O setor industrial é o mais discreto entre os três observados. Os valores são baixos ao longo do período, e mesmo com uma recuperação visível a partir de 2018, o VAB industrial atinge apenas R\$ 2,7 milhões em 2021 (IBGE, 2021).

E, Wanderlândia apresenta uma economia de base diversificada, mas com oscilações marcantes ao longo da década, com fases de expansão e recuos. O setor de serviços lidera a geração de valor ao longo de todo o período analisado, mantendo-se como o núcleo estruturante da economia municipal. De R\$ 59 milhões em 2012, o setor alcança R\$ 106,8 milhões em 2021, representando um aumento de cerca de 81%. Mesmo diante de flutuações nos demais setores, os serviços mantêm trajetória de crescimento praticamente contínua, com uma leve retração apenas em 2015 (IBGE, 2021).

O desempenho industrial de Wanderlândia é o mais volátil dos três setores. Em 2012, o setor apresentava um valor modesto (R\$ 12,9 milhões), mas dá um salto significativo em 2013 (R\$ 23,7 milhões) e chega ao pico em 2015, com impressionantes R\$ 40,5 milhões — mais que o triplo do valor de três anos antes. A partir de 2016, o setor entra em trajetória de declínio, chegando a apenas R\$ 12,3 milhões em 2019, o menor valor desde o início da série. A recuperação parcial em 2020 e 2021 (atingindo R\$ 20 milhões) indica uma possível retomada, mas sem a mesma intensidade do auge de 2015. O setor agropecuário, por sua vez, teve um comportamento mais comedido na maior parte do período, com variações entre R\$ 8 e R\$ 16 milhões. Contudo, em 2021 ocorre uma mudança estrutural significativa, com o VAB saltando para R\$ 45 milhões, quase triplicando em relação ao ano anterior (IBGE, 2021).

Os investimentos realizados nos municípios onde houve a intervenção evidencia que as estratégias de fomento ao agronegócio, especialmente os investimentos em matadouros entre 2017 e 2020, apresentam desempenho estável para dinamizar as economias locais, embora seus impactos tenham sido desiguais.

Inicialmente, no período de 2012 a 2017, a maioria dos municípios exibiu uma evolução econômica positiva, mas relativamente gradual. Cidades como Ananás, Novo Acordo e Ponte Alta do Bom Jesus, por exemplo, demonstram uma trajetória de crescimento consistente e estável, com seus PIBs expandindo ano a ano sem grandes sobressaltos. Esse padrão reflete uma base econômica em maturação contínua. Da mesma forma, Ananás e Araguaçu também seguiram uma linha de incremento econômico progressivo (IBGE, 2021).

O desdobramento das análises a partir de 2019, que coincide com o período de entrega das obras dos matadouros (2019-2020) permite inferir correlação direta com as anomalias

econômicas observadas nas regiões beneficiadas. O caso mais expressivo é o de Arapoema, cujo PIB saltou de aproximadamente R\$ 99,4 milhões em 2017 para R\$ 288,2 milhões em 2018, um aumento de quase 200%. Essa significativa expansão econômica inicial foi sucedida por uma flutuação em 2019 e nova elevação em 2020. Tal dinâmica sinaliza impacto na economia local, que pode ser atribuído tanto à fase de investimento e construção da infraestrutura quanto ao subsequente início de suas operações (IBGE, 2021).

Em contrapartida, Wanderlândia apresenta um desempenho distinto, com uma retração em seu PIB justamente em 2018 e 2019 (IBGE, 2021) o que pode indicar que os benefícios de tais investimentos não foram distribuídos de maneira uniforme na região ou que outros fatores econômicos locais neutralizaram os ganhos potenciais nesse período específico, (IBGE, 2021).

A análise do ano de 2021 revela a consolidação de novas realidades econômicas, com destaque absoluto para Campos Lindos. O município, que já possuía o maior PIB da amostra, experimentou um crescimento exponencial, mais do que dobrando sua atividade econômica de R\$ 472,4 milhões em 2020 para mais de R\$ 1 bilhão em 2021 (IBGE, 2021). Este fenômeno aponta para uma transformação, onde a nova infraestrutura agroindustrial, como os matadouros, pode ter atingido sua plena capacidade operacional, impulsionando a cadeia produtiva de forma extraordinária e consolidando o município como um polo econômico regional.

A avaliação da série histórica de 2012 a 2021 revela que, ao superar a tendência inercial de crescimento, o intervalo final de 2017 a 2021 reflete uma reconfiguração econômica associada a investimentos estratégicos. Nota-se, entretanto, disparidade nos impactos regionais, enquanto localidades como Campos Lindos e Arapoema protagonizaram saltos expressivos, outros municípios sustentaram avanços moderados ou oscilações (IBGE, 2021).

Nesse contexto, o comportamento do VAB agropecuário identifica o período como mudança de patamar na produtividade, em resposta direta aos aportes em genética e infraestrutura. A reação temporal dos indicadores varia entre os municípios — imediata em Ananás e tardia em Wanderlândia —, mas a elevação geral dos valores valida a materialização das cadeias produtivas como vetor de desenvolvimento local.

Para avaliar o impacto econômico da construção de matadouros frigoríficos nos municípios de Ananás, Araguanã, Arapoema, Campos Lindos, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus e Wanderlândia, este estudo utiliza como indicadores o PIB a Preços Correntes e

PIB Per Capita. Para mensurar o ponto de partida e o impacto potencial deste projeto, é fundamental analisar a conjuntura econômica atual de cada localidade.

Conforme dados do Produto Interno Bruto - PIB a preços correntes municipal apresentado no (Anexo L, M), observa-se que todos os municípios já apresentaram trajetória de expansão do PIB no período anterior ao projeto (2002–2011), embora com oscilações de intensidade entre eles. Após o início da intervenção, de 2012 a 2021, o crescimento se mantém ou se acelera em quase todos os casos, o que indica continuidade da tendência anterior e, em alguns municípios, possível estímulo à atividade econômica (IBGE, 2024).

Ao comparar o período anterior a intervenção (2002–2011) com o intervalo posterior ao início do projeto (2012–2021), verifica-se que o produto interno bruto municipal já apresentava trajetória ascendente antes da melhoria da política, ainda que com ritmos distintos entre os municípios. Nesse intervalo inicial, Ananás, Araguanã, Arapoema, Campos Lindos, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus e Wanderlândia ampliam de forma quase contínua seus níveis de PIB a preços correntes, o que sugere um processo de crescimento em curso independentemente da intervenção.

Com a implantação do projeto, a partir de 2012, a análise contra factual indica a manutenção e, em alguns casos, o fortalecimento dessa tendência, evidenciado pelo aumento adicional do PIB, especialmente em Campos Lindos, Arapoema e Ananás, que registram desdobramentos mais pronunciados no período pós-projeto. Desse modo, os dados disponíveis permitem concluir que o crescimento não se inicia com a intervenção, mas que a política pode ter atuado como fator de reforço e particularidade em determinados contextos locais, em vez de representar uma ruptura completa na trajetória previamente observada (IBGE, 2024).

Nesse processo os municípios que mais se destacaram foram Campos Lindos e Arapoema como os municípios de maior dinamismo ao longo de todo o período, enquanto Novo Acordo e Ponte Alta do Bom Jesus aparecem como os que menos se destacam em termos de volume e ritmo de crescimento.

Campos Lindos apresenta o maior salto absoluto de PIB, saindo de 38.548 em 2002 para 205.546 em 2011 e alcançando 1.004.931 em 2021, o que revela forte destaque principalmente após o início do projeto em 2012. Esse comportamento indica que, além de já crescer no período pré-intervenção, o município passou a registrar uma expansão muito mais intensa pós-projeto, consolidando-se como principal destaque (IBGE, 2024).

Arapoema evoluiu de 26.482 em 2002 para 62.901 em 2011 e atingindo 324.523 em 2021, com um salto expressivo a partir de 2018. Ananás e Wanderlândia mostram trajetória

consistente de aumento do PIB, com contínuo crescimento antes e depois de 2012, estabelecendo consolidação gradual da base econômica, embora em patamar inferior ao de Campos Lindos e, em parte, de Arapoema (IBGE, 2024).

Já os municípios com menos destaque são Novo Acordo e Ponte Alta do Bom Jesus apresentam menores níveis absolutos de PIB em quase todo o período, com avanços mais moderados tanto antes quanto depois da intervenção. Apesar de registrarem crescimento ao longo dos anos, a expansão ocorre em ritmo menos intenso do que nos municípios líderes, o que faz com que permaneçam na faixa de menor expressão econômica relativa dentro do grupo analisado (Anexo L, M), IBGE, 2024).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita (Anexo N, O) dos municípios beneficiados com matadouros evidencia trajetória de expansão econômica preexistente à intervenção do PDRIS. Entre 2002 e 2011, o indicador registrou crescimento nominal consistente, com destaque para Campos Lindos, que elevou seus valores de R\$ 8.962,41 para R\$ 30.529,50. Tais dados indicam que a capacidade estrutural para o desenvolvimento já se manifestava na região antes mesmo do aporte financeiro externo (IBGE, 2024).

A implementação do PDRIS, no período 2012 a 2021, parece coincidir com a aceleração significativa desse processo, impulsionando a variação nominal do indicador. Nesse período, Campos Lindos alcançou R\$ 95.662,12 e Arapoema atingiu R\$ 49.244,74, registrando o maior crescimento percentual, enquanto os demais municípios mantiveram aumentos lineares. Os resultados indicam que o financiamento externo pode ter potencializado um dinamismo já em curso, funcionando como elemento de reforço em polos específicos (IBGE, 2024).

Embora a análise do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita* a preços correntes tenha sido utilizada neste estudo como uma ferramenta para mapear a magnitude e a evolução da atividade econômica nos municípios destacados, é imprescindível interpretar seus resultados com uma perspectiva crítica. Conforme vertente de pensamento econômico da qual Joseph Stiglitz é um destacado representante, superestimar o PIB como um sinônimo de progresso é um equívoco, pois este indicador quantifica a produção de mercado, mas silencia sobre o bem-estar social e a sustentabilidade (Stiglitz, 2002).

Apesar dos investimentos em infraestrutura e equipamentos, com a construção de matadouros frigoríficos e a aquisição de kits para inseminação artificial, e do consequente crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita* a preços correntes nos municípios beneficiários, é fundamental questionar a efetividade desses aportes. A racionalidade hegemônica que guia tais projetos, embora focada no fortalecimento produtivo

e na inserção em cadeias de valor, pode paradoxalmente intensificar as desigualdades. Ao priorizar uma produção baseada em técnicas e imperativos de mercado, há o risco de concentrar os benefícios em determinados elos da cadeia ou em grupos específicos, resultando em carência para uma parcela significativa da população local, (Santos, 2025).

Observa-se que, no período subsequente à esperada operacionalização desses equipamentos, que se estende de 2018 a 2021, conforme, houve um crescimento econômico nominal generalizado em todas as sete localidades estudadas (IBGE, 2024). O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes registrou aumentos em todos os municípios no intervalo pós 2018, mas a dispersão desse crescimento apresentou desigualdade significativa. O resultado mais significativo foi observado em Campos Lindos, que já possuía um PIB elevado em 2017 R\$290.585mil, mas que alcançou a marca de R\$1.004.931 mil em 2021. Este aumento representa um crescimento acelerado de 245,84% na atividade econômica nominal no período de quatro anos. Essa súbita aceleração pode ser uma evidência de que a nova infraestrutura industrial permitiu ao município atingir uma escala produtiva capaz de reconfigurar sua matriz econômica de forma drástica, estabelecendo-o como um polo regional de atração de capital e produção (IBGE, 2024).

Entretanto, a disparidade econômica entre as localidades se reflete e se amplifica de maneira evidente na métrica do PIB *per capita*, apesar de todos os municípios terem apresentado melhora no indicador. A distância entre o município mais rico e o mais pobre se intensificou no período pós 2018, evidenciando a concentração de riqueza e produtividade. Campos Lindos, que já detinha a maior renda *per capita* R\$29.666,67 em 2017, saltou para R\$95.662,12\$ em 2021, triplicando o seu valor por habitante. Em contrapartida, municípios como Ponte Alta do Bom Jesus, que saiu de R\$9.357,65 para R\$14.700,83 e Novo Acordo R\$11.497,81 para R\$15.232,02 tiveram expansões mais modestas e lineares, indicando que a implantação das obras não gerou o mesmo efeito de transformação estrutural em todas as economias locais (IBGE, 2024).

Nesse aspecto a avaliação de políticas públicas enfrenta obstáculos metodológico de carência de fontes de dados que transcendam a lógica hegemônica do mercado globalizado. Sob esse ponto de vista, as estatísticas disponíveis, não são instrumentos neutros, revelam-se politizadas e alinhadas a uma visão específica de mundo. Milton Santos adverte para o fato de que a riqueza entre as nações é comparada a partir de métricas que mascaram as realidades locais e aprofundam as desigualdades. O autor exemplifica essa distorção ao analisar o Produto Nacional Bruto (PNB), que, sob as condições da globalização atual, resume-se, na prática, a um produto global.

Essa contabilidade reflete apenas as operações que interessam ao capital financeiro e às grandes corporações, ignorando as dinâmicas socioeconômicas que não se inserem nesse sistema. Portanto, a dificuldade em obter dados que representem o território em sua totalidade impõe uma séria limitação à formulação e análise de políticas que busquem um desenvolvimento autônomo e socialmente justo (Santos, 2025).

A articulação entre investimentos produtivos e indicadores econômicos comprova a eficiência operacional do projeto neste eixo específico. O aporte de R\$ 9,8 milhões na infraestrutura de matadouros-frigoríficos, operacionalizado via Parceria Público-Privada (PPP), gerou um Retorno Sobre o Investimento (ROI) nominal de 170,18%, validando estatisticamente a viabilidade financeira do dispêndio público. Esse desempenho macroeconômico reflete-se em transformações locais tangíveis: em Campos Lindos, a maturação do investimento sincronizou-se com uma mudança estrutural que duplicou o PIB entre 2020 e 2021, enquanto Ananás registrou fenômeno análogo, com a duplicação do Valor Adicionado Bruto (VAB) agropecuário no período pós-intervenção (IBGE, 2024).

Entretanto, a análise aprofundada dos indicadores revela a assimetria do impacto dessa infraestrutura entre os municípios beneficiados. O exame crítico do PIB per capita evidencia que, a despeito do crescimento nominal generalizado, a disparidade entre as localidades se intensificou. Os dados indicam que a infraestrutura produtiva atuou eficazmente como vetor de riqueza agregada, todavia, sua capacidade de promover equidade distributiva vincula-se a fatores locais preexistentes.

No eixo turístico do PDRIS –, destaca-se a implementação de um modelo de turismo sustentável de base comunitária na Região do Jalapão, marcado pelo fortalecimento da participação local. Esta estratégia resultou no atendimento direto a 197 membros das comunidades tradicionais quilombolas de Mumbuca e Prata, por meio de ações de capacitação em gestão de negócios, hospitalidade e gastronomia, valorizando o patrimônio cultural local como diferencial competitivo. Essas iniciativas foram acompanhadas pela requalificação de pontos turísticos, incluindo a reforma de quiosques e praças públicas, a instalação de sinalização em trilhas e a construção de calçadas acessíveis aos atrativos naturais, o que contribuiu para ampliar a atratividade e a infraestrutura da região voltada ao turismo sustentável (Seplan, 2021).

Simultaneamente, o projeto fomentou o desenvolvimento de guias turísticos especializados em pesca esportiva e observação de aves no Tocantins, além de capacitar 63 operadores turísticos individuais nesses segmentos, fortalecendo a diversificação da oferta

turística do segmento e promovendo a inserção socioeconômica de trabalhadores locais, cujo valor investido foi R\$9.979 milhões (Seagro, 2021).

Assim, esse conjunto de ações aspirou à implementação do turismo de base comunitária no estado do Tocantins, com ênfase nas comunidades quilombolas da região do Jalapão. E teve como ponto de partida o estudo para identificação dos aspectos socioculturais dessas comunidades, aliado à avaliação das áreas, estruturas, serviços e atividades com potencial para a implantação de empreendimentos turísticos sustentáveis. As ações foram organizadas em diferentes ofertas turísticas, estruturadas para fortalecer a identidade cultural local, promover a inclusão produtiva e estimular o desenvolvimento territorial de forma integrada e participativa (Tocantins, 2019).

A oferta turística contemplou o aprimoramento do planejamento e da operação dos eventos tradicionais, com destaque para o diagnóstico da comunidade quilombola do Rio Novo e a realização de intercâmbios culturais. Outras concentraram-se na valorização da gastronomia regional, dividida em duas etapas. Mais uma abordagem foi a qualificação do artesanato local, incluindo aspectos de gestão de negócios, tecnologia, design e inovação. Como resposta às exigências sanitárias do período pandêmico, foram implantados protocolos de segurança contra a Covid-19 em quatro comunidades. Complementarmente, realizaram-se oficinas participativas para a elaboração dos roteiros de turismo de base comunitária e a realização de um seminário de multiplicação das experiências. Para ampliar a divulgação do projeto, foram produzidos cinco vídeos promocionais (com até cinco minutos cada) e um podcast de trinta minutos sobre o turismo comunitário do Jalapão e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, (Seplan, 2021).

Na esfera ambiental, o projeto implantou um novo sistema de processamento de licenças (SIGAM), que culminou no aumento de sua atuação, fornecendo ampla assistência técnica para agilizar processos e melhorar a qualidade das informações, fornecendo novos sistemas de TI, capacitação, atualização de instalações físicas e aquisição de equipamentos. O aumento da eficiência é evidenciado, por exemplo, pela redução do tempo médio de emissão de licenças ambientais pelo Naturatins, que passou de uma linha de base de 100 para 36 dias no encerramento do projeto, em comparação com os 40 dias previstos (principal indicador de resultado intermédio). Os ganhos de eficiência vieram da digitalização total do processo e da automação de tarefas (Banco Mundial, 2022).

Na área de gestão e fiscalização ambiental no Tocantins, o estado adotou quatro instrumentos do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 de 2012), permitindo que o Estado produza melhor inteligência ambiental e aplique a legislação ambiental de forma mais eficaz.

A principal delas foi a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), extremamente importante para monitorar a conformidade do setor agrícola em expansão com os requisitos legais, como áreas de preservação permanente. A cobertura do cadastro passou de cerca de 5.000 antes do Projeto, para cerca de 83.000 propriedades rurais registradas (de um total estimado de 85.000 em todo o estado, de soluções especializadas em TI, incluindo imagens de satélite e nuvem).

Diante da relevância hídrica do Tocantins no cenário nacional, a inclusão do monitoramento ambiental como eixo de atuação do subcomponente 2.3 do PDRIS revela-se estratégica para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. O estado integra a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, a bacia Tocantins-Araguaia, responsável por drenar aproximadamente 9,5% de todo o território nacional. No contexto estadual, os recursos hídricos são ainda mais significativos: o sistema hidrográfico do Tocantins cobre 62% da superfície estadual, o equivalente a 172.828,2 km², enquanto a bacia do Araguaia ocupa os 38% restantes, somando 104.791 km² (CBH-TO, 2015).

Diante dessa expressiva extensão, torna-se imperativo implementar instrumentos de gestão e monitoramento capazes de assegurar o equilíbrio ecológico e a disponibilidade hídrica para as futuras gerações. Assim, o investimento em políticas e sistemas voltados à preservação desse patrimônio natural, conforme proposto pelo PDRIS, é uma resposta concreta aos desafios ambientais e estruturais enfrentados pelo Tocantins, especialmente frente ao avanço de atividades econômicas que demandam uso intensivo da água (Banco Mundial, 2011).

No setor de gestão dos recursos naturais – a SEMARH concluiu três pilotos de gestão de água em bacias hidrográficas estaduais selecionadas cobertas por Comitês de Bacia. Esses pilotos diziam respeito à adoção de Planos de Bacias Hidrográficas, um importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Além dos Planos de Bacia, o Projeto contribuiu de forma mais ampla para o monitoramento dos recursos hídricos, cofinanciado com a ANA a implantação de 50 estações hidrometeorológicas em todo o Tocantins. Por fim, o Projeto também apoiou uma pesquisa abrangente de incidência solar para o Tocantins, fornecendo informações valiosas para o desenvolvimento de energia solar na região.

Diante da necessidade de qualificação, ocorreram a reforma e ampliação de dez escolas localizadas nas regiões norte e sul, nos municípios de Aguiarnópolis -TO, Aliança do Tocantins -TO, Alvorada -TO, Barrolândia- TO, Colinas do Tocantins – TO, Fátima – TO, Guaraí – TO, Paraíso do Tocantins – TO, Pugmil – TO e Wanderlândia – TO. As escolas selecionadas localizam-se no perímetro urbano e foram definidas como unidades piloto

voltadas ao atendimento de comunidades em situação de alta vulnerabilidade social ao longo da Rodovia BR-153. Os recursos financeiros destinados à educação representam, em média, 3% do valor total do projeto (Banco Mundial, 2022). Conforme demonstrativo de investimentos descrito na Tabela 7.

Tabela 7 – Investimentos em Escolas Estaduais por Município do Tocantins

Municípios	Escolas Estaduais	Aérea construída m2	Investimentos/contrato	Fonte
Aguiarnópolis (TO)	Nazaré Nunes da Silva	1.369,12 m²,	2.203.341,97	DOE nº 4.634, 07/06/2016.
Aliança do Tocantins (TO)	Anita Cassimiro	2.375,70 m²,	2.454.342,68	DOE nº 4.634, 07/06/2016
Alvorada (TO)	Ana Maria de Jesus	609,27m²	3.102.148,97	DOE nº 5924, 09/09/2021
Barrolândia (TO)	Paulina Câmara	2.426,61m²,	1.758.209,93	DOE nº 4.634, 07/06/2016
Colinas do Tocantins	Lacerdino de Oliveira Campos	2.266,50 m²	2.746.405,95	DOE nº 4.634, 07/06/2016
Fátima (TO)	Conceição de Brito	3.378,08 m²	5.993.746,20	DOE nº 5924, 09/09/2021
Guaraí (TO)	Anaides Brito Miranda	3.125,26 m²	3.078.729,22	DOE nº 4.609, 28/04/2016
Paraíso do Tocantins (TO)	Juscelino Kubitschek de Oliveira	1.136,38 m²	2.536.464,06	DOE nº 4.609, 28/04/2016
Pugmil (TO)	Darcy Ribeiro	2.178,03 m²	1.573.875,33	DOE nº 4.634, 07/06/2016
Wandelândia (TO)	José Luiz Siqueira	2.546,80 m²	2.523.591,64	DOE nº 4.634, 07/06/2016
Total			27.970.855,95	

Fonte: Tocantins (2016, 2017, 2021)

Os dados do governo evidenciam um volume expressivo de investimentos realizados com recursos do projeto em escolas estaduais distribuídas por diferentes municípios do Tocantins, totalizando R\$ 27.970.855,95. Entre os destaques, observa-se que o maior aporte ocorreu no município de Fátima, na Escola Conceição de Brito, com R\$ 5.993.746,20, seguido de Alvorada, na Escola Ana Maria de Jesus, com R\$ 3.102.148,97, e Guaraí, na Escola Anaides Brito Miranda, com R\$ 3.078.729,22. Em contrapartida, o menor investimento foi registrado em Pugmil, na Escola Darcy Ribeiro, com R\$ 1.573.875,33, seguido de Barrolândia, na Escola Paulina Câmara, com R\$ 1.758.209,93 (Tocantins, 2017, 2021).

Paralelamente às reformas e ampliações de dez escolas, realizou-se um estudo de gênero com investimento de R\$ 140.755,48. Este incluiu a contratação de consultoria especializada para diagnosticar problemas socioeconômicos em comunidades ligadas a seis escolas específicas nos municípios de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia,

Colinas do Tocantins, Pugmil do Tocantins e Wanderlândia. O foco era mitigar as vulnerabilidades que afetam alunos e suas famílias, com especial atenção às questões de gênero.

Essas atuações buscaram promover uma educação efetiva e integrada, facilitando o acesso à qualidade de vida e à inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social ao longo da rodovia Belém-Brasília. O objetivo foi melhorar a qualidade do ensino por meio de situações didáticas significativas, garantindo a permanência dos alunos na escola e estimulando a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para os estudantes e suas famílias em contextos de vulnerabilidade.

Outras ações interligadas foram efetuadas em apoio ao programa “Estrada do Conhecimento”, incluindo a realização de uma pesquisa piloto de observação em sala de aula, fundamentada na metodologia Stallings. Essa atividade foi executada por consultoria especializada, contratada junto ao Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), com investimento de R\$ 428.555,96, (Seplan, 2021).

A iniciativa teve como objetivo a realização de um estudo longitudinal nas seis unidades escolares localizadas nos municípios beneficiados pelo Programa Estrada do Conhecimento (PEC), abrangendo o período de 2017 a 2023. Tal estudo visou a diagnosticar o perfil dos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio, monitorar seu desempenho acadêmico ao longo dessa etapa de ensino e em um ano subsequente à sua conclusão. Adicionalmente, buscou-se mensurar a eficácia do ensino ofertado nessas unidades escolares, avaliando sua contribuição para a ascensão social e profissional dos alunos observados, conforme evidenciado pela participação na Avaliação - Boletim Ensino Médio, apresentado no Anexo M.

Com base nos dados apresentados (Anexo P), observa-se que, entre as escolas atendidas pelo projeto, apenas algumas participaram do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nos ciclos de 2017, 2019 e 2023. As escolas Nazaré Nunes da Silva, Anita Cassimiro, Lacerdino de Oliveira Campos apresentaram índices de participação variáveis ao longo dos anos, com destaque para os altos percentuais de presença em 2023, superiores a 80%, a Escola Anaides Brito Miranda, especificamente, teve participação registrada apenas em 2023, alcançando 92,31% de presença, o que pode indicar um possível ingresso recente nos processos avaliativos nacionais (INEP, 2025).

No entanto, escolas como Ana Maria de Jesus, Paulina Câmara, Conceição de Brito, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Darcy Ribeiro e José Luiz Siqueira não tiveram dados registrados em nenhuma das edições analisadas, o que indica que a maioria das escolas

beneficiadas não participou da avaliação nacional, possivelmente por não atenderem aos critérios exigidos, conforme constatado por meio dos dados levantados no boletim de avaliação de avaliação do ensino médio (INEP, 2025).

Apesar dos investimentos expressivos realizados no âmbito do Componente 2 do PDRIS, com ações como construção e ampliação de escolas, melhorias na infraestrutura educacional e contratação de consultorias especializadas, a efetividade dos resultados em termos de participação das escolas nos processos avaliativos nacionais, como o INEP, mostrou-se limitada. A maioria das instituições beneficiadas não participou das avaliações realizadas entre 2017 e 2023 (INEP, 2025).

A dissonância entre os investimentos realizados na educação e os resultados concretos observados na qualidade do ensino revela uma contradição estrutural que transcende o simples debate sobre a alocação de recursos. Tal disparidade compromete a legitimidade das ações governamentais ao suscitar dúvidas sobre a eficácia das políticas educacionais diante dos parâmetros de monitoramento que elas mesmas estabelecem. Sob uma perspectiva crítica e fundamentada nos diagnósticos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, observa-se que essa lacuna não se resume à insuficiência de financiamento, mas decorre, sobretudo, da fragilidade institucional na gestão e execução das políticas públicas (OCDE, 2023).

Essa problemática transcende o debate setorial e alinha-se diretamente ao diagnóstico macroeconômico apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Ao recomendar a construção de governos eficientes e responsivos como pilar para o crescimento, a OCDE expõe a criticidade da gestão pública. A ineficácia em traduzir gastos educacionais em avanços mensuráveis é, portanto, uma exposição clara dessa lacuna de governança, (OCDE, 2023).

A análise identifica que a impossibilidade de mensurar os avanços no componente de qualidade educacional resulta de limitações metodológicas associadas à ausência de indicadores atualizados e de registros primários de desempenho. Embora tenham sido destinados mais de 27 milhões à melhoria da infraestrutura das escolas-piloto e à contratação de consultorias, a maioria dessas instituições não apresentou participação nas avaliações nacionais, como o SAEB/INEP, no período examinado, o que comprometeu a obtenção de métricas comparáveis. Essa não participação, possivelmente relacionada ao não atendimento de requisitos mínimos e a outros fatores operacionais. Outro fator que também comprometeu a coleta de informações das escolas — como notas dos alunos, dados de matrícula e registros

do Censo Escolar — foi a indisponibilidade desses registros, o que restringiu significativamente a capacidade de avaliar os resultados (INEP, 2024).

Adicionalmente, indicadores socioeconômicos, como os dados necessários para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os anos mais recentes, mostraram-se indisponíveis nas bases públicas. Tal cenário de lacunas informacionais evidenciou a fragilidade institucional do estado em traduzir o investimento financeiro em progresso social mensurável, comprometendo a análise de eficácia e a formulação de conclusões robustas sobre as metas educacionais estabelecidas. A ausência de uma base de dados integrada e de indicadores padronizados comprometeu a transparência e a mensuração precisa do impacto real do projeto, expondo a ineficácia na conversão de capital em resultado no quesito da qualidade educacional.

A qualificação da força de trabalho na administração pública indireta do Tocantins no início do projeto reforça a pertinência do componente de *Qualidade Educacional* proposto no âmbito do PDRIS, que inclui o apoio à SEDUC no ensino infantil, diagnóstico de fragilidades e oferta de cursos no ensino médio. Segundo dados do IBGE 54,9% dos profissionais da administração indireta no estado possuíam ensino médio, enquanto apenas 4,7% tinham apenas o ensino fundamental, um dos menores percentuais do país. Além disso, entre os servidores celetistas, 100% detinham escolaridade de nível médio, revelando um padrão de qualificação mais elevado em comparação com outras unidades federativas (IBGE, 2012).

Esses indicadores evidenciavam um cenário favorável à execução de ações de aprimoramento técnico e pedagógico, sustentando a importância de investimentos voltados ao diagnóstico das deficiências no sistema educacional e à capacitação continuada de profissionais (Banco Mundial, 2012).

A inclusão do estudo de gênero para fins da *qualidade educacional* do PDRIS, contempla o apoio à Secretaria de Educação SEDUC no ensino infantil, diagnóstico de fragilidades e cursos no ensino médio, revela-se estratégica diante do contexto nacional e estadual de fortalecimento das políticas para as mulheres. A educação, reconhecida como vetor fundamental para a superação das desigualdades de gênero, foi destacado como uma das áreas com ampla articulação nos estados brasileiros (IBGE, 2012).

A avaliação deste componente revela uma falha crítica na conversão do capital físico em resultados educacionais. Apesar do vultoso investimento superior a R\$ 27,9 milhões na reforma e ampliação de dez escolas estaduais, a ausência da maioria dessas unidades nas avaliações nacionais (INEP/SAEB), entre 2017 e 2023, inviabilizou a mensuração de quaisquer avanços pedagógicos. Tal lacuna evidencia, portanto, a fragilidade dos mecanismos

de gestão e monitoramento, que não asseguraram a produção de dados necessária para comprovar a efetividade do gasto público (INEP, 2025).

O Tocantins, inserido nesse movimento de articulação intersetorial, defendeu o fortalecimento institucional promovido pelo projeto ao contemplar a perspectiva de gênero em ações estruturantes da educação básica. A presença do estudo de gênero nesse subcomponente amplia o alcance do projeto ao permitir a identificação de desigualdades estruturais desde as etapas iniciais da formação escolar, viabilizando intervenções mais justas e eficazes no sistema educacional tocantinense (Banco Mundial, 2012).

No apoio ao gerenciamento de projetos e supervisão do Projeto no componente três (3.1) houve a criação e gestão de websites, um Geoportal destinado ao compartilhamento público de informações geográficas, dados espaciais, insumos técnicos, serviços e estatísticas referentes ao Estado do Tocantins, com investimento de um milhão e duzentos para disseminação de informações na gestão (Tocantins, 2019). A plataforma viabilizou o acesso simplificado e eficiente a mapas, dados cartográficos e indicadores estatísticos, permitindo que tais recursos fossem consultados de forma integrada e atualizada, por meio do endereço: <https://geoportal.to.gov.br>, (Tocantins, 2019). A ferramenta pode auxiliar técnicos e pesquisadores a otimizar o tempo de trabalho e aumentar a produtividade, além de contribuir para a qualidade de estudos, diagnósticos e planejamentos estratégicos focados no desenvolvimento regional.

Para o fortalecimento institucional foi contratada consultoria especializada em desenvolvimento de sistemas para fornecer, parametrizar e integrar um software voltado à administração física, financeira e contábil. Este sistema, com um custo de R\$ 570.905,26, foi planejado para uso específico nas atividades de planejamento, gerenciamento e monitoramento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável no Estado de Tocantins (PDRIS). O serviço incluiu treinamento, operação assistida, suporte técnico e a atualização tecnológica do sistema, cujo ponto de partida se deu com a outorga de contrato, oficializada em 7 de maio de 2015 no diário oficial nº 4.369, (Tocantins, 2015).

O escopo contemplou, ainda, atividades voltadas à irrigação, incluindo a implantação do pátio de geração de energia fotovoltaica para atendimento integral ao Projeto São João. Foram fornecidos e instalados nove sistemas de minigeração de energia solar fotovoltaica conectados à rede, com potência nominal total em corrente alternada de 3,125 MW. Considerando que o custo de energia representa, em média, 40% das despesas do produtor rural nos projetos de irrigação, essa ação teve como objetivo contribuir para a redução desse percentual, com investimento de treze milhões, conforme diário oficial nº 5.974, publicado

em 26 de novembro de 2021, página quinze. Além disso, foi realizado estudo piloto para avaliação do risco de contaminação no perímetro do Projeto de Fruticultura Irrigada São João, localizado no município de Porto Nacional (TO), por meio de ensaios ecotoxicológicos, abrangendo o mapeamento de todos os produtos utilizados na região e a análise de seus impactos sobre a fauna e a flora locais (Tocantins, 2021).

Outra aquisição incidiu no fornecimento de peças de reposição para conjuntos de motobombas, motores, inversores de frequência, soft starter, cabos e acessórios elétricos, bem como na prestação de serviços para instalação e revitalização desses equipamentos elétricos e hidromecânicos do Projeto São João, cerca de cinco milhões e quatrocentos. Incluiu-se, ainda, a execução de serviços de pintura e jateamento nos conjuntos de motobombas, rebobinamento, jateamento e pintura dos motores (Tocantins, 2015).

Esse projeto de Fruticultura Irrigada São João foi concebido para utilizar a água do reservatório da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, localizado próximo a Palmas e Porto Nacional, o projeto tem uma área bruta de 5.129 hectares, dividida em 541 parcelas para pequenos e médios produtores, com 3.224 hectares irrigáveis, (Tocantins, 2015).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade dos problemas estruturais que se intensificam em diversas cidades do Tocantins justifica o mapeamento dos investimentos oriundos de recursos do Banco Mundial, realizados no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS). A análise dos impactos desses recursos, como apresentado neste trabalho, consolida-se como uma ferramenta estratégica de gestão pública e pesquisadores. O estudo fornece base de evidências consistente, indispensável para a formulação de políticas que busquem reduzir desigualdades, aumentar a transparência, fortalecer a autonomia regional e contribuir para o debate sobre alternativas de desenvolvimento para o estado.

O estudo fundamentou-se na crítica de Santos (2025), especificamente na tese de que o espaço constitui um sistema indissociável de objetos e ações, condicionando os processos históricos. No entanto, a transformação do espaço não se traduz em benefício social mensurável. A incapacidade de registrar os fluxos sociais (como tempo de viagem e condições das rodovias) impede a comprovação da eficácia da ação, evidenciando que a racionalidade dominante (a lógica financeira) se mantém à custa da não-mensuração dos resultados sociais, o que dificulta a compreensão dessa dinâmica social em sua totalidade.

Ainda assim, o referido financiamento, demonstra que a disponibilidade de recursos externos representa uma potente ferramenta e condição material para a mudança. Contudo, não assegura automaticamente o progresso socioeconômico. A conversão de capital em benefícios duradouros não é um processo automático, mas função fundamental da governança e da ação política (Santos, 2025).

O estudo de caso do PDRIS evidenciou um desempenho expressivo no quesito de eficácia financeira e de execução, tanto no aspecto financeiro quanto no administrativo. Foi alcançada uma expressiva taxa de execução de 94,24% dos recursos, mobilizando mais de 1 bilhão em investimentos diretos. Essa performance atesta a capacidade da gestão e evidencia a capacidade institucional do Estado do Tocantins. Tal desempenho foi alcançado mesmo diante de severos desafios conjunturais, incluindo a instabilidade política nacional e a pandemia de COVID-19. Este histórico qualifica o ente federativo a cumprir as complexas exigências contratuais de grandes operações de crédito internacional perante organismos de fomento.

A natureza multissetorial do projeto, que abrangeu melhoria das condições de transporte, segurança viária, modernização administrativa, gestão ambiental, apoio à produção local, melhoria da educação e fortalecimento do gerenciamento de projetos, gerou complexidade na execução. Apesar disso, o projeto superou as metas originais em muitos aspectos.

O principal legado do PDRIS materializa-se na transformação da conectividade territorial. O componente de transporte rural absorveu 84,8% dos recursos e envolveu a intervenção estratégica em 5.500 km de estradas vicinais. A construção de pontes e bueiros de concreto erradicou pontos críticos de intransitabilidade. Esta ação de vasto alcance abrangeu 72 municípios, beneficiando diretamente cerca de 300 mil pessoas, que representa 19,84% da população tocaninense. Em um estado com elevada população rural, a implantação dessa infraestrutura de grande porte espera-se impacto social significativo, ao integrar comunidades isoladas, incluindo territórios indígenas, e ao fortalecer a capilaridade da economia regional.

No âmbito econômico, o investimento direcionado à cadeia produtiva da carne demonstrou um potencial transformador. A implementação de matadouros-frigoríficos por meio de um modelo de Parceria Público-Privada (PPP) revelou-se uma estratégia de sucesso. O governo estadual obteve um Retorno Sobre o Investimento (ROI) nominal de aproximadamente 170,18%, um resultado financeiro expressivo. A vantagem desse modelo de PPP reside na transferência do ônus inicial de construção e implementação para a empresa responsável. Isso permite ao governo diluir o investimento ao longo dos anos, seja por meio de contraprestações periódicas ou pela autorização de cobrança de tarifas aos usuários. Esse

arranjo possibilita maior flexibilidade fiscal, liberando recursos estatais para atender outras demandas prioritárias.

Apesar dos resultados positivos em infraestrutura, a análise do componente social revelou um paradoxo. Houve uma falha na conversão de capital em resultado no quesito da qualidade educacional. O investimento superou R\$ 27 milhões na reforma, ampliação e modernização de dez escolas, além da contratação de consultorias especializadas para aprimoramento pedagógico. No entanto, os resultados práticos foram inconclusivos. A maioria das instituições beneficiadas não participou das avaliações nacionais do INEP/SAEB no período analisado, o que impossibilitou a mensuração de qualquer avanço. Este cenário demonstra fragilidade institucional alinhada às críticas da OCDE sobre a ineficácia da gestão pública em traduzir gastos em progresso social efetivo.

A atuação de instituições financeiras internacionais no fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial, deve ser analisada com senso crítico. A finalidade de um Banco de Desenvolvimento, segundo Souza (2023), constitui a sua própria razão de existir, materializando a intenção estratégica e a vontade suprema de seus idealizadores, em que o propósito define a essência da instituição e orienta sua atuação no fomento ao progresso socioeconômico.

As perspectivas teóricas de Milton Santos (geografia crítica) e Joseph Stiglitz (economia) convergem ao alertar que tais organismos tendem a difundir modelos econômicos padronizados e centralizados. Frequentemente, esses modelos negligenciam as especificidades históricas, culturais e territoriais de cada nação. Essa uniformização pode ampliar as desigualdades, fragilizar a autonomia estatal e perpetuar uma lógica de desenvolvimento subordinada aos interesses do capital global. Evidencia-se que as instituições financeiras, apesar de discursos focados na redução da pobreza, mantêm interesses ligados ao domínio econômico.

A análise dos resultados do PDRIS ratifica a teorização de Stiglitz (2002), em que os investimentos em infraestrutura para o acesso rural, reforços institucionais onde o espaço transformado é um discurso de prosperidade, mas a falha em medir o resultado (o aprendizado, a história social) expõe a perda da razão e a fragilidade institucional. O capital foi gasto, mas a promessa de melhoria da existência não pôde ser comprovada, evidenciando uma desconexão entre o cálculo econômico e o progresso social.

A análise das dinâmicas do financiamento internacional no Tocantins, a partir dessas críticas, revela que a alocação de recursos externos, por si só, não assegura o desenvolvimento equitativo. O desafio ultrapassa o cumprimento burocrático das políticas públicas, cujos

processos e resultados podem permanecer obscuros para a sociedade, ecoando a necessidade explícita por transparência. Para que um financiamento externo funcione de maneira efetiva, é necessário repensar as estratégias e fortalecer o papel do Estado na promoção do desenvolvimento social. Projetos como o PDRIS devem ser formulados como instrumentos de reorganização territorial que respeitem os ritmos e formas de vida locais. O desenvolvimento local precisa ser pensado como uma construção legítima, capaz de fortalecer a identidade social e evitar que o espaço seja objeto de especulação.

Adicionalmente, a análise da relação concomitante entre a aplicação dos fundos e os ganhos socioeconômicos observados é metodologicamente insuficiente para estabelecer causalidade direta. Fatores preexistentes, como o crescimento econômico interno do estado e outros processos estruturais, atuaram como variáveis contextuais determinantes. Em consonância com as críticas de Santos e Stiglitz, a avaliação do PDRIS exige uma análise que pondere o impacto real do financiamento frente às condições iniciais do Tocantins, evitando atribuir o sucesso exclusivamente a uma intervenção externa.

A pesquisa encontrou uma limitação significativa devido à ausência e indisponibilidade de dados mais recentes e completos em bases oficiais do governo. Notadamente, faltaram os índices socioeconômicos atualizados, como os dados necessários para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os anos de 2022, 2023 e 2024.

A ausência de uma base de dados pública, integrada e acessível compromete a transparência e a eficácia da gestão dos recursos. A fragmentação das informações impede a comparação entre receitas, despesas, desembolsos e indicadores socioeconômicos, dificultando a avaliação do real alcance das ações. Esta circunstância contraria os princípios da Lei nº 12.527/2011, que assegura a publicidade e o acesso à informação.

A carência de indicadores socioeconômicos padronizados e contínuos impõe desafios à mensuração precisa do impacto real do projeto. A diversidade e abrangência das atividades desenvolvidas limitam a capacidade de avaliar com precisão o desempenho das ações implementadas, comprometendo a identificação de gargalos e potencialidades.

Para isso, a sugestão é a criação de plataforma unificada, com filtros por programa, projeto e tipo de gasto, uma medida imprescindível para garantir o controle social e o fortalecimento da *accountability*. Essa iniciativa potencializaria a produção acadêmica e a fiscalização cidadã, promovendo alinhamento com boas práticas de governança. Recomenda-se o desenvolvimento e a adoção de indicadores de resultado qualitativos, transcendendo o simples uso de indicadores de esforço como execução física e financeira. A complexidade de

projetos como o PDRIS evidencia que as métricas tradicionais podem ser insuficientes para capturar a totalidade de seus efeitos.

Para tanto, sugere-se o desenvolvimento de métodos para quantificar a redução real do tempo de viagem no transporte rural e índices de condição da manutenção das estradas. Adicionalmente, é fundamental a formulação de indicadores de eficácia institucional capazes de medir o impacto concreto de ações de modernização administrativa. A incorporação de tais métricas permitirá uma análise mais precisa e fidedigna do verdadeiro retorno socioeconômico de projetos de desenvolvimento. É necessário estruturar um arcabouço metodológico adequado, capaz de avaliar a amplitude e a diversidade das políticas públicas socioeconômicas desenvolvidas no Tocantins.

Ressalta-se a insuficiência metodológica para o estabelecimento de causalidade direta, de modo que a análise identifica, sobretudo, uma relação concomitante entre a execução do projeto e os indicadores de desempenho. Nesse contexto, os resultados devem ser interpretados como indicativos de impacto, sugerindo que o financiamento externo operou como condição contribuinte ou contingente, e não como causa exclusiva. A expansão verificada desenvolveu-se em consonância com fatores preexistentes, somando-se à dinâmica de crescimento econômico interno já evidenciada no estado.

Por fim, a consolidação e padronização das informações tornam-se, assim, estratégicas para assegurar maior efetividade na aplicação dos recursos e para sustentar decisões públicas orientadas por evidências. A adoção de indicadores claros e mensuráveis é imprescindível para medir resultados, orientar a tomada de decisão e garantir que os benefícios gerados sejam sustentáveis e alinhados às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago Ferreira. **A natureza jurídica dos empréstimos por organizações internacionais de cooperação financeira**: as licitações brasileiras realizadas com normas internacionais. 2014.

ATLAS BRASIL. **Consulta a Planilha**. 2023. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento**. 4ª edição. novembro de 2020.

BANCO MUNDIAL. **Brazil-Tocantins Integrated Sustainable Regional Development Project**. Tradução livre da inteligência artificial Gemini. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/282511657904809880/txt/Brazil-Tocantins-Integrated-Sustainable-Regional-Development-Project.txt>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Implementation Status & Results Report**: Brazil-Tocantins Integrated Sustainable Regional Development Project. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099655010042213344/pdf/P1214950524c4a092080180307b1f9da821.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS)**: Relatório Técnico. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins**: Documento de Avaliação do Projeto. Brasília: Banco Mundial, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Avaliação Ambiental Prévia do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS**. Washington, DC: Banco Mundial, 2011. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/108611468015872605/pdf/E29230ANEXO0010nte010E29230P121495.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BCB. Banco Central do Brasil. **Resolução CMN nº 4.945**, de 15 de setembro de 2021. Brasília. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021. Dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 abr. 2021. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Do Procedimento e Julgamento. Art. 42, §5º. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais. **Manual de Financiamentos Externos**. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. **Participação do Brasil nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Ministério do Planejamento**, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos-internacionais-e-desenvolvimento/bancos-multilaterais-de-desenvolvimento>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento dos Transportes – Tocantins**. Brasília: GEIPOT, 2000. Disponível em: <http://geipot.gov.br/cadernos/2000/to-2000.htm>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução nº 40**, de 20 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 2001a.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução nº 43**, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2001b.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução nº 48**, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2007.

BRICS. Novo Banco de Desenvolvimento (NDB): BRICS, 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CBH-TO. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins. **Cartilha de Educação Ambiental: Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia**. Palmas: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, 2015. Disponível em: <https://cbhto.com.br/images/cartilhas/volume-1-cartilha.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

CHILIATTO, Marcos Vinicius. O Brasil e sua posição estratégica nos bancos multilaterais de desenvolvimento. **Revista Tempo do Mundo**, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Sinopse por município – Tocantins**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=17>. Acesso em: 06 maio 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades Estados:** Palmas, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais:** 2012. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadic2012.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Palmas, 2021. Disponível em: [\[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html\]](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html). Acesso em: 7 de maio de 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Tocantins, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&c=1701002>. Acesso em: 11 mar. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultado Final Externo.** Disponível em: <http://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>. Acesso em: 18 mai. 2025.

KASSAI, José Roberto; CASANOVA, Silvia Pereira de Castro. **Retorno de investimento:** abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Fabiano Roberto Santos de. Viabilidade econômica e financeira de projetos. **Volta Redonda, RJ: FERP,** 2019.

MENEZES, Henrique Zeferino. **A crise do desenvolvimento brasileiro:** dívida externa, condicionalidades e as relações com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (1974-1987). 2008.

OCDE. Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatório Econômico da OCDE: Brasil 2023. Paris: **OECD Publishing,** 2023.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Saúde para todos: transformando economias para fornecer o que importa. Tradução: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE). Rio de Janeiro: **CEE/Fiocruz,** 2023. 88 p. Título original: Health for all: transforming economies to deliver what matters.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório Anual 2024.** 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-06/ONUBrasil_RelatorioAnual2024_web.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; PEREIRA, Pedro Luiz Barros Silva. **Economia do setor público no Brasil.** São Paulo: Elsevier, 2013.

RACHED, Gabriel. **As alterações na política de desenvolvimento do Banco Mundial no contexto das transformações internacionais**. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 9, n. 1, 2010.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. – 38. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2025.

SILVA, João da. **Teoria da Agência e Desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Editora Exemplo, 2022.

SOUZA, Henrique Pissaia de. **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o Brasil**. Curitiba: Juruá, 2023.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Anual da Dívida Pública Federal (RAD)**. Brasília: Ministério da Economia, 2023. Acesso em: 05 jan. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **Lei nº 2.271**, de 29 de dezembro de 2009. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, n. 3.046, 29 dez. 2009.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins Secretaria da Fazenda do Estado - SEFAZ. **Balanco Geral do Exercício de 2022**. Palmas: SEFAZ, 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sefaz/balanco-geral-do-exercicio-de-2022/57f5nude82ja>. Acesso em: 03 jul. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Tocantins, n. **3601**, 03 abr. 2012. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca?por=edicao&edicao=3601>. Acesso em: 13 jan. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado, n. **3.459**. Palmas, TO: Decreto Nº 4.388, de 1o de setembro de 2011, p. 13 [s.d.]. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/3459/download>. Acesso em: 12 ago. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado, n. **5.836**. Palmas, extrato de contrato de concessão, de 30 de abril de 2021, p. 12 [s.d.]. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca?por=edicao&edicao=5836>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado, n. **5.403**. Palmas, extrato de contrato, de 22 de julho de 2019, p. 15 [s.d.]. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/3895/download>. Acesso em: 02 fev. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado, n. **5.974**. Palmas, extrato de contrato, de 26 de novembro de 2021, p. 29. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/5974/download>. Acesso em: 05 mai. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **Geoportal Tocantins**. 2025. Disponível em: <https://geoportal.to.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 – Revisão 2011**. Diário Oficial do Estado do Tocantins, n. 3.352, 31 mar. 2011. Acesso em 03 mar. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **Relatório de Gestão Fiscal: Demonstrativo das Operações de Crédito** - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (janeiro a agosto de 2017). Palmas: SEPLAN, 2017.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Secretaria da Fazenda (SEFAZ). **Relatório de Gestão Fiscal – RGF**. Anexo 2: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sefaz/3o-quadrimestre/2uey12g3vu0k>. Acesso em: 7 jun. 2025.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Tocantins: SEPLAN, 2021. PDRIS – **Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável**: avaliação de impacto socioambiental 2021 – versão preliminar aberta a receber sugestões e comentários. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/avaliacao-de-impacto-socioambiental-2021-versao-preliminar-aberta-a-receber-sugestoes-e-comentarios/788eam8akz80>. Acesso em: 10 mai. 2025.

TOCANTINS. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário (SEAGRO). Governo abre licitação para construção de oito matadouros em municípios tocaninenses. Palmas, TO, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/governo-abre-licitacao-para-construcao-de-oito-matadouros-em-municipios-tocantinenses/1i240j2eu4l1>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TRE. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Diário da Justiça Eletrônico, n. 061, p. 2/7, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/publicacoes/dje/diario-da-justica-eletronico-1>. Acesso em: 26 maio 2025.

UNESCO. Relatório de Ciências da UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente - Resumo executivo. Paris: **UNESCO Publishing**, 2021.

ANEXOS

ANEXO A – RESTAURAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DO PDRIS

Descrição	Rodovia	Trecho	Mun. Interceptado	Extensão (Km)
Restauração asfáltica	TO-070	Brejinho de Nazaré/Aliança do Tocantins	Brejinho de Nazaré, Crixás do Tocantins e Aliança do Tocantins	61,00
Restauração asfáltica	TO-387	Palmeirópolis / Divisa TO-GO	Palmeirópolis e Jaú do Tocantins	28,13
Restauração asfáltica	TO-498	Entr. TO-373 / Jaú do Tocantins	Jaú do Tocantins e Peixe	36,20
Restauração asfáltica	TO-498	Jaú do Tocantins/Entr. TO-387	Jaú do Tocantins	41,80
Recuperação asfáltica	TO-255	Ponte Alta do Tocantins / Monte do Carmo	Ponte Alta do Tocantins e Monte do Carmo	90,00
Recuperação e manutenção	TO-130	Santa Tereza do Tocantins/Ponte Alta do Tocantins.	Ponte Alta do Tocantins	74,80
pavimentação asfáltica	TO-141	Palmeirópolis / Divisa TO- GO	Palmeirópolis	26,25

Fonte: Seplan, 2021

ANEXO B – PONTE DE CONCRETO ARMADO NAS ESTRADAS DO PDRIS

Descrição	Rodovia	Trecho	Mun. Interceptado	Extensão (Km)
Ponte de Concreto Armado	TO-0458	Trecho Entr. BR-010 (Santa Rosa do Tocantins) / Entr. TO-365 (Ipueiras)	Santa Rosa do Tocantins e Ipueiras	31,9
Ponte de Concreto Armado	TO-482	Trecho Entr. BR-010 (Santa Rosa do Tocantins) / Povoado Apinajé	Santa Rosa do Tocantins e São Valério da Natividade	22,42
Ponte de Concreto Armado	TO-226	Entr. BR-153 (Nova Olinda) / Entr. TO-010 (Palmerante)	Nova Olinda	1,00
Ponte de Concreto Armado	TO-423	Araguaína / Mata Verde/ Entro. TO-424.	Araguaína	2,00
Ponte de Concreto Armado	Ligação (entre TO-201)	Entr. TO-201 (Buriti do Tocantins) / São Sebastião do Tocantins	Buriti do Tocantins	0,45
Ponte de Concreto Armado	TO-491	Entroncamento BR-242 (RIO TOCANTINS) / ENTR. TO-296	Peixe Tocantins e São Salvador do Tocantins	13,6
Ponte de Concreto Armado	TO-481	Dueré / Capão do Coco	Lagoa da Confusão	60,00
Ponte de concreto armado	TO-387	Entr. TO-050 (Conceição) / Paranã	Taipas do Tocantins - TO	29,40
Ponte de Concreto Armado	TO-347	Entr. TO-348 (Irmã Adelaide) /TO 445(Lajeado).	Miracema do Tocantins	3,00

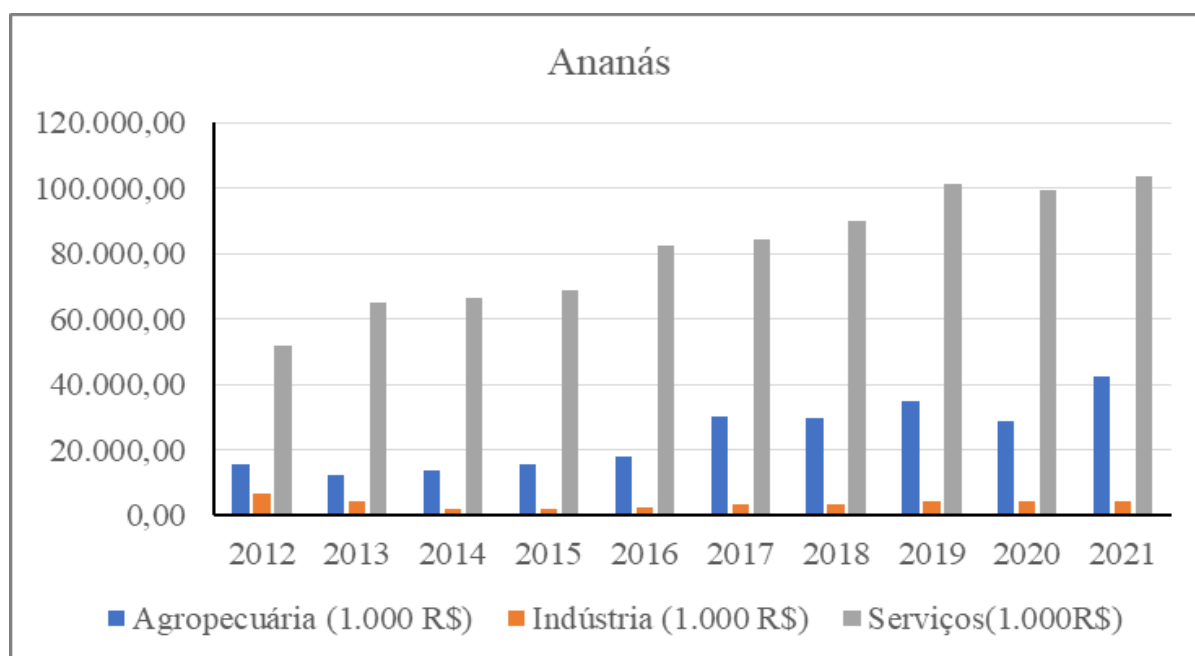
Fonte: Seplan, 2021

ANEXO C – BUEIRO CELULAR NAS ESTRADAS DO PDRIS

<i>Descrição</i>	<i>Rodovia</i>	<i>Trecho</i>	<i>Mun. Interceptado</i>	<i>Extensão (Km)</i>
Bueiro Celular	TO-403	Sampaio / Carrasco Bonito	Sampaio	7,1
Bueiro Celular	TO-434	Entr. BR-153 (Guaraí) / Entr. TO-164 (Itaporã do Tocantins)	Sampaio	26,8
Bueiro Celular	TO-239	Pequizeiro / Entr. TO-436 (Tarumã)	Pequizeiro	7,5
Bueiro Celular	TO-296	Trecho Entr. TO-050 (Arraias) / Entr. BR 242 (Paranã)	Arraias e Paranã do Tocantins	5,10
Bueiro Celular	TO-296	Trecho Entr. TO-050 (Arraias) / Entr. BR 242 (Paranã)	Arraias e Paranã	11,10
Bueiro Celular	TO-387	Entr. TO-040 (Dianópolis) / Taipas do Tocantins	Dianópolis - TO	33,00
Bueiro Celular	TO-387	Entr. TO-040 (Dianópolis) / Taipas do Tocantins	Taipas do Tocantins - TO	51,6
Bueiro Celular	TO-387	Entr. TO-040 (Dianópolis) / Taipas do Tocantins	Taipas do Tocantins - TO	60,10
Bueiro Celular	TO-387	Entr. TO-040 (Dianópolis) / Conceição do Tocantins	Conceição do Tocantins	6,5
Bueiro Celular	TO-387	Entr. TO-040 (Dianópolis) / Conceição do Tocantins	Paraná	25,30
Bueiro Celular	TO-347	Entr. TO-348 (Irmã Adelaide) / TO 445(Lajeado).	Miracema do Tocantins	6,2

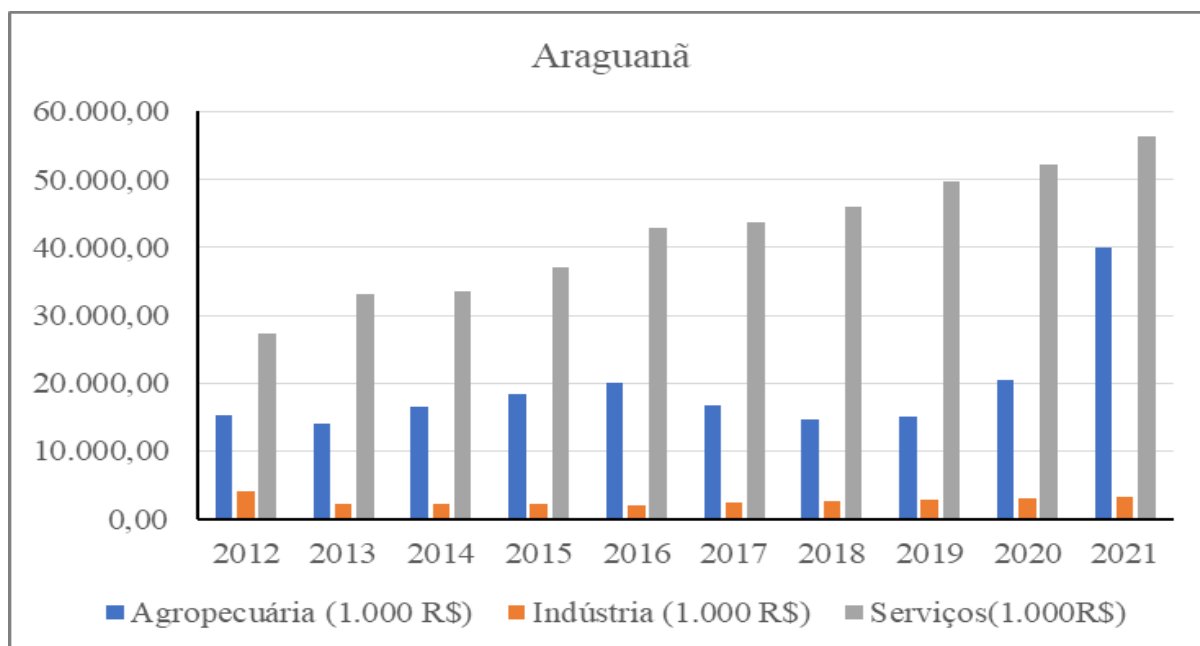
Fonte: Seplan, 2021

ANEXO D – VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE - ANANÁS



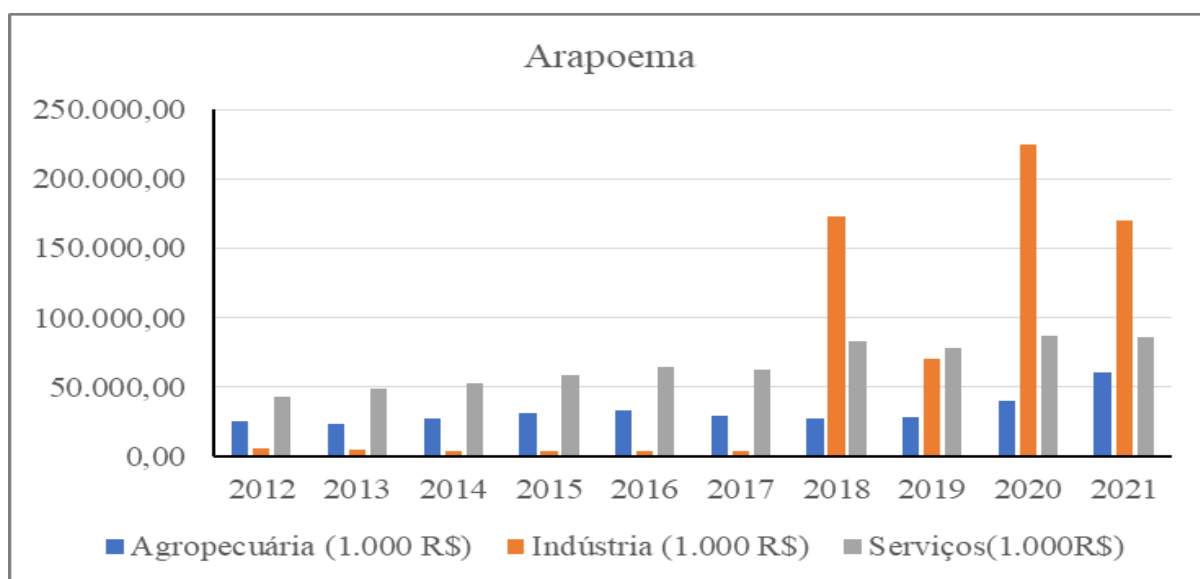
Fonte: IBGE, 2021

**ANEXO E – VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE
- ARAGUANÃ**



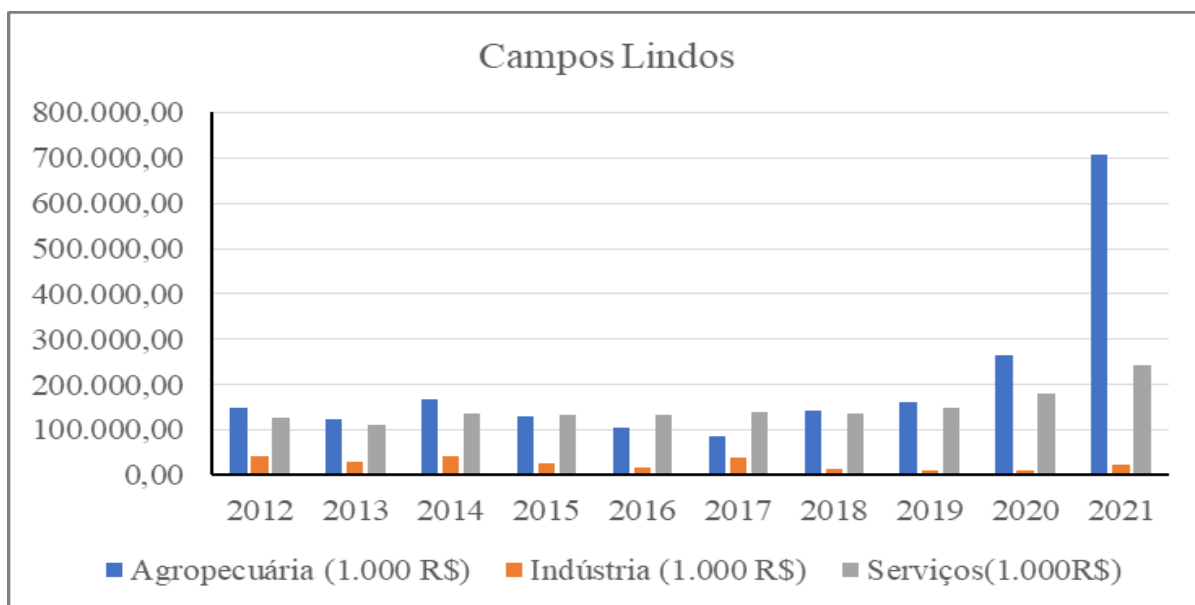
Fonte: IBGE, 2021

**ANEXO F - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE
- ARAPOEMA**



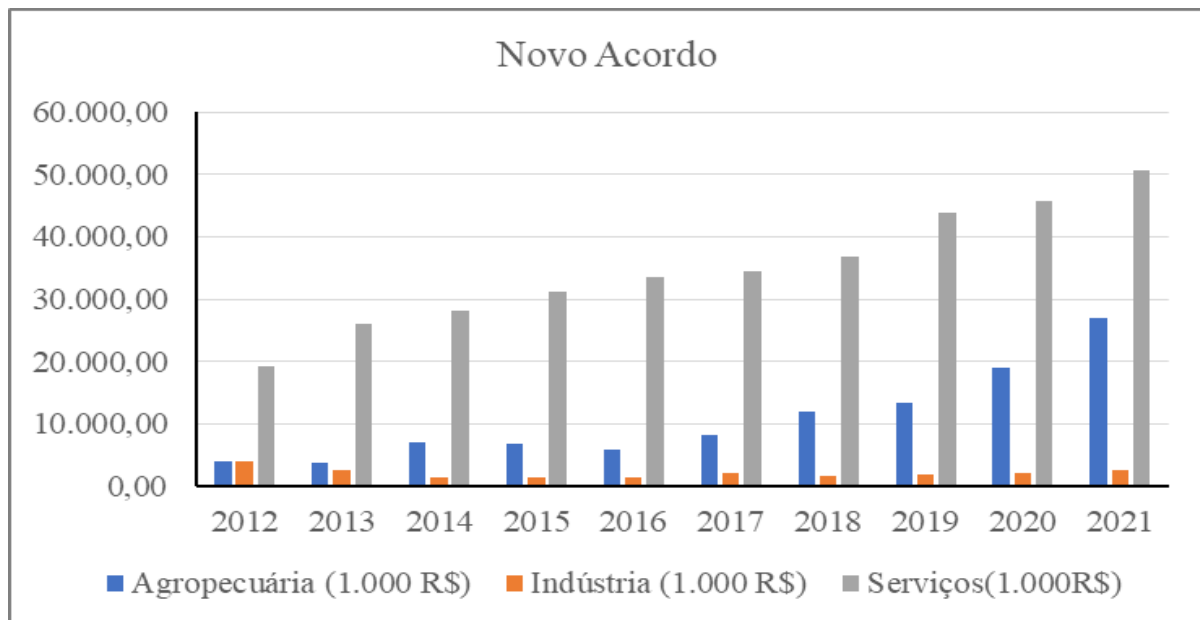
Fonte: IBGE, 2021

**ANEXO G - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE
– CAMPOS LINDOS**



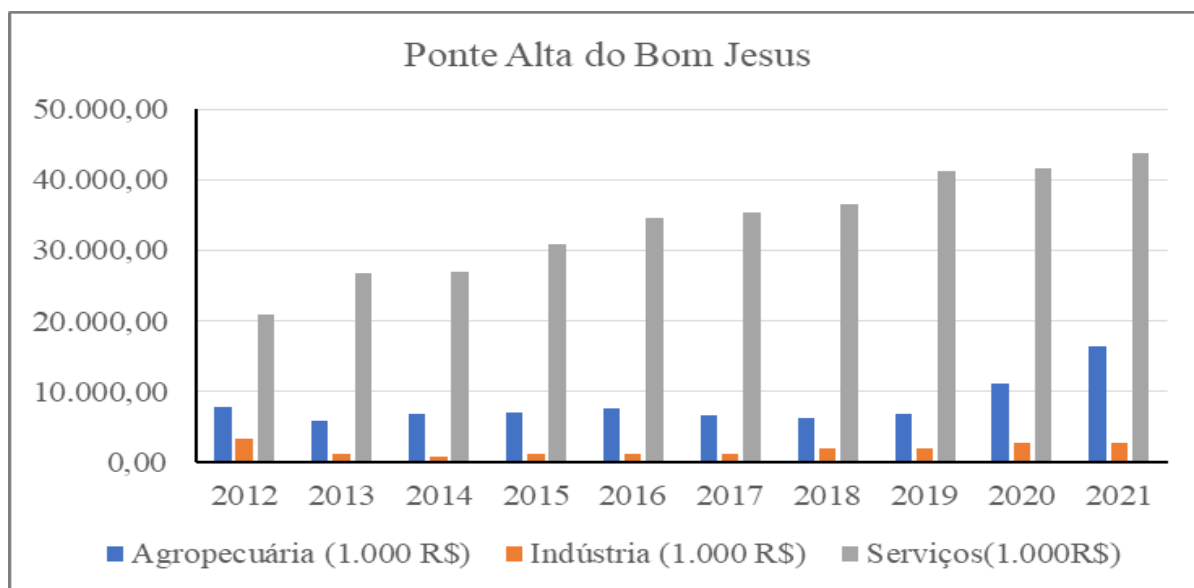
Fonte: IBGE, 2021

**ANEXO H - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE
– NOVO ACORDO**



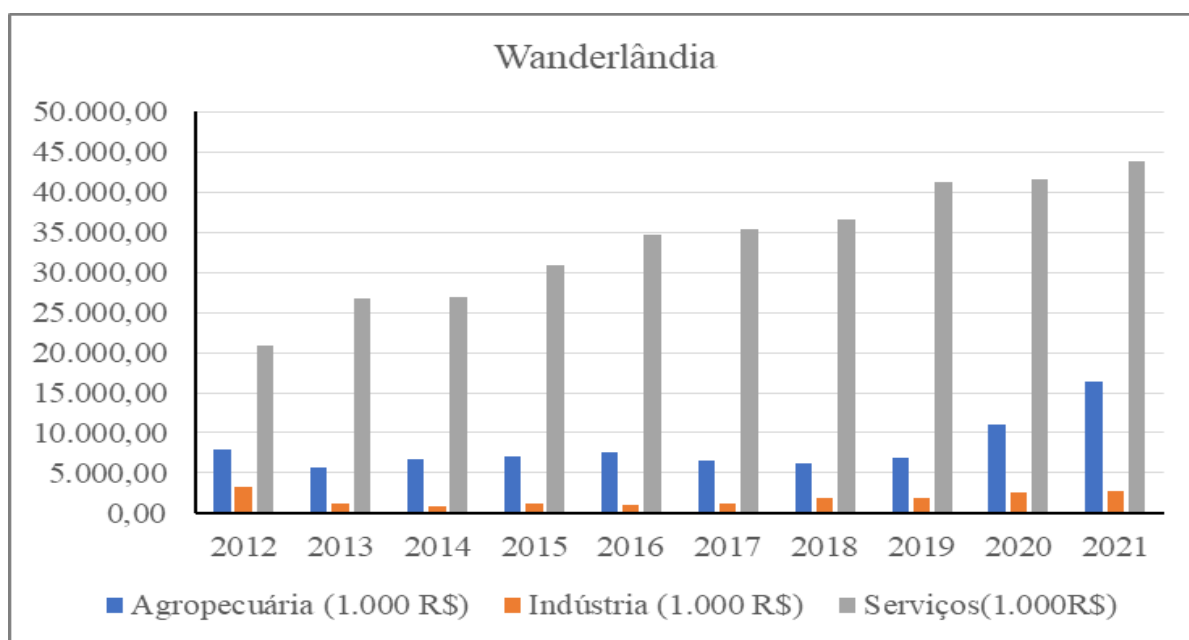
Fonte: IBGE, 2021

**ANEXO I - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE
– PONTE ALTA DO BOM JESUS**

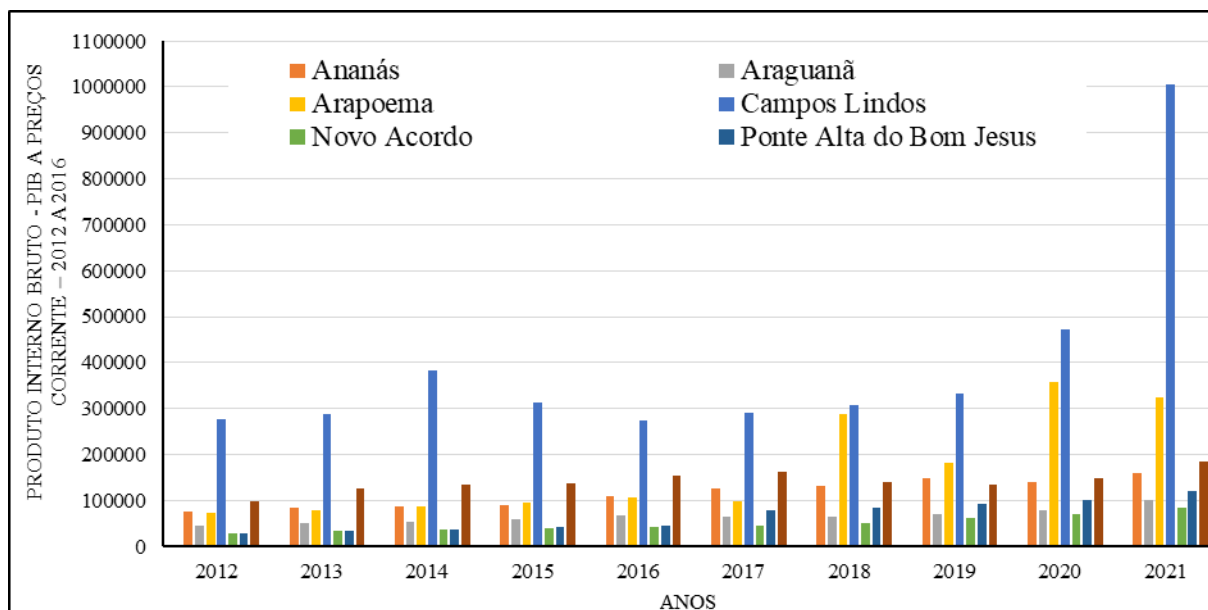


Fonte: IBGE, 2021

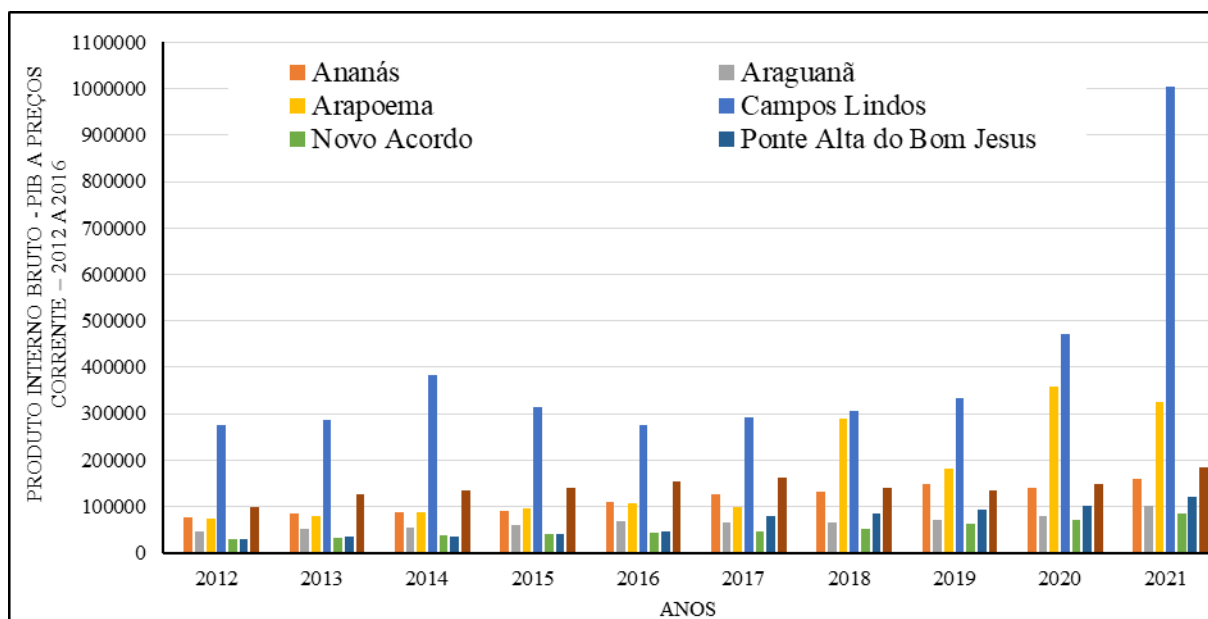
**ANEXO J - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES POR SETOR DE ATIVIDADE
– WANDERLÂNDIA**



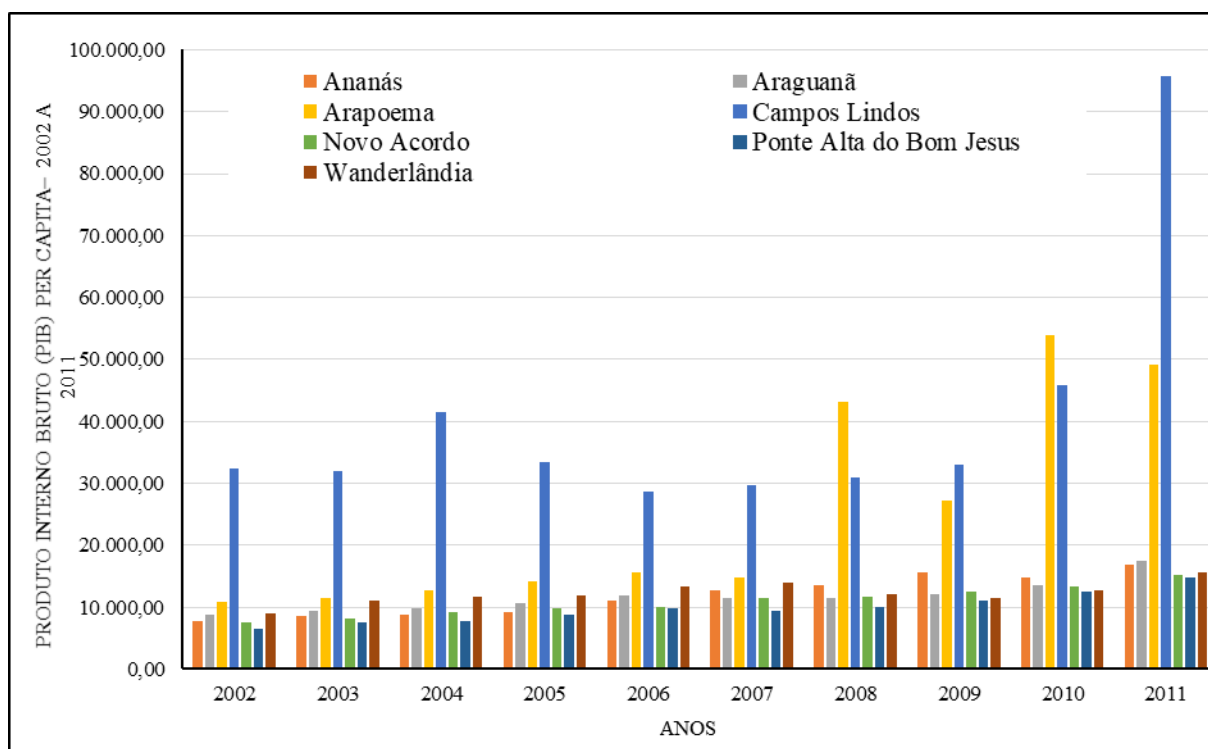
Fonte: IBGE, 2021

ANEXO L - PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB A PREÇOS CORRENTE - 2002 A 2011

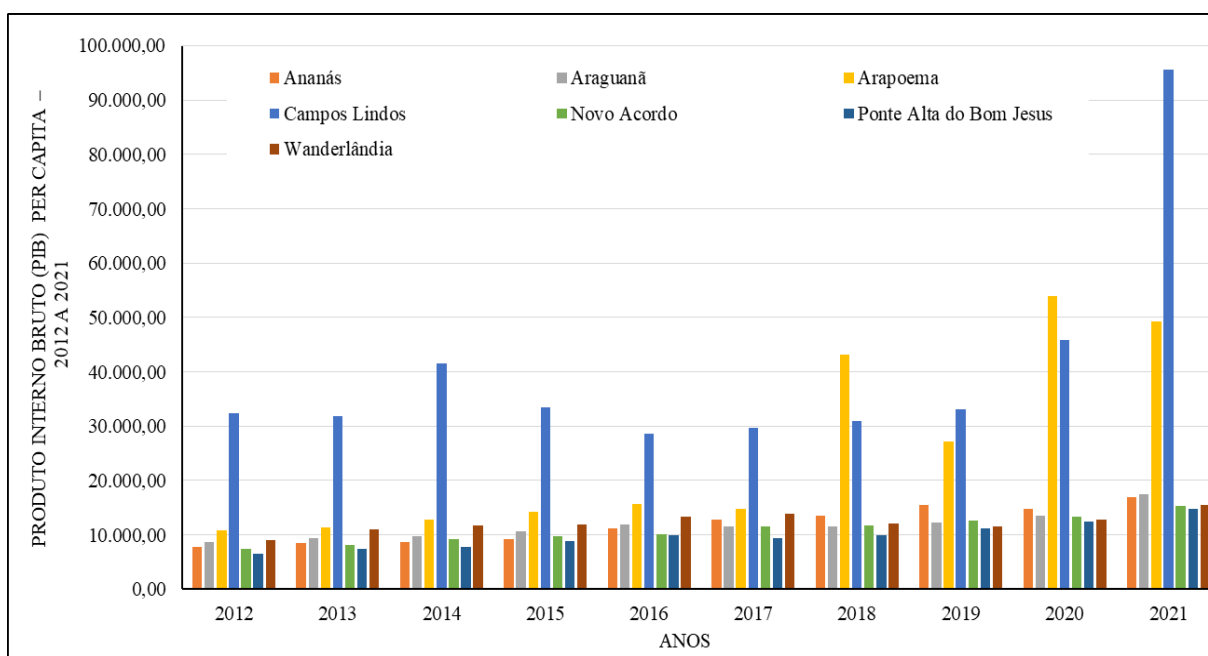
Fonte: IBGE, 2024

ANEXO M - PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB A PREÇOS CORRENTE - 2012 A 2021

Fonte: IBGE, 2024

ANEXO N - PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB PER CAPITA – 2002 A 2011

Fonte: IBGE, 2024

ANEXO O - PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB PER CAPITA – 2012 A 2021

Fonte IBGE, 2024

**ANEXO P - PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO – BOLETIM ENSINO MÉDIO ESCOLAS ESTADUAIS
DE 2017 A 2023**

<i>Escola Estadual</i>	<i>2017</i>			<i>2019</i>			<i>2021</i>			<i>2023</i>		
<i>Nome</i>	Ma tri cula	Pre sem ça	% part ici pa ção	Ma tri cula	Pre sem ça	% par tici pa ção	Ma tri cula	Pre sem ça.	% par tici paç ão	Ma tri cula	Pre sem ça	% par tici pa ção
<i>Nazaré Nunes da Silva</i>	51	46	90,2 0%	52	50	96,1 5%	-	-	-	87	84	96,5 5%
<i>Anita Cassimiro</i>	67	56	83,5 8%	52	52	100 %	-	-	-	45	39	86,6 7%
<i>Ana Maria de Jesus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Paulina Câmara</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Lacerdino de Oliveira Campos</i>	-	-	*	-	-	-	-	-	-	51	42	82,3 5%
<i>Conceição de Brito</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Anaides Brito Miranda</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65	60	92,3 1%
<i>Juscelino Kubitschek de Oliveira</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Darcy Ribeiro</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>José Luiz Siqueira</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INEP, 2025